

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VINÍCIUS SILVEIRA LUZ

**Entre praças, parques, igrejas e bares: narrativas e percepções na comunidade da Tapera,
Florianópolis – SC, no tempo presente (2002 - 2020)**

FLORIANÓPOLIS

2022

VINÍCIUS SILVEIRA LUZ

**Entre praças, parques, igrejas e bares: narrativas e percepções na comunidade da Tapera,
Florianópolis – SC, no tempo presente (2002 - 2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos.

FLORIANÓPOLIS

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Luz, Vinícius Silveira

Entre praças, parques, igrejas e bares : narrativas e percepções
na comunidade da Tapera, Florianópolis - SC, no tempo presente
(2002 - 2020) / Vinícius Silveira Luz. -- 2022.

165 p.

Orientador: Emerson Cesar de Campos

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

1. Florianópolis. 2. Periferia. 3. Percepções. 4. História oral. I.
Campos, Emerson Cesar de. II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

VINÍCIUS SILVEIRA LUZ

**ENTRE PRAÇAS, PARQUES, IGREJAS E BARES: NARRATIVAS E PERCEPÇÕES
NA COMUNIDADE DA TAPERA, FLORIANÓPOLIS – SC, NO TEMPO PRESENTE
(2002 - 2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardodo
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Florianópolis, 20 de julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Todas as vezes em que leio um trabalho acadêmico e chego na parte de agradecimentos sinto-me um pouco desconsertado. Sinto que diferente daquelas pessoas, eu não tenho muitos motivos para agradecer, não tanto quanto elas. Entretanto, na longa jornada de produção dessa pesquisa, algumas pessoas me fizeram sentir como se eu fosse especial, como se eu tivesse algo para agradecer, como se eu tivesse pessoas queridas para agradecer pelo suporte. Isso é para elas.

Gostaria de agradecer inicialmente minha mãe, Andrea Regina Fonseca Silveira, que me proporcionou todos os meios necessários para que essa pesquisa acontecesse, bem como compartilhou e proporcionou reflexões várias sobre a Tapera e o mundo. Obrigado também ao meu pai, irmão, irmãs e família.

Aos meus amigos queridos, aqueles que sempre acreditaram em mim e que me deram a energia e o entusiasmo necessários para essa empreitada. Obrigado especial à Luiza dos Reis, minha melhor amiga e pessoa preferida no mundo. Obrigado também à Hernán Lema, Gabriel Rezende, Maria Thereza, Nathália Pereira e as colegas de mestrado Luiza, Glenda, Darlene e Luana pela companhia na jornada. À Jéssica, minha parceira, pelo carinho e companhia mais-que-especial nesses últimos meses de convívio.

À todas as pessoas que colaboraram voluntariamente com a realização das entrevistas que tornaram esse trabalho possível, nomeadamente, Bárbara Marques, Cibele Martins, Deise e todos os entrevistados que cederam seu tempo e vontade para essa pesquisa.

Ao meu professor orientador, Emerson César de Campos, pela compreensão, entusiasmo, leveza e suporte nas orientações e à todos os professores do Departamento de História da FAED/UDESC e do PPGH/UDESC, que inspiraram e colaboraram com as reflexões históricas propostas aqui, especialmente a professora Ana Luiza Andrade, pelo papel fundamental no despertar de um interesse pela História do Tempo Presente.

Pode parecer bobo, mas agradeço também ao Avaí Futebol Clube, uma das minhas maiores paixões e eterna companhia em vida. Estendo os agradecimentos à todas as outras paixões (obsessões) musicais e fílmicas dos últimos tempos, aquelas que tornaram aceitável o longo período de isolamento social. Rashid, Eminem, Phobe Bridgers, Taylor Swift, Gwen Stefani, Jay-Z, Kanye West, Wes Craven, Edgar Wright, Dan Harmon, Taika Waititi, James Gunn, Julia Louis-Dreyfus, Jerry Seinfeld, Larry David, entre tantos outros que admiro.

Agradeço também à CAPES pela bolsa concedida, sem a qual nada disso seria possível.

As cidades são lugares absolutamente concretos. Ao tentar entender seu desempenho, as boas informações vêm da observação do que ocorre no plano palpável e concreto, e não no plano metafísico (JACOBS, 2014, p. 110).

RESUMO

A problemática da pesquisa aqui proposta é a da construção de narrativas e as percepções da periferia urbana em Florianópolis - Santa Catarina, a partir do bairro da Tapera. Ao entender que historicamente um espaço é construído a partir dos diversos discursos colocados sobre o mesmo (CERTEAU, 2011), é “natural” que os discursos sobre a periferia, tanto no Brasil, quanto no mundo, historicamente apontem para sua caracterização enquanto espaços marcados unicamente pela vulnerabilidade social, cultural e financeira. Esses discursos são produzidos em geral no imaginário popular por pessoas que não tem relação ou nunca conheceram uma comunidade, de fato. Busco aqui subverter essa lógica ao investigar a forma pela qual diversos interlocutores na comunidade da Tapera veem, vivem e interpretam o espaço da periferia no presente e como podemos a partir da organização de suas falas construir diferentes representações sobre esse espaço. Buscando a união entre o material e o simbólico nos relatos orais de diversos agentes culturais e sociais do bairro, pretendo a construção de um discurso alternativo sobre a comunidade, examinando nela seus diversos personagens, lugares, trajetórias e disputas narrativas no presente a partir de si mesmos. A construção desse discurso inevitavelmente resultaria, pela primeira vez, na organização e sistematização de uma “história periférica” da região.

Palavras-chave: Florianópolis; Periferia; Percepções; História Oral.

ABSTRACT

The research problem here proposed is the construction of narratives and perceptions of the urban periphery in Florianópolis - Santa Catarina, from the neighborhood of Tapera. Understanding that historically a space is constructed from the various discourses placed on it (CERTEAU, 2011), it is “natural” that discourses about the periphery, both in Brazil and in the world, historically point to its characterization as spaces marked solely by its social, cultural and financial vulnerability. These discourses are generally produced in the popular imagination by people who have no relationship or have never really known a poor community. I seek here to subvert this logic by investigating the way in which various interlocutors in the Tapera community see, live and interpret the space of the periphery in the present and how we can, from the organization of their speeches, build different representations about this space. Seeking the union between the material and the symbolic in the oral reports of several cultural and social agents in the neighborhood, I intend to build an alternative discourse about the community, examining its various characters, places, trajectories and narrative disputes in the present from itself. The construction of this discourse would inevitably result, for the first time, in the organization and systematization of a “marginal history” of the region.

Keywords: Florianópolis; Periphery; Perceptions; Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Região central de Florianópolis com o bairro da Tapera da Base em destaque	12
Figura 2- Meme publicado por uma página de humor de Florianópolis via rede social	14
Figura 3 - Inscrição encontrada em um muro da Tapera em 2020	17
Figura 4 - Localização geográfica do Sul da Ilha de Santa Catarina.	51
Figura 5 - Zonas Especiais de Interesse Social na Tapera, segundo o Plano Diretor	52
Figura 6 - Zonas Especiais de Interesse Social no Distrito do Ribeirão e no Sul da Ilha	53
Figura 7 - Áreas Especiais de Interesse Social na Tapera, segundo o Plano Diretor	54
Figura 8 - Reportagem de 1965 retratando o sítio arqueológico da Tapera	56
Figura 9 – Reportagem de 1966 intitulada "Prefeitura vai ao Interior"	57
Figura 10 - Despejo irregular de rejeitos na Tapera	58
Figura 11 - Vala do Juca e o despejo irregular de esgoto no rio	59
Figura 12 - Caderno “Cidade Ameaçada” do Jornal ND, publicado no dia 22/08/2020	63
Figura 13 - Seu Russo e a embarcação "Estrela Guia".	114
Figura 14 - Seu Russo e a confecção de uma linha da rede de pesca	114
Figura 15 - Local onde é realizada a produção do LADUMAU	120
Figura 16 - Comparação entre trechos da Rua do Juca, 2011 e 2021.....	121
Figura 17 - Registro do encontro com o grupo.....	132
Figura 18 - Quarto de Acolhimento no terreiro	134
Figura 19 - Interior do terreiro.....	140
Figura 20 - Encontro com os integrantes da Acadêmicos.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAMINHOS DA MODERNIDADE: PARIS E TAPERA	29
1.1 PARIS.....	30
1.2 MODERNIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	35
1.3 TAPERA.....	49
2 PERCEPÇÕES	63
2.1 METODOLOGIA	72
3 INTERLOCUTORES PÚBLICOS	79
3.1 MARIA: O CRAS E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NA TAPERA.....	80
3.2 SEU LUIZ: IGREJAS, VOLUNTARIADO E POLÍTICA NA TAPERA	91
4 FALAS DA COMUNIDADE	101
4.1 SEU RUSSO: “NÃO TINHA COMO CORRER DO MAR”	102
4.2 LADUMAU: COLOCANDO “A TAPERA NO MAPA”	115
4.3 BATUQUE: “UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE CULTURAL”	132
4.4 ACADÊMICOS DO SUL DA ILHA: “O CARNAVAL É UMA HISTÓRIA”	140
CONCLUSÃO...?	152
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

Parece-me sempre difícil iniciar um trabalho que fale e esteja inserido no campo da História do Tempo Presente. Marcado e definido por suas balizas temporais móveis, o campo nos apresenta uma história em constante reescrita e reelaboração conforme o presente nos apresenta novos desafios, problemas e maneiras de analisar o passado. Nesse sentido, apesar de trabalhar e estar circunscrito ao período de 2002 à 2020, não posso deixar de pensar nas conjunturas sociais e históricas que influenciam meu ponto de vista e direcionam as perguntas que faço quando olho para o passado. Desse modo, é importante afirmar aqui o caráter fundamental da pandemia de COVID-19 na produção e no próprio planejamento desse trabalho. A pandemia, além de dificultar em muito o trabalho dos historiadores, tão dependentes de arquivos e instituições públicas de salvaguarda, foi responsável por cortar ou no mínimo limitar em muito o contato dos historiadores e das historiadoras com a rua, com as pessoas e com parte significativa daquilo que fazemos no campo da História do Tempo Presente: as testemunhas históricas.

Vivemos durante esse período um desafio histórico que não pode ser omisso de nossa escrita. Toda nossa relação com a cidade mudou nesse tempo, fomos de uma hora para outra, pelo menos aqueles que tiveram condições de fazê-lo, limitados ao trabalho solitário que definia os historiadores clássicos da modernidade¹. A cidade, mais do que nunca, virou um ambiente hostil, as ruas se tornaram ameaçadoras e os lugares de sociabilidade que marcam cada bairro foram esvaziados por aqueles mais sensatos e que tinham uma casa para voltar. Nesse período, assistimos de longe o crescimento da desigualdade social por todo o país e por toda a cidade. Tão logo os curtos períodos em casa acabaram, aqueles que não podiam escolher foram obrigados a voltar para o trabalho sob péssimas condições higiênicas e o risco sempre presente de contágio pelo COVID-19. Outros não tiveram a mesma sorte, visto que acompanhamos também o fechamento de centenas de postos de trabalho e a redução do já pequeno auxílio financeiro fornecido pelo Governo Federal para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, as periferias urbanas, lugares tão caros a essa pesquisa tiveram várias de suas características sociais e culturais de vulnerabilidade acentuadas. A pobreza urbana, que há algum tempo voltou com força ao debate público por meio das ocupações urbanas no país, foi ainda mais agravada, e não existem panoramas próximos de mudança. Assim, a temática

¹ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a historiografia do século XIX era marcada pela concepção de um passado distante e de um afastamento das subjetividades como condição para a objetividade científica (FERREIRA, 2018).

pandêmica será constantemente levantada e discutida aqui, dado que seus efeitos além de afetarem o presente, com toda a certeza afetará o futuro das discussões sobre a periferia urbana no país.

Conforme coloca o historiador Christian Delacroix, a História do Tempo Presente (HTP) pode “ajudar-nos produzir uma história mais reflexiva, ou seja, mais atenta à historicidade da sua epistemologia e mais consciente da complexidade dos desafios do fazer da história hoje” (DELACROIX, 2018, p. 44). O campo da HTP, nesse sentido, nos ajuda a pensar o que somos hoje ao resgatar para o debate os desafios do historiador na atualidade, os seus conflitos com os problemas sociais de nosso tempo e os conflitos entre o compromisso ético e científico da pesquisa histórica. A pandemia de COVID-19 representa, desse modo, oportunidade única para pensar nosso papel frente ao debate público, bem como a nossa necessária contribuição para desembolar o complicado e intricado nó da conjuntura social e cultural brasileira dos últimos anos. Essa é uma tarefa prioritária nos estudos acerca das periferias urbanas e esse trabalho é também parte do esforço de registro histórico desse período e dos seus efeitos nas vidas das pessoas e da cidade.

Entendo que trabalhar com cidades é inevitavelmente se alinhar à História do Tempo Presente. As cidades e os bairros, a vida das pessoas que o compõe e formam uma entidade orgânica parte indivíduo, parte coletivo, também estão e são puro movimento. Assim, como colocado por Richard Sennett na obra “Carne e Pedra” (2020) estudar as cidades é inevitavelmente estudar o povo: homens, mulheres e suas formas de viver, ouvir, sentir, experimentar, amar e odiar nas cidades e como estas formas são reinterpretadas no tempo. No caso das periferias urbanas, em especial a comunidade da Tapera em Florianópolis — Santa Catarina, se trata de estudar um pouco de minha vida, o que já vi, vivi e vivo enquanto morador de periferia. Nesse sentido, a subjetividade, antes vista como entrave para a pesquisa histórica, pode ser pensada como uma potencializadora de reflexões na atualidade. Isso porque a distância entre historiador e testemunha foi diminuída na construção do campo da HTP e então pudemos entender que a história não pertence e nem é usada apenas pelos historiadores, mas é objeto de uso cotidiano em todo o globo, no centro e nas periferias. Assim, pensar o meu lugar enquanto pessoa, enquanto cidadão e parte da sociedade é fator importantíssimo para a reflexão histórica no presente. Reconhecer a subjetividade e a minha contemporaneidade em relação ao meu tema de pesquisa, entretanto, não significa abandonar os procedimentos científicos do estudo histórico.

A Tapera, intitulada oficialmente Tapera da Base é um bairro da periferia de Florianópolis, no Sul da Ilha de Santa Catarina, que passou apenas à condição formal de Bairro

perduram até hoje. Segundo levantamento feito através de relatos orais por Martins (2019), as primeiras habitações da Tapera são fruto de desocupações na área da Base, conhecida como Caiacanga Mirim no período, onde em 1924 foi instalada a Base de Aviação Naval. Os poucos moradores que habitavam ali mudaram-se então para a região onde hoje é a Praia da Tapera, local profundamente ligado a cultura pesqueira e rural da Florianópolis quase-colonial do período. Abordaremos esse tema posteriormente.

Mesmo sendo fundada enquanto uma pequena colônia de pescadores que sobreviviam também através da subsistência em engenhos de farinha de mandioca (MARTINS, 2019), a Tapera é desde a década de 1990 profundamente atrelada a uma imagem de criminalidade, violência e vulnerabilidade social no pensamento popular florianopolitano. Em levantamento realizado no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Geografia, de autoria de Fabiana Martins e intitulado “De espaço marginal a trajetórias plurais: narrativas e imagens na construção do bairro da Tapera — Florianópolis” (MARTINS, 2019), a marginalidade, a criminalidade e a violência aparecem como os principais identificadores do bairro na mídia popular florianopolitana. Assim, a autora assinala: “Percebemos que em cada fato divulgado pelos jornais, reafirma-se a naturalização da marginalização do bairro como um mero palco para violência. E mais, na ausência de outras imagens e narrativas, a Tapera permanece dessa forma no imaginário da população.” (MARTINS, 2019, p. 45). Por conta dessas narrativas é normal no cotidiano da cidade ouvir inúmeros relatos que colocam a Tapera como um dos lugares mais perigosos de Florianópolis, especialmente no contexto do Sul da Ilha, sua localização geográfica mais específica³.

Seja através de *memes* maldosos ou da violência que ocupa as manchetes jornalísticas, é seguro dizer que popularmente as narrativas sobre o bairro giram sempre em torno de sua marginalização. Por essa razão, até mesmo quem nunca chegou a visitar o local, já entende que não se trata de um “bom” lugar. O imaginário popular da cidade⁴ e dos seus habitantes, bem como a minha experiência pessoal em escolas, reuniões sociais e conversas de todo tipo sempre foram constrangidas pelo fato de morar na Tapera, esse lugar que as pessoas consideravam

³ Trabalharemos com a questão do contexto específico da Tapera em relação ao Sul da Ilha e sua população mais tarde.

⁴ Entendo imaginário popular segundo a definição de Baczko Bronislaw enquanto um: “Vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percepção, divide e elabora os seus próprios objetivos. (...) Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (...) O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva.” (BRONISLAW, 1985, p. 309)

horrível pelas coisas que apenas ouviam falar, sem necessariamente ter experimentado alguma delas. Por exemplo, uma das entrevistadas nessa pesquisa que desenvolvo, trabalhadora de um serviço público da região revela abertamente que: “A Tapera tem um preconceito com relação ao seu morador” e completa “então nem todo mundo vai também trabalhar, nem todo profissional vai querer trabalhar na Tapera...”.

Assim, muito desse trabalho vem de uma vontade pessoal de organizar de fato uma “história periférica”⁵ do bairro e conhecer toda a miríade de pessoas que o compõe. Cresci e moro na Tapera há mais de 10 anos, durante esse período convivi com todo tipo de pessoa, com toda sorte de histórias de vida e trajetórias que nunca tiveram reflexão no que eu ouvia ou percebia sobre a Tapera em outros espaços da cidade. O bairro, nesse sentido, é encarado no imaginário popular da cidade enquanto piada, em função de uma suposta identidade cultural ligada a pobreza e a violência. Por tabela, as pessoas que moram lá recebem o mesmo tratamento. Eu recebi. Um *meme* publicado por uma popular página de “humor” da região de Florianópolis evidencia o senso comum em relação ao bairro:

Figura 2- Meme publicado por uma página de humor de Florianópolis via rede social



Fonte: Reprodução (2020)

⁵ Entendo “história periférica” enquanto uma história produzida na e a partir da periferia, com foco exclusivo em seus personagens, culturas e trajetórias diversas.

A imagem dessa Tapera é a mesma formada por qualquer estereótipo de uma favela no Brasil. De um local marcado por Igrejas Pentecostais, bares, distribuidoras de bebida e bocas de fumo. Todos na mesma rua. Apesar de tudo, essa é uma imagem real, como a que encontramos na principal via do bairro: a Rua do Juca. São, segundo levantamento realizado pelo autor, 19 igrejas cristãs e 22 bares/distribuidoras de bebidas em todo bairro, sendo 4 bares, 5 distribuidoras e 4 igrejas evangélicas na mesma rua. Entre as igrejas do bairro, a absoluta maioria é evangélica: 12 delas, sendo 6 igrejas parte da Assembleia de Deus. Entretanto, não é necessariamente a única imagem da Tapera, como buscaremos investigar. Ainda assim, caso seja, não é uma imagem necessariamente ruim. Isso porque tanto aqui, quanto em outras periferias do Brasil, os bares e as igrejas tem irrefutavelmente forte papel na manutenção da ordem das ruas e das calçadas. Elas que fornecem e movimentam a vida que perpassa o bairro e essa é a realidade até altas horas da noite, quando os bares e distribuidoras ainda estão abertos, mantendo movimento e certo nível de segurança nas ruas.

Seguindo esse raciocínio, entendo que quando analisamos uma cidade ou um bairro é fundamental olhar para as suas calçadas, analisar o movimento, investigar quantas pessoas passam, que tipo de pessoas passam e o quanto de vida existe ali, tentando abandonar qualquer tipo de preconceito nessa análise. A célebre escritora e ativista Jane Jacobs também recomenda essa prática. A autora assinala:

Devemos começar a aventurar-nos nós mesmos no mundo real, ainda que modestamente. A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é, em minha opinião, observar mais de perto, com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicações entre eles (JACOBS, 2014, p. 20).

As calçadas são assim fundamentais para tal tarefa. Junto das ruas são os órgãos vitais de qualquer cidade (JACOBS, 2014). Quando olhamos para o centro comercial e residencial da Tapera, a Rua José Correa, popularmente conhecida como Rua do Juca, vemos vida. Vemos trânsito constante de todo tipo de pessoa em qualquer hora do dia, inclusive de madrugada, vemos ônibus, carros, bicicletas, gente, cachorros, todos ali fazem uso das ruas e das calçadas. A realidade mesmo com o crime, sempre foi de tranquilidade para mim, enquanto morador da comunidade.

Por isso, uma certa estranheza quando pensava sobre a Tapera acompanhou-me durante boa parte da vida. Acredito, no entanto, que a maioria das investigações na área da história começa justamente com essa sensação de estranheza dos investigadores para com determinado

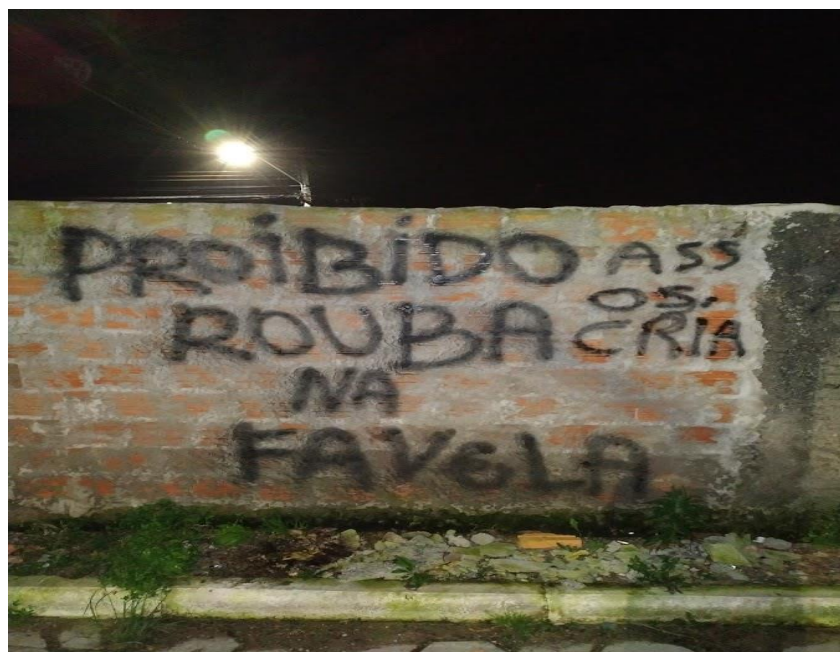
tema. Coloquei-a então para um bom uso. Quase sempre o que eu ouvia sobre a comunidade não se adequava ao que eu vivia e experimentava diariamente, nesse sentido, este trabalho, que é reflexo de muitas e muitas caminhadas sobre as ruas da Tapera, é com toda a certeza uma tentativa de tornar realidade, ou trazer para o papel de forma organizada, tudo de diferente que eu ouvi e vivi aqui em relação ao que externamente se acredita do bairro. É buscar pessoalmente cada uma das diversas pessoas que compõe o lugar e ouvi-las, deixá-las falar por si mesmas, sobre si mesmas, como pouco foi realizado até então. Penso que por ter essa pretensão não é exatamente meu objetivo trabalhar com a construção de uma história do bairro cheia de datas exatas e vazia de vidas, mas construir histórias coletivas do bairro através das diferentes experiências e olhares individuais, sempre no plural. É, nesse sentido, muito mais sobre experiências e sentimentos, dados obviamente em determinado período histórico, do que sobre uma pretensa objetividade histórica.

Entre praças, parques, igrejas e bares é uma tentativa de encontrar histórias nos lugares e nos diversos espaços de uma periferia. É pensar não apenas no tempo, mas no espaço como característica marcante para a história e para uma comunidade. A ideia surgiu a partir de um verso do rapper Rincón Sapiência que narra em um rap: “quebrada tem poucas praças e parques e várias igrejas e bares” (RASHID; SAPIÊNCIA, 2020). Nesse verso a chave de interpretação de uma ou de qualquer quebrada é a existência ou não de certos lugares e espaço de sociabilidades inseridos nela. Ainda que não trabalhe com os objetos citados acima de forma exclusiva, entendo-os como ponto de partida para uma reflexão maior a respeito do modo pelo qual estão organizadas histórias individuais e coletivas no espaço e como essas ajudam a definir ou entender um lugar específico. Assim, através do contato com diversos informantes e por meio de suas indicações pude mapear os principais espaços de ocupação social e cultural na comunidade, os quais posteriormente tornaram-se objetos dessa pesquisa. A investigação de quase nenhum deles estava planejada *a priori*, mas foram frutos do contato com a comunidade e a busca por redes onde estão estabelecidas as principais sociabilidades, experiências e histórias de grande parte dos moradores do bairro. São reflexo de um olhar próprio dos sujeitos estabelecidos nessa pesquisa.

Quando penso nessas diferentes visões sobre a Tapera, tanto no passado quanto no presente, considero interessante introdutoriamente investigar as diferentes nomenclaturas para as periferias do Brasil na contemporaneidade. Favela, comunidade, quebrada e área são algumas das mais populares no país - vale assinalar que todas essas foram encontradas no trabalho com a Tapera durante o período de investigação. Inicialmente, podemos inferir que a diversidade de nomenclaturas possíveis para as regiões periféricas se dão em função das diferentes percepções

e simbolismos que fazemos em relação a esses espaços. A “favela” clássica desde sua criação possui uma conotação pejorativa no imaginário popular. Internacionalmente, esses espaços de pobreza urbana são conhecidos desde sua fundação enquanto *slums*. A definição era originalmente usada para descrever atividades criminosas, mas na metade do século XIX foi usada para denominar a pobreza urbana (DAVIS, 2006). Nas últimas décadas tem sido cada vez mais comum a positivação desses espaços pelo uso do termo “comunidade”, que traz uma conotação de solidariedade e organização ao lugar. O termo ganhou assim frequente uso popular, inclusive por parte das elites e da grande mídia, que veem na adoção do termo uma possibilidade de maquiar as grandes desigualdades sociais nesses ambientes. Já “quebrada” e “área” são usados popularmente pela juventude das periferias e são encontrados principalmente na cultura do rap e do funk. Essa investigação traz nos depoimentos dos interlocutores da Tapera alguns desses diferentes usos.

Figura 3 - Inscrição encontrada em um muro da Tapera em 2020



Fonte: Acervo do autor.

Mas afinal, o que definiria uma favela, ou uma comunidade, ou informalmente, uma quebrada? Uma rápida pesquisa no *google* nos mostra muitas coisas. Segundo o *wikipedia*, favelas são “assentamentos urbanos informais densamente povoados e caracterizados por

moradias precárias e miséria”⁶, segundo o IBGE são “aglomerados subnormais”⁷ e segundo um dos mais populares jornalistas da cidade de Florianópolis, são “bolsões de pobreza”⁸. Essencialmente, podemos dizer que esses lugares são social e popularmente conhecidos como espaços marginalizados marcados pela vulnerabilidade social de seus habitantes. Nesse sentido, o Observatório de Favelas, uma organização da sociedade civil com base no Rio de Janeiro, publicou uma coletânea de textos intitulada “O que é a favela, afinal?” (2009) que elucida bem a questão. Assim:

Historicamente, o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência. Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo que não teria. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infra-estrutura urbana - água, luz, esgoto, sem coleta de lixo: sem arruamento: globalmente miserável: sem ordem: sem lei: sem regras: sem moral. Enfim, expressão do caos. (SILVA et al., p. 16, 2009).

Para o poder público as favelas são definidas a partir de aspectos “prioritariamente ocupacionais, estruturais e legais, sendo o termo utilizado para denominar espaços que se caracterizam pela ‘precariedade’, ‘irregularidade’ e ‘desconformidade’.” (FREIRE, 2008, p. 100). Ainda que não sejam exclusivamente isso, os espaços periféricos mantêm-se vítimas do mecanismo simbólico de estigmatização e generalização colocados em *memes*, jornais e nas políticas públicas. Birman traz:

Os processos de identificação criam tipos e a tipificação é imune à diversidade de modos de vida, de escolhas morais, sexuais e religiosas. O seu movimento, por definição, é o de provocar generalizações. Um milhão de pessoas como contra-exemplo pouco serve contra uma única identificação negativa que, elevada à condição de emblema, pode legitimar e participar dessas políticas, reafirmando o que seria a “verdadeira” e “autêntica” identidade do grupo a ser considerada em termos de interesse público. Basta um único caso, um único acontecimento, para reiterar a especificidade negativa de um grande conjunto populacional. (BIRMAN, 2008, n.p)

Essa questão é explorada cirurgicamente na obra da antropóloga Patrícia Birman (2008). Segundo a autora, o uso do termo comunidade funciona principalmente como contra-discurso a favor dos habitantes das favelas, respondendo aos discursos e medidas segregadores impostos pela mídia e pelo estado contra essas regiões (BIRMAN, 2008). Ainda, o termo é fundamentalmente reconhecido enquanto uma forma de auto identificação dos moradores, uma vez que a identificação negativa enquanto favelados sempre veio de fora para dentro. A autora

⁶ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela>> Acesso em: 10/03/2020.

⁷ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>> Acesso em: 10/03/2020.

⁸ Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/cacau-menezes/os-bolsoes-de-pobreza-de-florianopolis>> Acesso em: 10/03/2020.

reconhece assim “os jogos identitários que há muito tempo ocupam a cena pública em torno das favelas” (BIRMAN, 2008, n.p) postos aqui sob o conflito na tipologia desses espaços. Como coloquei anteriormente, a partir desse processo, o termo comunidade passou a ser massivamente utilizado pela mídia, pelo estado e por organizações não governamentais, entretanto sem a devida atenção ao que a adoção irrestrita do termo significaria. Essa adoção, para Birman, significa a “suposição, muitas vezes sequer explicitamente enunciada, que a população desses territórios possui um perfil próprio, inconfundível, que faria dela um grupo com uma cultura específica no interior da cidade.” (BIRMAN, 2008, n.p).

Birman aponta para o fato de que muitos moradores de periferia usam de eufemismos, como o termo ‘comunidade como forma de buscar uma não-identificação ou “a anulação de qualquer referência à identidade territorial em trocas sociais diversas” (BIRMAN, 2008, n.p) frente a estigmatização que esses territórios enfrentam, como observamos no *meme* apresentado acima. Posso dizer que passei por tal processo pessoalmente, por isso, tento através desse trabalho investigar as formas de reafirmação e resistência da identidade periférica inserida nas relações e nas experiências dos interlocutores. Uma dessas formas de resistência a estigmatização está explicitamente colocada na cena do rap da Tapera, objeto de investigação do quarto capítulo dessa obra. Dada a dificuldade de ser contra-exemplo, como colocado por Birman (2008), os artistas entrevistados buscam através da música e da exposição de suas “vivências” na periferia afirmar ainda mais sua identidade periférica, vulnerável e dar voz aos conflitos sociais colocados nas ruas da Tapera e em suas vidas. Ser taperense é um forte nos raps do grupo entrevistado, o LADUMAU.

E falando em nomes e percepções, o próprio nome “Tapera” já diz muito sobre o que percebemos a respeito desse espaço. Na obra “História Geral do Brasil” (1877) de Varnhagen o autor usa o termo “taperas” para se referir às habitações abandonadas de povos indígenas no país. Ele anota ainda que o termo é uma “contração de taba-oêra, aldeia que foi” (VARNHAGEN, 1877, p. 13). Assim, o dicionário assinala até hoje “Tapera” como: “Qualquer local destruído e de péssima aparência.” (MICHAELIS, 2015)⁹. Ainda descobri através de um entrevistado que o termo é citado em uma música do cantor gaúcho Teixeira. A música, intitulada “Velho Casarão” (1979), lê “Velho casarão, já quase tapera”. Fato é que a palavra nunca teve exatamente uma conotação positiva, então como um bairro assim intitulado seria percebido positivamente?

⁹ TAPERA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tapera/>> Acesso em: 07/02/2022.

Dito isso, o objetivo geral desse trabalho é investigar e reunir as múltiplas percepções e narrativas que os moradores e os diversos interlocutores do bairro da Tapera, em Florianópolis – SC, tem e formam sobre esse espaço. Trabalhar com isso é lidar com suas histórias de vida, com suas identidades particulares e gerais e com todas as suas percepções sobre o mundo. Procuro e procurarei durante o trabalho não perder a dimensão específica e subjetiva que existe não só em cada uma das diversas percepções desse espaço, mas também no que busco organizar e construir a partir dessas, uma vez que essas não deixam de me influenciar pessoalmente. Assim, os objetivos específicos são: (1) analisar as construções identitárias dos moradores do bairro a partir de suas próprias experiências; (2) reconhecer as diversas experiências e trajetórias que compõe uma periferia urbana; (3) construir um discurso alternativo sobre a comunidade, levando em consideração as narrativas hegemônicas sobre o bairro que dominam o debate público e o imaginário popular florianopolitano; (4) Relacionar o desenvolvimento e as diferentes percepções sobre bairro da Tapera com seu bairro vizinho, o Ribeirão da Ilha.

Tais temáticas praticamente não são abordadas no campo da História. Os principais trabalhos sobre periferias urbanas na contemporaneidade vem da sociologia, da antropologia e da geografia. Desse modo é meu objetivo fornecer uma abordagem interdisciplinar para a questão das identificações dadas exteriormente e interiormente às periferias, mais especificamente na Tapera. Reconhecer a diversidade de interlocutores, experiências e formas de identificação do e no espaço presentes na comunidade é fundamental nesse sentido, assim poderemos reconhecer também diferentes “taperas” na mesma comunidade. Reconhecer tanto a Tapera das bocas de fumo, dos bailes funks e das igrejas pentecostais (que sim, existem), quanto a Tapera das relações comunitárias, da pesca e da cultura popular. Novamente resalto a importância da História do Tempo Presente nessa empreitada, que depende do reconhecimento e do trabalho em conjunto com os diversos atores e testemunhas que compõe a relação entre passado e presente no bairro.

Um trabalho que considero fundamental para essa pesquisa, também centrado em extensa observação empírica, é a obra seminal do historiador Mike Davis, “Planeta Favela” (2006). No livro, o autor aborda o desenvolvimento e crescimento das periferias urbanas a partir dos anos de 1960 e 1970 no mundo todo, bem como o rápido e exponencial espalhamento da pobreza e degradação urbana nos anos 1990. Essa obra se mostra fundamental enquanto um dos primeiros estudos estruturados sobre as favelas no mundo, além de demonstrar de forma transnacional as diversas similaridades ao nível global nas condições e no desenvolvimento das periferias urbanas. De acordo com essa interpretação, apesar de existirem diferenças regionais e nacionais nas formações, certos aspectos são compartilhados por favelas no Brasil, na China,

no Quênia e em toda a periferia global. Outro ponto fundamental é a percepção de como fatores macroeconômicos, o desenvolvimento da economia mundial e políticas econômicas influenciam as microeconomias e sociedades nas favelas de todo o globo.

Historicamente, as favelas surgiram em 1805 em Dublin, conhecidas como *slums*. A definição era originalmente usada para descrever atividades criminosas, mas na metade do século XIX foi usada para denominar a pobreza urbana. Assim, em meados do XIX, as *slums* eram reconhecidas enquanto fenômeno internacional (DAVIS, 2006). A degradação e o mais baixo nível de humanidade assustavam da Itália, à Rússia e até à Índia. Segundo o autor:

Essas favelas clássicas eram lugares pitorescos e sabidamente restritos, mas em geral os reformadores concordavam com Charles Booth - o Dr. Livingstone dos párias de Londres - que todas se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício. É claro, que para os liberais do século XIX, a dimensão moral era decisiva e a favela era vista, acima de tudo, como um lugar onde um “resíduo” social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento... (DAVIS, 2006, p. 21).

Na década de 2000, as definições da ONU ainda mantêm um parecido traçado. São definidas enquanto lugares caracterizados por “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança de posse da moradia.” (DAVIS, 2006, p. 22). São lugares infalivelmente mais fáceis de serem medidos por características físicas, legais e econômicas do que sociais, apesar de a marginalidade ainda ser o principal fator determinante em todos os casos. Assim, segundo a entidade, em 2005 existiriam cerca de 1 bilhão de pessoas faveladas no mundo. Nos países de Terceiro Mundo, os favelados representariam absurdos 78,2% da população urbana (DAVIS, 2006).

Inevitavelmente, vivemos na Era da cidade, pela primeira vez na história da Terra a população urbana é maior que a rural. E o desenvolvimento das favelas e mais tarde, do que o autor chama de superfavelas, foi fundamental para esse acontecimento. Segundo Davis, guerras civis crônicas, desorganização econômica imposta pela dívida externa e políticas-econômicas neoliberais ocasionaram um forte êxodo rural no mundo todo, principalmente no Terceiro Mundo. O autor intitula esse processo de “superurbanização”:

As cidades, apesar do crescimento econômico estagnado ou negativo e sem o necessário investimento em nova infraestrutura, instalações educacionais e sistemas de saúde pública, simplesmente colheram o produto da crise agrária mundial. Em vez do estereótipo clássico do uso intensivo de mão-de-obra no campo e uso intensivo do capital na metrópole industrial, o Terceiro Mundo apresenta hoje muitos exemplos de campo com uso intensivo de capital e cidades desindustrializadas com uso intensivo de mão-de-obra. A “superurbanização” em outras palavras, é impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empregos (DAVIS, 2006, p. 16).

O autor também traz dados preocupantes. Segundo ele, no Brasil, especificamente na região amazônica, cerca de 80% do crescimento urbano tem se dado nas favelas, “tornando assim sinônimos ‘urbanização’ e ‘favelização’.” (DAVIS, 2006, p. 18). Do mesmo modo, em Délhi na Índia, de 500 mil pessoas que migram para a cidade, 400 mil acabam em favelas (DAVIS, 2006). Discorrendo sobre a generalização das favelas no mundo, o autor evidencia a inevitabilidade das favelas se tornarem “o problema mais importante e politicamente explosivo do último século” (DAVIS, 2006, p. 20). Nessa toada, segundo Davis, existiriam cerca de 200 mil favelas em todo o mundo, com algumas contando com mais de 1 milhão de pessoas nelas.

A habitação nas periferias urbanas tem algumas características em comum em todo o globo. Segundo o autor as grandes favelas em todo o mundo cresceram a partir da década de 1960 em função da migração do campo para as cidades. Na América Latina esse processo existe desde a década de 1930 e 1940 com o processo de industrialização e substituição de importações dos países latinos, porém, é também mais acentuado na década de 1960 (DAVIS, 2000). As escolhas pelas periferias se dariam fundamentalmente pela facilidade em encontrar propriedade e terras sem uso. Essas podiam ser fruto de ocupações ilegais da terra ou alugadas de outros pobres urbanos. Entretanto, apesar de serem relativamente fáceis de serem ocupadas, as periferias raramente contavam com serviços públicos e eram extremamente precárias no transporte até os postos de trabalho. Os pobres urbanos, nesse sentido tem de resolver uma complicada equação “ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança.” (DAVIS, 2006, p. 27). Somando todos os custos, a ocupação de terrenos ilegais pode não ser tão mais barata que a compra de um terreno, mas representa a oportunidade de construção de um futuro próprio e independente para as famílias, permitindo também a futura locação de novas casas para serem alugadas a moradores ainda mais pobres que continuam a chegar nas periferias, cada vez mais (DAVIS, 2006).

A busca pelas periferias também é, às vezes, forçada. Nesse sentido, foi muito comum até a década de 1980 a expulsão dos pobres do centro da cidade em função da valorização imobiliária de terrenos na região. Esse fenômeno é amplamente conhecido na destruição de cortiços centrais de São Paulo e Rio de Janeiro durante todo o século XX e no reassentamento forçado de favelas também nas duas cidades. Um dos casos mais marcantes desse processo é a construção da Cidade de Deus, favela no Rio de Janeiro retratada no filme homônimo de 2002 dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund, que até seu reassentamento pelas forças públicas em 1969, ocupava a região do bairro nobre do Leblon. Foram comuns, nesse sentido, desde o

surgimento das favelas em toda a América Latina ataques maciços por parte do Estado, com apoio das classes médias, aos assentamentos informais. Segundo Davis, esses ataques tinham também outra face escondida: “Já que muitos dos novos imigrantes urbanos eram indígenas ou descendentes de escravos, era comum haver uma dimensão racial nessa ‘guerra à ocupação ilegal’.” (DAVIS, 2006, p. 55). Podemos inferir que até os dias atuais, narrativas contrárias aos assentamentos informais, ocupações urbanas e favelas escondem violentos preconceitos sociais e culturais, como acontece no caso de Florianópolis.

O processo descrito por Davis (2006) demonstra o poder destruidor da especulação imobiliária nas cidades, uma situação que é amplamente difundida em Florianópolis e será melhor abordada no primeiro capítulo dessa obra. Na capital de SC, é marcante nesse sentido a construção da Avenida Beira-Mar Norte na década de 1960, que com o apoio do poder público, das elites empresariais, partidos conservadores e imprensa, possibilitou a expansão da cidade rumo às praias do norte e promoveu a enorme valorização imobiliária de uma área da cidade ocupada por chácaras de famílias ricas, beneficiando assim as camadas médias e altas de Florianópolis (LOHN, 2016, p. 211). Essa foi uma obra que contribuiu ainda mais para uma separação espacial entre ricos e pobres na cidade, que até hoje mantém o mesmo traçado de separação e segregação nos espaços dominados pelas elites.

Segundo Davis, as políticas neoliberais, a estagnação financeira e o declínio da economia produtiva das décadas de 1970 e 1980 geraram uma tendência ao latifúndio urbano e “bolhas de propriedade em meio à estagnação ou, mesmo, ao declínio econômico generalizado”:

Por sua vez, os planos de ajuste estrutural canalizaram a poupança nacional da indústria e do bem-estar social para a especulação imobiliária. “A elevada taxa de inflação e a escala maciça da desvalorização”, escreve o economista político Kwadwo Konadu-Agyemang, de Acra, “desencorajaram a poupança e tornaram o investimento em terrenos não construídos ou parcialmente construídos o modo mais seguro e lucrativo de conservar um patrimônio que também pudesse ser vendido em moeda estrangeira (DAVIS, 2006, p. 104).

Esse desenvolvimento urbano marcado pela especulação imobiliária, que impede o planejamento urbano justo e favorece o luxo excessivo e o encarecimento das propriedades, chegou em tal ponto que Davis considera que a própria periferia que absorveu as cidades em alguns casos, como, por exemplo, Lusaka, capital da Zâmbia, onde dois terços da população da cidade moram em favelas (DAVIS, 2006). Não é difícil imaginar essa realidade em solo brasileiro. Em Florianópolis, segundo Maria Inês Sugai, em 2002 cerca de 15% da população morava em 55 favelas do município e 83 da região metropolitana de Florianópolis (SUGAI,

2002). Segundo a autora, o número de favelados na cidade cresceu 56% de 1992 a 2001. Esse crescente número de moradores na periferia é consequência direta do aumento do valor das propriedades em função da especulação imobiliária e a transformação de Florianópolis em polo turístico internacional. Esses números, ainda desatualizados, só tendem a aumentar dadas as últimas crises econômicas que o país enfrenta desde 2013 e o disparo dos valores de aluguéis até mesmo nas periferias urbanas.

No que concerne a habitação nas favelas, com o crescimento absoluto da ocupação nas periferias, ser proprietário e arrendar casas ou quitinetes na região virou um negócio lucrativo, colaborando com a especulação imobiliária até mesmo nas periferias, processo também observado por testemunhas na Tapera. Davis assinala:

Enquanto isso, as moradias apinhadas e mal conservadas das favelas costumam ser mais lucrativas por metro quadrado que outros tipos de investimento imobiliário. No Brasil, onde boa parte da classe média serve de locadora dos pobres, a propriedade de alguns cortiços permite a muitos profissionais liberais e administradores de nível médio estilos de vida à moda de Copacabana (DAVIS, 2006, p. 105).

O autor relata que a ocupação e a invasão de terrenos nas periferias atingiram seu ponto máximo nos anos de 1970. Entretanto, hoje é um fenômeno que acontece em escala muito menor, mas ainda marcante na vida de centenas de famílias que compõe ocupações urbanas e as disputas por terra nas cidades. Em Florianópolis, esse é um tema que tem adquirido mais importância e atenção nos últimos anos, principalmente através da construção (e oposição) das ocupações Marielle Franco, Fabiano de Cristo e Amarildo de Souza. Segundo o autor: “hoje, a ocupação *stricto sensu* continua primariamente em terra urbana de baixo valor, em geral em lugares de risco ou extremamente marginais, como planícies sujeitas a cheias, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas.” (DAVIS, 2006, p. 38). Mesmo assim, as ocupações em Florianópolis têm sido alvo constante de operações legais e ataques midiáticos que buscam deslegitimar o direito fundamental à terra e à vida de todo cidadão brasileiro. Esse processo é melhor abordado na Dissertação de Mestrado em Geografia de Fernando Calheiros: “Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra em Florianópolis: O caso das Ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo.” (2020) e será também trabalhado aqui.

Ainda assim, é normal existir uma confusão em verificar e constatar a pobreza urbana nas cidades. É relativamente subjetiva a denominação ou o reconhecimento de um espaço enquanto uma favela, até mesmo a obra de Davis apresenta uma concepção muito ampla do que seriam as favelas no mundo, chegando a considerar assentamentos de refugiados e ocupações de moradores de rua enquanto favelas. Nesse sentido, o autor, por exemplo, considera Gaza

como a maior favela do mundo (DAVIS, 2006). Entendendo que existem particularidades e generalidades nos processos de formação das periferias, busco nessa pesquisa averiguar as similaridades e diferenças da Tapera em relação ao desenvolvimento catarinense, nacional e global, bem como quais são as representações dos moradores nesse sentido, por exemplo, se os mesmos se consideram favelados ou consideram a Tapera uma favela, ou uma comunidade.

Por ter a pretensão de trabalhar com os relatos e testemunhos de moradores da Tapera, faço uso no trabalho da metodologia da História Oral. Nesse campo, foi fundamental a contribuição do historiador inglês Paul Thompson no trabalho com o livro “A Voz do Passado” (1992). Refletindo sobre a natureza, a especificidade e a relação da fonte oral com outras fontes e evidências da história que compõem o trabalho do historiador, o autor dá importantes bases e precedentes para a realização técnica de uma entrevista, a coleta da evidência oral, sua importância, historicidade própria e fundamentos teóricos. Por estar na grande maioria das vezes em contato com o social e com os conflitos da história social, a história oral trabalha inevitavelmente com a vida das pessoas e sua experiência, tanto nas matérias singulares quanto nas coisas do dia-a-dia. Apresenta assim uma realidade “complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.” (THOMPSON, 1992, p. 25). Thompson descreve esse processo enquanto potencialmente transformador, enquanto tira o historiador de sua “torre de marfim” do confinamento com os documentos, através de uma “uma ruptura da fronteira entre a instituição educacional e o mundo, e entre o profissional e o público comum” (THOMPSON, 1992, p. 33), além de permitir uma construção bidirecional da história, ou seja, em colaboração direta com os entrevistados.

A História Oral também colabora para que o público possa observar na história uma relevância para suas vidas, tanto nas suas trajetórias de vida, quanto na percepção de pertencimento a um determinado local ou determinada época. Desse modo, a prática é essencialmente uma troca, uma construção conjunta e não apenas a coleta de fatos estabelecidos ou mera “reminiscência casual”. Parte do trabalho aqui colocado é recuperar as memórias e histórias que possam contribuir com um melhor conhecimento do bairro, do que forma ele e principalmente das pessoas que o constroem e o construíram historicamente. Desse modo, ao perceber que nos espaços “inscrevem-se relações e, mesmo, a passagem do tempo” e que “as relações históricas entre formas urbanas e seus usos sociais compreendem interações entre espaços, lugares e sociabilidades” (LOHN, 2016, p. 296) considero que a importância da pesquisa está em entender como funciona uma comunidade na atualidade, quais são seus eixos motores, seus personagens, protagonistas, espaços de sociabilidade, memórias, dinâmicas e

conflitos com a (falta de) governança. Assim, a experiência da Tapera, poderia demonstrar semelhanças com processos que ocorrem em toda cidade do país, como poderemos observar.

Portanto, foram realizadas entrevistas com 11 moradores e trabalhadores do bairro da Tapera. Os critérios de seleção são: a disponibilidade do ou da entrevistada, o contato direto com o cotidiano do bairro, ou uma trajetória de vida ligada ao bairro e a participação na vida pública ou cultural do local. Os informantes foram selecionados também com o objetivo de formar uma representação ampla de todos os estratos sociais e culturais que formam a comunidade, definidos aqui pela: trajetória, atuação profissional ou cultural, classe social e relação individual e coletiva com o bairro. Ou como Paul Thompson resume:

Para que a história oral seja efetivamente representativa, em todos os níveis sociais, justamente não serão os incomumente articulados e claramente reflexivos que devem ser gravados. A essência dela está em transmitir as palavras e os sentimentos da gente comum. A escolha ideal é uma escolha ampla, mas firmemente baseada no centro. (THOMPSON, 1992, p. 171).

Tendo que “a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus companheiros” (ROUSSO, 2006, p. 98) é importante também destacar a importância da obra em sua dimensão social, como ação sob um processo que ainda está ocorrendo. Assim, “sob vigilância” (DOSSE, 2012, p. 15) a minha proposta tem como caráter central a importância do testemunho vivo e do papel social do historiador na sociedade que:

Induz duas ‘missões’ contraditórias: de um lado, o discurso de desmistificação das crenças veiculadas pela memória coletiva para fazer valer um discurso racional. Por outro lado, o historiador é chamado a ajudar a formar a consciência histórica e a memória dos contemporâneos, bem como a construir uma cultura comum. (DOSSE, 2012, p. 19).

Nesse sentido, urge a necessidade de desconstrução de uma visão que funciona como violência sobre cada morador da Tapera e a construção de uma nova consciência sobre o presente do bairro, que apesar de tudo, segue entre praças, parques, igrejas e bares. Precisamos “colocar a Tapera no mapa”, como trouxeram as narrativas de vários dos entrevistados, além de refletir sobre o que é ou não de fato “estar no mapa”! Dialogar com o cotidiano, com as trajetórias e as dinâmicas sociais, culturais e políticas dos moradores da Tapera e suas articulações no presente e na formação e circulação de narrativas como a de “estar no mapa” foram fundamentais aqui. É importante, desse modo, afirmar novamente o interesse colocado

em produzir uma história que tem a periferia não só como objeto, mas como ponto de partida, referência e pressuposto básico da produção do conhecimento.

O recorte temporal é orientado justamente por essa concepção de urgência no estudo do presente, que na comunidade da Tapera é encontrado em plena ebulição. Nesse sentido, a escolha por 2002 como ano inicial para a pesquisa é orientada pela noção de que o período foi fundamental no desenvolvimento de um fluxo de moradores que passaram a habitar a região, como é o caso de alguns dos nossos depoentes. Já o ano de 2020 é simbólico em alguns dos relatos por ser o ano em que a comunidade conseguiu eleger seu primeiro vereador “do bairro”, desse modo, o acontecimento é visto nos relatos como marco de um processo de consolidação do projeto político de poder implementado pelo Conselho Comunitários na última década. Observaremos mais desse processo ao longo do trabalho. Me parece fundamental a escolha do ano de 2020 também como maneira de incluir a experiência da pandemia de COVID-19 como parte necessária desse trabalho, uma vez que foi um fator estruturante e de grande protagonismo em várias das narrativas colhidas durante os dois anos de realização dessa pesquisa. Esses dois acontecimentos deixam evidente, novamente, a importância do trabalho com o presente, com o vivo.

Outro fator de preocupação aqui é a falta de dados mais estruturados sobre a ocupação de terras nas periferias urbanas, ou padrões de habitação e vida nas favelas. Esse é um fator que une a maior parte das cidades do Terceiro Mundo (DAVIS, 2006). No caso da Tapera e de outras ocupações da cidade de Florianópolis, a recíproca é verdadeira. Especificamente na Tapera é evidente a falta de produções acadêmicas ou estudos técnicos que pesquisem sua história, ocupação atual e dados sociais e econômicos da população. Como coloca Davis, adentrar as periferias é estar envolto por uma “espessa névoa epistemológica” (DAVIS, 2006, p. 45). Nesse sentido, torna-se mais importante e necessária a coragem das observações empíricas, das caminhadas pelas ruas e contato com os diversos atores sociais e culturais da região. Tenho assim a pretensão de construção de um trabalho importante para a posterioridade no que tange o estudo das periferias urbanas em Florianópolis, principalmente aquelas mais esquecidas por produções científicas e técnicas, bem como a produção de um trabalho que sirva de base para ainda mais estudos sobre a Tapera e sobre sua população. Além de um modo pelo qual os próprios moradores possam conhecer, estudar e aprofundar seus conhecimentos sobre o espaço que vivem e o lugar que ocupam. Para que nenhum deles se sinta como se não pertencesse a algum lugar.

Finalmente, o primeiro capítulo desta dissertação, dará base da realidade sócio histórica de formação das cidades e periferias urbanas na história, com base no conhecimento das

relações sociais e culturais colocadas pela modernidade e pelos processos de modernização no século XIX e XX. Inicialmente trabalhando o contexto geral de formação das cidades e seu caráter na modernidade. Posteriormente o contexto de formação e desenvolvimento urbano da cidade de Florianópolis e o modo como a Tapera se encaixa nesse processo. Entendo, portanto, que existem certas características de representação que ligam a urbanização de grandes cidades tanto na modernidade, quanto na contemporaneidade e que estas ideias e símbolos podem ser usados para explicar o desenvolvimento de uma comunidade na periferia de Florianópolis no início do século XXI.

No segundo capítulo abordarei mais profundamente a forma pela qual certas percepções sobre a cidade são formadas e propagadas. Por meio de uma selecionada bibliografia sobre cidades e a criação de estigmas que representam a diferença nos espaços, buscarei refletir a respeito do estabelecimento de construções simbólicas nas relações sociais entre cidade e periferia e a consequente geração de espaços segregados, simbólica e materialmente, na paisagem urbana a partir desses processos. Nesse sentido, compreendo que uma visão mais detalhada sobre determinados dados estatísticos sobre a Tapera serão convenientes na preparação para as discussões metodológica que darão base para o trabalho em campo através da prática da História Oral. Desse modo, um destrinchamento crítico do Censo do IBGE de 2010 fundamentará ainda mais as discussões teóricas propostas nesse capítulo.

No terceiro capítulo trabalharei com os interlocutores públicos do bairro, ou seja, aqueles que ocupam uma posição de liderança ou protagonismo em questões públicas referentes ao bairro. Desse modo, entrevistarei uma trabalhadora da assistência social no bairro e um representante do Conselho Local de Saúde, que por sua vez também realiza projetos sociais de voluntariado em vários âmbitos da comunidade, como no Conselho Comunitário e na Pastoral da Criança. Minha expectativa é que tais interlocutores possam fornecer uma percepção mais institucionalizada e generalizada do bairro e de suas trajetórias nele.

No quarto capítulo buscarei interlocutores ligados à vida cultural do bairro e que possam nos apresentar percepções mais individualizadas sobre a Tapera. Nesse sentido, conduzirei entrevistas com integrantes do movimento do rap e do samba no bairro, de modo a entender como os mesmos se identificam em relação a comunidade, as narrativas que os orientam nos espaços e como os mesmos entendem os espaços que praticam em relação ao resto dos habitantes e das narrativas a seu respeito. Entrevistarei também um conhecido pescador da região e uma pesquisadora que trabalhou com as populações negras e o culto do Batuque na Tapera, com o objetivo de compreender melhor as experiências e trajetórias outras que ainda persistem no local.

1 CAMINHOS DA MODERNIDADE: PARIS E TAPERA

A princípio o título deste capítulo pode causar estranheza ao leitor (e deve causar!). Não é normal ou muito menos aconselhável traçar paralelos entre a capital da França e um bairro da periferia de Florianópolis, em Santa Catarina. Entretanto, proponho aqui, neste trabalho, o estabelecimento desta estranheza. Para fazer sentido, no entanto, precisamos primeiro entender a importância de investigar um fenômeno tão abrangente quanto a pobreza urbana, em termos globais e não apenas locais. O livro “Planeta Favela” (2005), evidencia bem a dimensão do fenômeno das favelas. A pobreza urbana, responsável pelo problema das favelas e das ocupações urbanas descritos anteriormente, também precisa ser visto em sua totalidade e não apenas especificidade. Nesse sentido, ele é totalmente dependente da pobreza como um todo, não apenas nas cidades. Mas o que é a pobreza então? Entre muitas de suas definições, uma das mais populares é descrita por Milton Santos (2013) como uma participação maior ou menor na modernização, nos processos de modernização.

Nesse sentido, em uma curta linha de pensamento é fácil estabelecer um paralelo direto entre a modernização (parte fundante da modernidade) e o desenvolvimento da pobreza urbana em todo o globo. Considero assim, fundamental entender o sentido mais amplo de modernidade e do regime de historicidade moderno, uma vez que os objetos de estudo desta dissertação foram pela primeira vez criados, pensados e esquematizados com base nas mentalidades, sociabilidades e sensibilidades modernas. Compreender essas questões é fundamental para o pleno entendimento do trabalho, pois é esse contexto que dará fundamentação para a vida das cidades grandes no Brasil, do passado até o presente. Nesse sentido, os processos experimentados pelas cidades modernas são como um laboratório para o estudo histórico de outras cidades do país, inclusive para o desenvolvimento da Florianópolis da primeira metade do século XX, mantidas as devidas proporções. E o primeiro e maior laboratório para o desenvolvimento da modernidade nas cidades é, não mais, nem menos, que a Paris do Barão de Haussmann, no século XIX.

Para completar a estranha conexão entre Paris e Tapera, é fundamental colocar em uso um dos mais interessantes conceitos presentes na teoria da história: o de “estratos do tempo”. Esse conceito, cunhado pelo historiador Reinhart Koselleck nos dá uma concepção do tempo enquanto a construção cumulativa de diversos períodos históricos, um sobre o outro. Assim, observamos o tempo através da analogia de formações geológicas que se sobrepõem, remetendo a tempos e profundidades geológicas diferentes. Ou seja, de modo a perceber o tempo em que vivemos enquanto a sobreposição de diferentes vestígios de experiências de tempos passados,

de diferentes velocidades, acelerações, atrasos e temporalidades passadas. Assim, podemos inferir que o presente é composto de processos e elementos fundados durante a modernidade, é formado tanto de singularidades, quanto de repetições históricas (KOSELLECK, 2014). E então assim, como em um passe de mágica, fica fácil entender a relação entre a Paris moderna e a Tapera contemporânea.

Resumindo, neste capítulo destrincharemos melhor a fina linha que une a Paris modernista do século XIX, com o desenvolvimento da modernidade no Brasil e em Florianópolis e o estudo das percepções sobre a periferia na comunidade da Tapera, vista inicialmente como um contraponto, ou até mesmo sintoma da modernização florianopolitana. É importante destacar que esse estudo é apoiado também pela pesquisa da historiadora Sandra Pesavento na obra “O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano” (2002) na qual a autora estabelece um fio condutor que liga a modernização de Paris ao estabelecimento de Porto Alegre enquanto grande urbe. Assim, reconhece os efeitos da modernidade parisiense, tomada enquanto modelo universal de metrópole no período, presentes na imaginação e nas visões sobre a cidade gaúcha. Para concluir, tentei neste capítulo trabalhar também com a ideia de múltiplas escalas na observação da história ao saltar de uma análise global da modernidade para uma local, ou seja, do mais geral ao mais particular.

1.1 PARIS

Existem diversos sentidos da Modernidade. Inicialmente, o período moderno é em geral é observado de duas formas, aparentemente distantes, a forma material e espiritual. No campo do espírito estariam destacados os desenvolvimentos artísticos e intelectuais do período. No campo material, as conquistas políticas, econômicas e sociais. A primeira popularmente referida enquanto “modernismo” e a segunda enquanto “modernização” (BERMAN, 2007). Baudelaire, reconhecido por Marshall Berman e estudado por Walter Benjamin como um dos “grandes escritores modernos” (BERMAN, p. 173), conseguiu exprimir em sua literatura as diversas facetas e contradições inerentes a esse período histórico interdependentemente e brilhante. O estudo de sua obra, nos indica um importante quadro da modernidade e dos seus paradigmas urbanos.

O autor, desde seu período, era dedicado a vida moderna e o reconhecimento dela, enquanto tal. Enxergava beleza e horror na vida comum e cotidiana da cidade e entendia que o artista moderno devia representar, e se transformar, nas multidões das grandes cidades, na beleza e no horror do progresso. Só ali o artista e a arte propriamente modernos se encontrariam.

Berman assinala: “A lição, para Baudelaire, que iremos desdobrar nas partes subsequentes deste ensaio, é que a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedade intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar.” (BERMAN, 2007, p. 167).

Baudelaire escreve diretamente da nova e luxuosa Paris de Napoleão III e do Barão Haussmann, responsáveis, nas décadas de 1850-1870, pela modernização e total reorganização da cidade. O poeta era em simultâneo, espectador e participante de todo processo de destruição e reconstrução da cidade, bem como das sociabilidades e das experiências dos parisienses modernos. Responsável pela criação de cenas e arquétipos primordiais da vida e da cidade moderna em sua literatura, Baudelaire nos dá fundamentais pistas sobre os sentidos da modernidade e da nascente vida na pobre e luxuosa cidade moderna. Em seu escrito “Os olhos dos pobres” ele narra o encontro de um apaixonado casal num dos novos cafés erguidos com a construção dos boulevares parisienses, encontro, porém, atrapalhado por uma família de pobres que observava de perto a riqueza e modernização do ambiente. Esse encontro, que poderia se dar em qualquer lugar, representa um arquétipo da vida moderna especificamente pelo espaço onde se dá: o novo *boulevard* parisiense, descrito por Berman enquanto “a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional” (BERMAN, 2007, p. 176). Os bulevares, construídos onde antes existiam habitações e casas de famílias pobres, foram responsáveis pela criação de um sistema de circulação e tráfego urbano, bem como a abertura de espaços livres no centro da cidade, onde seriam também instalados mercados, parques, jardins, pontes e outros monumentos culturais (BERMAN, 2007). Segundo Berman:

O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios, deslocou milhares e milhares de pessoas, destruiu bairros inteiros que aí tinham existido por séculos. Mas franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade de seus habitantes. Agora, após séculos de vida claustal, em células isoladas, Paris se tornava um espaço físico e humano unificado. (BERMAN, 2007, p. 178).

Esse foi o mesmo modelo seguido por todo projeto de modernização de grandes cidades, incluindo a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Esse, tinha como objetivo principal a retirada dos pobres da cena urbana central, através da destruição e dos bota-abixo promovidos pelo Estado. Entretanto, em Paris tiveram um efeito diferente do planejado: voltaram a trazer os pobres à cena urbana de maneira mais eficaz. Isso porque, segundo Berman, os antigos bairros pobres eram enclausurados em si mesmos, separados do resto do mundo. Os boulevares abrem buracos e permitem que os pobres saiam, vejam o mundo moderno construído

sobre suas cinzas e também sejam vistos, observados pelos ansiosos olhos da insurgente burguesia urbana, representada pelo apaixonado casal do conto de Baudelaire (BERMAN, 2007). Nas suas entrelinhas está justamente a beleza e o horror do progresso, a riqueza que revela a pobreza e o inevitável confronto entre elas, que na modernidade inevitavelmente toma lugar na cidade. Não à toa, Paris foi cenário de um dos primeiros levantes urbanos da história, a Comuna de Paris em 1871.

O segundo arquétipo descrito por Baudelaire também toma lugar nos bulevares de Paris e representa a perda da inocência imposta pela modernidade, porém, entre um indivíduo isolado e as forças ao seu redor (BERMAN, 2007). Intitulado “A perda do halo”, o conto narra a história de um poeta, que cruzando as caóticas e lamacentas ruas de macadame dos bulevares, perde o seu halo ao realizar um movimento brusco para escapar da inevitável morte representada pelo movimento dos veículos. A narrativa, demonstra da mesma forma que Marx, a perda do halo em função da vida moderna, representação que assinalaria a dessacralização de todas as profissões que possuíam honra e respeito (BERMAN, 2007). Um dos objetivos é também mostrar a vida e a sociabilidade caóticas inauguradas pelas grandes avenidas de Haussmann, onde condutores e pedestres dividiam o mesmo espaço e o risco de morte por atropelamento se tornou ameaça iminente. Nesse caso, o tráfego moderno seria o responsável pela perda do halo dos habitantes da cidade grande. Berman afirma:

Quando Haussmann deu início aos trabalhos nos bulevares, ninguém entendeu por que ele os queria tão espaçosos: de trinta a cem metros de largura. Só depois que o trabalho estava concluído é que as pessoas começaram a ver que essas estradas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas ideais para o tráfego pesado. O macadame, superfície com que foram pavimentados os bulevares, era notavelmente macio e fornecia perfeita tração para as patas dos cavalos. Pela primeira vez, corredores e condutores podiam, no coração da cidade, lançar seus animais em plena velocidade. O aperfeiçoamento das condições carroçáveis não só aumentou a velocidade do tráfego previamente existente, mas — como as rodovias do século xx farão em escala ainda maior — colaboraram para gerar um volume de novo tráfego mais intenso que o anterior, para além do que Haussmann e seus engenheiros tinham previsto. Entre 1850 e 1870, enquanto a população central da cidade (excluindo as novas áreas suburbanas) cresceu perto de 25%, de cerca de 1,3 milhão a 1,65 milhão, o tráfego no interior da cidade talvez tenha triplicado, ou quadruplicado. (BERMAN, 2007, p. 186).

Baudelaire definiria a vida e a cidade moderna pelo caos do tráfego e a organização desorganizada do progresso e da modernização. A qual ele também vê beleza, seja nas novas modas e na arte ou nas possibilidades de movimento e liberdade das ruas e das avenidas modernas, bem como nas novas experiências e atividades possíveis para as massas urbanas

(BERMAN, 2007). Essa imagem do homem comum inserido no caos organizado da multidão seria o maior símbolo da arte moderna para Baudelaire.

Podemos entender então que as grandes cidades, e as favelas, são uma criação moderna. A sua vida, suas estruturas particulares, vicissitudes e desenvolvimento próprio mudaram a forma como as pessoas se relacionam com os espaços da cidade e também como relacionam entre si. Essas formas de relacionamento com a cidade particularmente moderna foram analisadas por diversos teóricos que percebiam algo de diferente presente nessa modernidade e na modernização dos espaços urbanos. Uma dessas formas foi a descrita por Baudelaire.

Entretanto, teóricos como Georg Simmel, no início do século XX possuíam visões concorrentes a respeito da modernidade e da modernização. Esses estudiosos, percebiam uma (falta de) sociabilidade característica do período, fundamental na construção de espaços e identidades que conhecemos até os dias atuais. Segundo Hall, as cidades grandes criaram uma “espécie” nova de sujeito, essa categoria de sujeito surgiu atrelada aos movimentos estéticos do Modernismo no século XX e o autor o descreve como o “indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal” (HALL, 2006, p. 32). Alguns dos representantes desse sujeito estariam presentes na poesia de Baudelaire, na figura dos *flâneur* de Walter Benjamin, presentes no seu ensaio sobre a Paris de Baudelaire, na personagem principal do romance “O Processo” de Kafka e nos trabalhos teóricos de George Simmel, Alfred Schutz e Siegfried Kracauer (HALL, 2006).

Hall define as sociedades modernas e a modernidade como marcadas pela “mudança constante, rápida e permanente”. Em oposição com as sociedades tradicionais onde o passado era venerado e orientava toda ação futura, na Idade Moderna temos uma ruptura entre presente e passado, onde o antiquado perde seu valor enquanto exemplo e a ideia de futuro passa orientar o presente e as ações futuras. Essa questão pode ser melhor vista sob a perspectiva do historiador François Hartog e de sua conceitualização dos regimes de historicidade. Segundo ele, regimes de historicidade seriam:

Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo (HARTOG, 2003, p. 12).

Nesse sentido, a experiência do tempo moderno, ou regime de historicidade moderno, de 1789 a 1989, seria marcado pelo “período em que o ponto de vista do futuro domina. A

palavra-chave é Progresso, História é entendida como processo e Tempo como se direcionando a um fim (progressão)” (HARTOG, 2003, p.11). Esse é um período que além das mudanças, pode ser entendido também como uma forma altamente reflexiva de vida, onde práticas sociais são constantemente analisadas e reanalisadas frente às informações recebidas sobre elas mesmas, resultando no seu contínuo desenvolvimento (HALL, 2006). Um dos maiores e mais célebres pensadores desse período, Karl Marx, “resgatado” por Marshal Berman, o resumiria muito bem através da frase:

O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de ideias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens (BERMAN, 1986, p. 92).

O pensamento desse período era regido pelas ideias de que a sociedade e a própria história estariam inseridas em grandes estruturas de funcionamento, que podiam ser absorvidas e levavam inevitavelmente a história para um fim específico, Dosse a descreve enquanto uma “Racionalidade agindo na história que subsume o sentido dos acontecimentos” (DOSSE, 2013, p. 23). Essa concepção de existência de uma objetividade no tempo e na história é colocada principalmente através das filosofias da história de Hegel e Marx, que buscam dar um sentido final para a história através de uma concepção linear e teleológica do tempo. Essas concepções afirmavam o peso fundamental do *télos* na história, e a fundamentalidade de um objetivo inerente a mesma (DOSSE, 2013). Essa concepção do tempo, da história (e, por que não da vida?), apesar de ser marcante no século XIX, foi relativamente predominante até 1989, um dos marcos mais expressivos e que balizador do fim do regime de historicidade moderno. Segundo essas filosofias “todo indivíduo é uma malha cega dentro da cadeia da necessidade absoluta em que o mundo é formado” (DOSSE, 2003, p. 25).

A cidade moderna, segundo Georg Simmel, era marcada por essa racionalidade, bem como pelos parâmetros de progresso, formalidade e objetividade para com as coisas, características essas que marcavam também a relação com seu tempo. Essa relação era colocada, em sua concepção, fundamentalmente através da lógica monetária. Segundo o autor, o dinheiro supera toda e qualquer individualidade, é indiferente a tudo aquilo que é comum a personalidade e nivela todas as relações ao seu valor em dinheiro. Ele coloca:

Mas a economia monetária e o domínio do entendimento relacionam-se do modo mais profundo. É-lhes comum a pura objetividade no tratamento de homens e coisas, na qual uma justiça formal frequentemente se junta com uma dureza brutal. O homem pautado puramente pelo entendimento é indiferente frente a tudo que é propriamente individual, pois do individual originam-se relações e reações que não se deixam esgotar com o entendimento lógico — precisamente como no princípio monetário a individualidade dos fenômenos não tem lugar. (SIMMEL, 2005, p. 579).

A objetividade que reinava na ciência monetária, regia também as ciências naturais e toda categoria de relação na cidade, como nos compromissos marcados, nos horários pontuais de tráfego de pessoas e de economia e na organização racional de todas as experiências. Simmel coloca: “a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra-subjetivo.” (SIMMEL, 2005, p. 580). Para o autor, essa impessoalidade, objetividade e atitude racional frente ao mundo pode ser melhor resumida através do arquétipo do caráter blasé. Esse caráter seria definido pela atitude anímica e indiferença frente à distinção das coisas, ou: “A incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter blasé, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações.” (SIMMEL, 2005, p. 581). Essa atitude de reserva para com outros indivíduos na cidade seria uma defesa contra o ânimo e quando não, formas de aversão, estranheza e repulsa mútuas. Simmel finaliza caracterizando a modernidade enquanto o triunfo do objetivo, da cultura objetiva, frente à personalidade e a pessoalidade:

O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pela preponderância daquilo que se pode denominar espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, isto é, tanto na linguagem como no direito, tanto na técnica de produção como na arte, tanto na ciência como nos objetos do âmbito doméstico encarna-se uma soma de espírito, cujo crescimento diário é acompanhado à distância cada vez maiores de modo muito incompleto pelo desenvolvimento espiritual dos sujeitos. (SIMMEL, 2005, p. 588).

Essas receitas da cidade moderna e de suas sociabilidades e sensibilidades foram colocadas à prova no desenvolvimento das grandes cidades do Brasil no século XX, o caso mais simbólico, entretanto, é da cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, podemos vislumbrar esse processo também no desenvolvimento de Florianópolis durante a primeira metade do século XX.

1.2 MODERNIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

Podemos marcar o início dos processos de marginalização e criação de favelas na cidade de Florianópolis no começo do século XX, quando da reforma da região da atual Avenida Hercílio Luz. A região por volta de 1880 era ocupada pelo córrego da Fonte Grande, ou o Rio da Bulha, que na época era identificado pelo acúmulo de lixo e esgoto que nele eram lançados. O córrego cortava a cidade e havia atingido uma situação degradante por volta do início do século XX, quando a saúde pública se tornou uma questão importante para se pensar o urbano no Brasil, dadas as grandes crises de malária e varíola causadas pelo crescimento urbano desenfreado nos grandes centros e os episódios da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904.

Em Florianópolis a higiene pública se tornou um problema alarmante na década de 1910, onde foi conduzida uma verdadeira guerra pela campanha de higiene do estado. Nesse sentido é emblemática a participação do então governador Hercílio Luz (1918 – 1922) nas campanhas de urbanização e higienização que tiveram foco no litoral catarinense, principalmente na capital, onde foram realizadas uma série de intervenções urbanas e sanitárias que introduziram novas regras de convívio urbano na cidade. Essas reformas tinham interesse em criar uma Florianópolis menos colonial (à época sinônimo de atraso e sujeira) e pacata, já que a cidade era porta de entrada do estado e não correspondia às expectativas do crescente investimento capitalista na região, onde inclusive existia a ameaça de transferência da capital do estado para o interior. A avenida inaugurada com o nome de Avenida do Saneamento é simbólica nesse sentido, pois para construí-la foram demolidos diversos cortiços que ocupavam as margens do mal-afamado e poluído Rio da Bulha. Viabilizando assim o saneamento da região central, porém, causando a expulsão e marginalização de toda a população de baixa renda da região para os morros (ARAÚJO, 1999).

Outro projeto de modernização no período concorrente foi a construção da Ponte Hercílio Luz. A construção foi iniciada no governo de seu idealizador, governador Hercílio Luz, no mandato de 1922 a 1924, porém, o mesmo morreu antes da conclusão da obra, que iria se chamar “Ponte da Independência”, mas foi rebatizada em sua homenagem. A ponte ligava o continente à parte insular de Florianópolis e facilitou a aceleração do desenvolvimento viário e econômico de Florianópolis do início do século XX, possibilitando o surgimento de diversos bairros na parte continental e insular, bem como o maior desenvolvimento do Centro da cidade e o impedimento da mudança da capital do estado para a cidade de Curitiba. Junto da construção da Ponte, também ocorreu a mudança de local do cemitério da cidade que ocupava a região da cabeceira da obra e teve de ser deslocado por possuir uma visão desagradável e mau

cheiro. Questões que combinavam com a nova sensibilidade em relação à higiene e beleza da modernidade nascente no país.

Entretanto, apesar de alguns avanços em infraestrutura, Florianópolis parecia parada no tempo e ainda conservava o *status* de cidade pequena na metade do século XX. Longe do progresso das outras capitais do país, ainda corria sérios riscos de deixar de ser a capital do estado na década de 1950 (LOHN, 2016). Nesse sentido, os anos de 1950 marcam o início de diversas discussões que preconizavam a mudança do cenário urbano da cidade em nome do progresso, motivadas também pela aceleração do ritmo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante os anos Juscelino Kubitschek (LOHN, 2016). Em função disso, entre as décadas de 1950 e 1980 o futuro da cidade foi um tópico que movimentou o cotidiano dos habitantes, as ações do governo e todo o imaginário e expectativas da população florianopolitana (LOHN, 2016, p. 13). Mesmo sendo uma cidade pequena e ainda no início de sua expansão e modernização, o cenário urbano da capital já era marcado pela existência de favelas e bairros populares, como o Morro da Caixa, o Morro do Mocotó e o Morro do 25, todos ainda existentes até hoje (LOHN, 2016, p. 32). A existência desses espaços estava intimamente ligada à valorização imobiliária experimentada na capital a partir da construção da Avenida Hercílio Luz e das reformas urbanas que possibilitaram sua construção, bem como a inauguração da Ponte Hercílio Luz e o consequente desenvolvimento urbano da região continental da cidade. Desde então, as populações marginalizadas conviviam com “a pobreza, a inexistência do fornecimento de água encanada, esgoto, energia elétrica e transporte.” (LOHN, 2016, p. 32).

Ainda que com um rápido crescimento populacional e um acentuado aumento da periferia urbana (LOHN, 2016, p. 111), o futuro batia na porta de Florianópolis e todo o desenvolvimento urbano da cidade estava aliado à noção da urgência de deixar o futuro entrar. Nesse sentido, vale destacar a importância do surgimento de uma concepção de futuro voltada unicamente para o turismo como fator essencial para o desenvolvimento da capital. Essa “vocação turística” que surgia como discurso unia o interesse de investidores privados na valorização imobiliária de certas regiões da cidade e suas conexões com integrantes do poder público. Assim, o Estado através da construção de rodovias e o incremento da infraestrutura urbana possibilitava a exploração de regiões até então pouco valorizadas pelas elites. Esse foi o caso da região norte da capital, especialmente Canasvieiras e Jurerê (LOHN, 2016, p. 110).

Desse modo, é marcante a construção da Avenida Beira-Mar Norte na década de 1960, que com o apoio do poder público, das elites empresariais, partidos conservadores e imprensa, possibilitou a expansão da cidade rumo às praias do norte e promoveu a enorme valorização imobiliária de uma área da cidade ocupada por chácaras de famílias ricas, beneficiando assim

as camadas médias e altas de Florianópolis (LOHN, 2016, p. 211). Essa foi uma obra que contribuiu ainda mais para uma separação espacial entre ricos e pobres na cidade, que tinha agora o urbanismo como responsável por um planejamento urbanístico que superasse o atraso e o subdesenvolvimento. Desde o início da década de 1960, com a crescente migração do interior para a capital, o desordenamento populacional e espacial já eram percebidos como problema e assim, programas habitacionais surgiram como a solução urbanística para estes (LOHN, 2016, p. 287). Nesse sentido, surgiram nessa década e na seguinte, diversas iniciativas para a construção de bairros populares. Entre as iniciativas está a criação em 1966 da Companhia de Habitação do Estado (COHAB/SC) que em 1968 construiu seu primeiro conjunto habitacional, na Palhoça, com infraestrutura precária, poucas ofertas de lazer, de emprego e de transporte (LOHN, 2016, p. 286). É evidente nesse período a separação social e racial dos espaços na capital, Lohn assinala:

A racialização das divisões sociais em Florianópolis era parte indissolúvel daquela cultura urbana. A existência de território distintos para brancos, negros, pobres e ricos materializava-se no uso dos espaços públicos, nas ruas e praças, bem como na constituição de clubes e sociedades recreativas, como a União Recreativa 25 de dezembro, fundada em 1933 e localizada na então Rua Chapecó, nos altos do bairro Agrônômica, e que, durante anos foi “espaço exclusivo de diversão dos negros”. (LOHN, 2016, p. 50).

Essa modernização mais tardia de Florianópolis é também composta por uma série de destruições e alterações do espaço urbano central da cidade, que no que lhe concerne, geraram também mudanças nas sociabilidades dos habitantes da cidade e moldaram seus planos de desenvolvimento. Além da Ponte Hercílio Luz, o principal símbolo dessa força modernizadora é o Aterro da Baía Sul. A construção do mesmo representa a passagem de um período para outro da história da cidade e a concretização definitiva da modernidade na cidade. Essa passagem, demonstra também o abandono definitivo das sociabilidades coloniais ligadas ao mar e a adoção das (ou falta de) sociabilidades ligadas às rodovias e ao automóvel. Assim, seguindo o que Lohn intitula enquanto “modernização conservadora” (LOHN, 2016, p. 66), Florianópolis buscava o moderno como uma forma de “supressão do passado e inauguração de um tempo novo” (LOHN, 2016, p. 67). Esse tempo, passava pela promoção de hábitos ligados ao estilo de vida americano, ao desenvolvimento da indústria tecnológica, das formas de consumo massificadas e também a busca de uma organização racionalizada dos espaços da cidade, colocada através da criação do Plano Diretor e de um código de obras na década de 1950 (LOHN, 2016).

As pretensões do Plano Diretor desse período possuíam um caráter diferente das modernizações sanitárias e autoritárias em Florianópolis e nos processos de “bota-abaixo” do Rio de Janeiro da década de 1900. Segundo Lohn, as intervenções no âmbito do nacional-desenvolvimentismo tinham como fator fundamental o eixo econômico como condutor para superação do atraso (LOHN, 2016). Através da participação do Estado na economia e do desenvolvimento do Urbanismo poderiam ser garantidas melhores condições de vida para as populações pobres e “atrasadas”. Buscava-se assim que “as cidades refletiriam o engajamento do Brasil nos novos tempos de modernização e otimismo que empolgava as camadas médias, através dos sonhos de consumo de bens que exprimissem progresso e novidades tecnológicas, com modernos automóveis e aparelhos eletrodomésticos de todos os tipos” (LOHN, 2016, p. 73).

As aspirações de mudança também se reuniam em torno da modernização do centro da cidade como um todo, que até a década de 1950 reunia poucas lojas e cafés, onde se encontravam as figuras da classe médias interessadas na política local e regional (LOHN, 2016). As mudanças buscadas objetivavam criar uma cidade nova, “com jeito de metrópole” (LOHN, 2016, p. 48), por isso passavam pela promoção da verticalização da região com a construção de novos prédios altos em substituição aos edifícios antigos, criação de cinemas, nova iluminação pública e revitalização do trânsito local, medidas que colaborariam para o embelezamento da cidade (LOHN, 2016). Junto disso, desenvolvia-se também a “vocalização turística” da cidade, através da promoção de instalação de luxuosos hotéis e restaurantes, bem como um aumento no padrão de vida das populações do interior da Ilha. Todas essas eram imagens de um “futuro com progressos técnicos e mudanças” (LOHN, 2016, p. 48) na cidade e no estado. Essas imagens eram especialmente importantes para o futuro da capital, uma vez que a região ainda era ofuscada pela dinâmica industrial da região norte e do Vale de Santa Catarina. Nesse sentido, críticos apontavam Florianópolis como um local marcado apenas pela burocracia, colonialidade dos espaços e hábitos e por fim “expressão de um litoral decadente e habitado por uma população débil e doente” (LOHN, 2016, p. 50). Vale destacar que esse conflito também colocava em polos opostos a identidade cultural germânica do interior e a identidade cultural açoriana da capital, questão que será melhor trabalhada posteriormente.

O Aterro da Baía Sul, segundo símbolo maior da modernização florianopolitana, foi edificado em função da construção, na década de 1970, da segunda ponte que ligaria a Ilha de Santa Catarina ao interior do Estado. A ponte, batizada de Colombo Salles, foi idealizada pelo então governador da época, o engenheiro Colombo Machado Salles, como um dos fatores que transformariam e renovariam a capital catarinense, que na época dava sinais de esgotamento

em seu desenvolvimento (LOHN, 2016). Essa tese era apoiada pela crescente crise de mobilidade urbana no final da década de 1960 e início dos anos 1970 na capital, onde começaram a surgir mais e mais notícias sobre o esgotamento da fluidez do tráfego da única ligação viária entre Ilha e Continente. O problema se agravou quando uma ponte com estrutura idêntica à de Florianópolis ruiu nos EUA em 1967, fato que tornou-se fonte de apreensão entre os passageiros que passavam horas na fila da edificação (SANTOS, 1997). A construção de uma nova ponte era uma absoluta necessidade na visão de moradores, imprensa e estado.

A construção da segunda ponte foi pensada como solução para o atraso de Florianópolis no sistema viário e se encaixava perfeitamente no conjunto maior de obras de modernização do país, que, durante a ditadura militar, tinha o automóvel e as autoestradas como símbolos maiores de progresso e desenvolvimento (SANTOS, 1997). No mesmo período o estado de Santa Catarina também tinha uma proposta de desenvolvimento sistematizada no Plano Catarinense de Desenvolvimento, em contato direto com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Médici (SANTOS, 1997). Esses planos davam prosseguimento ao desenvolvimento industrial e capitalista proposto por Juscelino Kubitschek na década de 1950 e o desenvolvimento estadual proposto durante a década de 1960 por Celso Ramos através do Plano de Metas do Governo Celso Ramos (PLAMEG). Esses programas tinham como objetivo propor um “crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infraestrutura e industrialização de base” (LOHN, 2016, p. 60). O impulso governamental foi, nesse sentido, fundamental na metropolização da cidade de Florianópolis, que passou a abrigar “modos de vida, hábitos, jeitos e valores” que a aproximavam das grandes cidades brasileiras (LOHN, 2016, p. 305).

Para viabilizar a construção da ponte, o governo de Colombo Salles implantou o Aterro da Baía Sul, responsável por dar sustentação e ser símbolo dessa nova concepção de modernidade, amparada nas rodovias e nos carros. Entretanto, a obra foi responsável também pela destruição da antiga sociabilidade marítima do centro histórico, além, de ser um empreendimento falido no sentido de não ter usos a não ser os de “automobilidade” e velocidade, em uma área que até então era viva (SANTOS, 1997, p. 66). O Aterro, uma das maiores áreas livres do Centro de Florianópolis, é até hoje quase como um não-lugar, um deserto urbano que relega a tradição marítima da cidade e que deixou sem vida parte do centro histórico em nome do moderno.

Essa tradição e relação com o mar são melhores entendidas quando relembramos que a parte central da cidade fica em uma ilha, a Ilha de Santa Catarina. Até 1926, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, todas as coisas passavam pelo mar e pela região em que foi construído

o Aterro da Baía Sul. As principais sociabilidades e rotas de passagem tomavam lugar perto do mar, como o porto, a Alfândega, o Mercado Público e o comércio de forma geral. Em bairros e regiões mais interioranas da Ilha, a única forma de acesso era pelo mar e por embarcações que ancoravam no centro (SANTOS, 1997). Essa categoria de experiência era o suficiente para a década de 1920, entretanto, com o passar dos tempos e dos processos de modernização que Florianópolis foi compelida pelas elites, bem como os sonhos de transformação da cidade e a crescente imigração, foi ficando evidente o atraso dessa dinâmica marítima no centro da cidade, pelo menos na concepção das elites modernizantes.

O historiador Paulo César dos Santos traz o depoimento de um cronista em 1968 que joga luz sobre essa questão: “... Florianópolis é a única capital do Brasil que não possui ligação asfáltica do aeroporto com o centro urbano, e ainda existem localidades no interior da ilha, que não possuem ligação terrestre com o centro da cidade...” (SANTOS, 1997, p. 17). O mar, foi visto como um limitante do crescimento da cidade, além de um fator desagradável para a população e o comércio da região, considerando a quantidade de dejetos que eram despejados ali há décadas. Ao mesmo tempo, entretanto, as praias do interior da cidade foram valorizadas enquanto áreas de banho e lazer, quando sempre foram vistas como lugar de trabalho e despejo.

Essa valorização das praias oceânicas em detrimento da desvalorização das praias da baía é extremamente simbólica das novas sensibilidades da modernidade. As praias da baía foram sempre aproveitadas para o trabalho, mas também foram nelas, a partir da década de 1910, “inventado” o banho de mar e outras atividades de lazer como o remo e os passeios de barco. Até então a poluição não era um problema. Entretanto, com o desenvolvimento do turismo, que permitiu a abertura de vias para as praias interioranas através da Avenida Beira-Mar, as praias da baía perderam seu valor enquanto lazer (SANTOS, 1997). A vinda de novos moradores de São Paulo e cidades maiores fez com que as sensibilidades também mudassem. Assim, foi criada na década de 1970 a noção de praias “impróprias para banho”, seguidas de campanhas do estado e da imprensa para evitar e condenar o uso das praias da região central para o banho. Nesse sentido, o Departamento Autônomo de Saúde Pública sinalizou com placas as praias que não deveriam ser usadas para banho e multar quem poluísse os mares da região. Santos traz alguns recortes jornalísticos do período:

No mês de janeiro de 1972 os jornais constataam que a “poluição chegou às nossas praias... o espectro da poluição paira sobre as ondas, e quebra nas espumas já pouco brancas de algumas praias: Itaguaçu, Coqueiros, Saudade, Bom Abrigo, Prainha, Saco dos Limões, Balneário, Rita Maria, além das Baías Norte e Sul”. (SANTOS, 1997, p. 22).

Quando as águas do centro foram vistas tão mal a ponto de se considerarem letais para quem as adentrasse, era difícil ser contrário à ideia do Aterro da Baía Sul, principalmente pela grandiosidade dos projetos que nunca se concretizaram. Nesse sentido, é importante observar que já existia um histórico de aterros na região, até de forma involuntária, causados pelo despejo de lixo. Entretanto, todos os aterros não tinham um caráter planejado, não eram realizados industrialmente e não descaracterizavam a relação entre cidade e mar (SANTOS, 1997). O novo Aterro mudou isso. Santos indica que:

Houve, ao que tudo indica, uma desproporção entre a necessidade de uma superfície nova e a área efetivamente aterrada. Curiosamente, até a utilização da dragagem como método de aterramento, os territórios acrescidos vinham sendo incorporados mais efetivamente. A escala humana não foi respeitada (SANTOS, 1997, p. 30).

Pensado como berço de um complexo de auto-estradas, o novo Aterro seria até então a maior área livre da cidade (SANTOS, 1997). Seu uso já estava estabelecido desde antes de sua projeção, mas discussões sobre como ocupar o seu entorno aqueceram o debate público na cidade. O setor imobiliário estava interessado na comercialização da área, o eclesiástico na construção de uma nova Catedral na região e Santos afirma que a Câmara Municipal era contra a comercialização e a favor do uso para obras viárias e áreas verdes. O vereador Waldemar da Silva Filho afirmava: ‘a unanimidade dos Srs. vereadores é contrária à comercialização da área, achando que o acrescido de marinha deverá ser ocupado exclusivamente por pistas de rolamento e áreas verdes, a exemplo do aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro’.” (SANTOS, 1997, p. 36). Por fim, a valiosa região foi concebida pelo Projeto de Urbanização do Aterro da Baía Sul enquanto uma área para instalações viárias, comercialização e lazer. Todo seu uso seria regulado de modo a não quebrar a dinâmica entre a parte colonial da cidade e a parte moderna. Eram fortes também as preocupações com as áreas verdes na região. Nesse sentido, era planejado que cerca de 40% do parque seria ocupado por espaços verdes, de contemplação e de uso. A opinião final era de que “Os técnicos entendem que a utilização ideal é aquela que reúne a ‘simbiose’ considerada perfeita: o lazer, as pistas e a área de comercialização.” (SANTOS, 1997, p. 38).

Durante a construção do Aterro foi marcante a destruição de um dos pontos de maior relevância para a memória marítima da cidade: o Miramar. Inaugurado em setembro de 1928 como um cais destinado ao embarque e desembarque de passageiros vindos da baía (SANTOS, 1997), em substituição ao Trapiche Municipal, foi demolido em outubro de 1974 para dar espaço ao Aterro da Baía Sul. Desde a sua inauguração o Miramar parecia ser uma obra um

tanto contraditória, já que foi concluída dois anos depois da construção da Ponte Hercílio Luz, que à época representava a entrada da cidade para a modernização viária e o distanciamento da cidade do mar. Ao longo dos seus quase 50 anos de existência, o Miramar teve diversas funções, mas a principal era a de reunião de boêmios, artistas, músicos, jornalistas, políticos e foliões no Carnaval. Era parte integrante e icônica da sociabilidade da região do centro histórico. No poema de Sebastião Ramos, recuperado por Santos, "No tempo do Miramar" (1993), fica muito evidente a saudade meio amarga dessa tradição marítima e de tudo que ela representava: "Miramar dos boêmios, dos amantes/ Dos políticos, dos jornalistas/ Das crianças, dos pescadores/ Miramar dourado, revestido de mel/ Doce recordação" (SANTOS, 1997, p. 09). A demolição do Miramar representou então o distanciamento dessa memória marítima do centro histórico da cidade e a aproximação dos discursos modernizantes e sanitaristas que evidenciavam o fenômeno das praias poluídas, da decadência do porto, de bêbados e espaço como um lugar de ócio da cidade. No dia 24 de outubro de 1974 a crônica local amanhecia com a seguinte manchete: "A cidade amanheceu sem um pouco de si mesma. Estão acabando com o Miramar". (SANTOS, 1997, p. 45).

Além do Miramar outros lugares que possuíam valor histórico e memorial na região foram destruídos ou tiveram sua razão de existir descaracterizada, como o antigo Mictório Público e o antigo Forte Santa Bárbara, além da perda das sociabilidades que ligavam Alfândega, Mercado Público e o Miramar. Essa situação torna-se especialmente incomoda quando o Aterro também é descaracterizado e perde a maior parte das suas funções planejadas, virando apenas uma enorme rodovia sem alguma outra utilidade pública ou humana. Santos faz um diagnóstico da ocupação da região:

Este tipo de ocupação levou a cidade a contrair outra doença, ainda pouco estudada, que pode ser chamada de "dromotopia". A área afetada por este mal é facilmente identificável pelo excesso de espaços para circulação em alta velocidade. Esta moléstia pode ser diagnosticada em cidades onde há uma necrose do tecido urbano, causada em geral, pelo acúmulo de anos de maquinismo, ou pelos resíduos do "fomento por pneus" (...) O fluxo cortante das autoestradas impede que a maior área livre de Florianópolis torne-se um espaço de convívio. (SANTOS, 1997, p. 65)

Projetado pelo arquiteto e paisagista moderno Burle Marx, que já havia trabalhado no Aterro do Flamengo do Rio de Janeiro, a área urbana do Aterro não sobreviveu ao tempo e as pretensões da cidade e é relegado até hoje ao abandono como não-lugar. O que sobrou de Burle Marx foram apenas alguns jardins. O Aterro é, assim, um "grande monumento ao moderno Florianopolitano" (SANTOS, 1997, p. 77), um deserto urbano sem sociabilidade ou ligação alguma com o resto da cidade. Fato que é rapidamente constatado por Santos na realização de

um “Concurso do Aterro da Baía Sul” pela prefeitura de Florianópolis no começo de 1996, que buscava uma reestruturação urbana da área já marcada enquanto um “espaço urbano sem urbanidade.” (SANTOS, 1997, p. 91).

Ainda assim, fica a sensação de que mesmo não sendo o que se esperava, o lugar combina com o que as elites imaginavam para Florianópolis: uma grande estrada para as praias e as regiões mais abastadas da cidade. A cidade enquanto “Paraíso Internacional”, jargão publicitário do início dos anos 1990 que buscava consolidar Florianópolis enquanto capital internacional do turismo (FANTIN, 2000), foi vitoriosa, ainda que não sem aqueles que contestassem tal projeto, como fazem os pobres e moradores de periferia ao existir e ocupar os espaços públicos cotidianamente.

Esse processo de planejamento da cidade tocado pelas elites pode ser observado melhor através da obra da historiadora Márcia Fantin: “Cidade Dividida” (2000). Na obra, a autora trabalha com os conflitos simbólicos e culturais de Florianópolis, decorrentes da divisão da cidade entre nativos e estrangeiros, que tiveram lugar a partir dos anos 1960 com o processo de modernização da cidade e a consequente abertura da cidade à imigrantes e turistas, que vinham para Florianópolis em função do desenvolvimento econômico, urbano e principalmente turístico, que animava a até então pacata capital catarinense, fenômeno já descrito anteriormente. Esses conflitos se dão entre visões de mundo, de futuro, de representações e de formas de ocupar e experimentar a cidade e apesar de se darem no campo das ideias, possuem diversos desdobramentos práticos (FANTIN, 2000).

A partir dessa imigração, vista pelos ilhéus como uma “invasão” de estrangeiros na cidade, se dá o desenvolvimento e o surgimento de uma cultura política que valoriza o nativo da Ilha, transformado em um valor e um ideal através da figura do “manezinho”. Esse seria uma figura ideal, o único representante legítimo da cidade, transformado em forte (FANTIN, 2000) e que sustentava em suas costas, em direta contraposição, o estrangeiro, o “estranho”, que toma o espaço da cidade antes pertencente unicamente aos nativos. Dessa divisão imaginária e cultural surgem, além dos conflitos físicos pela cidade, os conflitos simbólicos e culturais, onde a figura do estrangeiro, apelidado pejorativamente como “haole”, é sistematicamente associada à perda da cidade e dos seus valores originais e o “manezinho”, seus espaços e hábitos ganham um estatuto superior no campo cultural da urbe.

Essa construção da figura ideal do manezinho é feita com base em um ideal de açorianidade desenvolvido como fator positivo de identificação entre a população de Florianópolis a partir de 1948, quando ocorreu na cidade o “Primeiro Congresso de História Catarinense” em comemoração ao Segundo Centenário da Colonização Açoriana, cujo objetivo

era resgatar a importância do papel do açoriano na colonização de Santa Catarina (FLORES, 1997, p. 114). A partir da realização do Congresso, se deu na cidade uma sistemática tentativa por parte das elites locais, de historiadores e representantes do governo de criação de uma identidade local baseada na origem açoriana de diversos aspectos fundamentais da cultura florianopolitana, portanto, “um fenômeno de reconstrução de uma unidade cultural, fundada numa ascendência comum” (FLORES, 1997, p. 119). Essas questões surgiram no período em que a capital de Santa Catarina enfrentava dificuldades econômicas, buscava a modernização e corria o risco de deixar de ser capital do estado, em contraste com a região do Vale, que prosperava economicamente. Assim, a colonização açoriana do litoral catarinense foi positivada e “inventada” (FLORES, 1997, p. 133) enquanto uma empreitada mais bem sucedida em função de sua importância cultural do que sua importância econômica e material, como no caso da colonização germânica do Vale. Construída em uma conjuntura de disputas de futuros e planos para a cidade, bem como no contexto de uma luta pela hegemonia cultural do estado (FLORES, 1997), essa identidade açoriana sustentou simbolicamente o processo de divisão descrito por Fantin.

A figura do manezinho adquiriu o peso que tem no debate e no imaginário público através, por exemplo, da obra do jornalista florianopolitano Aldirio Simões. O jornalista, entre muitas das suas contribuições, foi responsável pela criação em 1987 do “Troféu Manezinho da Ilha”, que tinha o objetivo de homenagear ilustres personalidades que representassem fielmente os costumes e as tradições pelas quais são reconhecidos os nativos da Ilha de Santa Catarina. Criado com o objetivo de “resgatar” os valores que se perdiam com a rápida expansão da cidade, o prêmio fazia parte de outros esforços para o estabelecimento desse tipo específico de identidade na época. A historiadora Cláudia Cristina Zanela traz uma das mais interessantes manifestações artísticas do período que buscavam exaltar e cimentar a figura do manezinho da Ilha. Ela reproduz assim o texto de Claudir Silveira para a Campanha de Preservação da Identidade Florianopolitana, realizada em 1986:

Vivo em Florianópolis por opção, disto muito me orgulho e diariamente agradeço a Deus o privilégio de aqui residir; curto as coisas da Ilha (natureza exuberante, povo simples, cultura açoriana misturada com uma infinidade de outras, seus abundantes casos e ocassos raros); sou eclético, portanto tolerante com outras culturas, pois a experiência tem demonstrado que logo serão absorvidas pela cultura local; conheço os símbolos do meu Município e sei cantar seu hino, o Rancho de Amor a Ilha do mestre Zininho; só voto nos políticos que agradecem minha terra com projetos, leis e medidas que a preservem dos inconsequentes, dos insensíveis e dos gananciosos; sou hospitaleiro (sei receber bem, exceto os istepores mal agradecidos e despeitados), generoso (sei repartir as benesses do pedaço), mas não sou tanso, estou sempre alerta contra os esganados que querem tomar tudo; desejo o progresso da minha terra mas não às custas de sua descaracterização cultural e redução da excelente qualidade de

vida nela existente; participo das coisas do meu Município (associações, movimentos e manifestações), porque sei que só pela participação poderei ajudar a preservar tudo que de bom aqui existe; aceito qualquer alimento, mas prefiro os que o conduto vem do Mar, de preferência acompanhados com pirão de farinha e mandioca; sou manezinho, si mi qués assim qués, se não me qués diz. O Ihó Ihó! (ZANELA, 1999, p. 110).

O manezinho seria definido basicamente por essas questões, que como observaremos no segundo capítulo, perduram no discurso popular florianopolitano até os dias atuais. O gosto pelas coisas “simples”, a proximidade do mar e de suas coisas, a fala complicada e de difícil entendimento, as crenças e raízes culturais específicas, a valorização da cultura local em face à cultura estrangeira global e a herança açoriana são marcas definidas dessa identidade. Essa figura adquiriu assim caráter folclórico na imaginação popular da cidade, entretanto, apresenta forte influência na construção e no desenvolvimento social e econômico de Florianópolis, como observa Fantin.

Uma cidade dividida entre discursos, planos e projetos era o que Fantin enxergava na Florianópolis dos anos 2000, contemporânea a seu tempo. Essa era uma percepção fundada na concepção da urbe enquanto uma “questão cultural” (FANTIN, 2000, p. 25), que é tão cara na obra da historiadora quanto nesta dissertação. Nesse sentido, o espaço urbano quando interpretado desta forma torna-se vivo e não apenas plano de fundo para a história. É possível, desta maneira, ouvir as ruas da cidade falarem e entender sua sensibilidade, sua linguagem e suas práticas próprias (FANTIN, 2000). Apenas assim o historiador seria capaz de “traduzir seus múltiplos códigos, suas regras, reconhecer seus atores, enfim ir para além da ‘estrutura’ física da cidade (FANTIN, 2000, p. 30). Portanto, “trata-se de buscar ler a dinâmica cultural que atravessa as esquinas da cidade.” (FANTIN, 2000, p. 30)

Entendendo assim os discursos que produzem a cidade e a sua dinâmica própria, Fantin faz um importante relato do clima cultural e das experiências diversas que articulavam o imaginário e o dia-a-dia urbanos. É marcante, nesse sentido, os testemunhos trazidos pela autora, através deles podemos ter uma noção e um sentido maior dos processos de desenvolvimento, exaustivamente lembrados aqui, e como estes agiram na mentalidade dos diversos atores da urbe. Um desses testemunhos é importante para entender o contexto local. O seguinte foi dado por um “nativo” de um dos bairros tradicionais de Florianópolis em 1996:

Até bem pouco tempo atrás Florianópolis não era nada. Me lembro que olhava a Felipe Schmidt, de cima do prédio onde trabalho, eu via a rua, o chão, o calçadão. Hoje eu olho e só vejo cabeças. Tipo São Paulo. Quando eu olhei só vi cabeças, eu me assustei. Está virando São Paulo. Então tudo por causa das mudanças, da vinda dos moradores de outros lugares. A tendência é tudo mudar, gradativamente (FANTIN, 2000, p. 36).

Nesse depoimento podemos ver um dos principais méritos do trabalho de Fantin, a forma com a qual são articulados os imaginários culturais enraizados nos diversos “tipos” de moradores da cidade, suas raízes históricas no desenvolvimento urbano e seus desdobramentos práticos no cotidiano. Tudo isso presente em um curto, mas simbólico, depoimento. Esse, mostra a “perda” de uma cidade que era dos “seus” e agora deve ser dividida com os “outros” que a “apropriaram” (FANTIN, 2000). A autora retrata esse como um processo conflituoso de disputas de valores, hábitos, atitudes e de estabelecimento de fronteiras entre ambas as partes. Nesse sentido, a autora traz também outro depoimento, de uma “estrangeira” que retrata os nativos do seguinte modo:

Não há participação na “vida social da comunidade”. Mas sabe qual a vida social deles? As mulheres ficam em casa, às vezes recebem visita ou vão fazer visita. Os homens ficam no boteco, bebendo, jogando cartas, dominó ou sinuca. Eu não quero participar desse tipo de vida social. A maioria dos “de fora” tem outro jeito de viver (FANTIN, 2000, p. 41).

O sentimento geral exposto pelos depoimentos, é segundo a autora, uma disputa da cidade, que emerge e ganha forma nos planos culturais, políticos e interpessoais a partir de seu desenvolvimento e da chegada dos “estranhos”. Essa disputa está assentada na importante categoria de percepção da cidade trazida por Fantin. Assim ela coloca: “a meu ver são essas múltiplas experiências urbanas - de desenraizamento, de apropriação, de perda - que produzem também diferentes percepções da cidade, que estão no cerne da relação entre ‘nativos’ versus ‘estrangeiros’, nutrindo e acirrando o conflito entre os ‘autênticos’ ilhéus e os chamados ‘invasores’” (FANTIN, 2000, p. 46).

O historiador Rafael Damaceno Dias recupera alguns discursos semelhantes nas páginas de periódicos de grande circulação em Florianópolis. O sentimento exposto por Fantin de perda da cidade é evidente em muitos dos depoimentos trazidos por Dias, entre eles um texto de 1997 intitulado “hostilizante babaquice importada” (DIAS, 2013, p. 77), que a partir do ponto de vista de um manezinho discursava de maneira hostil sobre o cotidiano de contato com culturas estrangeiras que passaram a tomar lugar na cidade. Outro texto publicado em periódico no ano de 1999 versava: “Com tantos forasteiros habitando a cidade, muitos moradores naturais de Florianópolis sentem-se invadidos e ressentidos com a presença de tanta gente de fora” (DIAS, 2013, p. 78). A imprensa era, assim, um dos vários campos onde se dava o conflito colocado na cidade de Florianópolis. Outra reportagem publicada em 1987 descrevia com certa dose sensacionalismo a “enxurrada de gaúchos” (DIAS, 2013, p. 79) que ocupavam as ruas da urbe. O sentimento de ressentimento e ódio é palpável.

Esses são princípios importantes para entender a diversidade com as quais são constituídas as cidades, sendo inevitavelmente o lugar de encontro com o “outro”, são também o espaço em que se dão as experiências de indivíduos e grupos de indivíduos e, além disso, em que estes moldam suas percepções, suas atitudes, seus modos de vida, seus cotidianos, imaginários e formações culturais. As cidades são dessa forma um objeto de estudo que exige atenção às minúcias, cuidado com suas dinâmicas próprias, que precisa ser sentido e enxergado em sua especificidade, sua subjetividade e sua capacidade de agregar as mais diversas experiências em um mesmo espaço.

Podemos entender melhor a relação entre o mar, os nativos e os estrangeiros através da obra de Antônio Carlos Sant'Ana Diegues. No livro “Ilhas e mares: simbolismo e imaginário” (1998) o autor constata que as populações e sociedades insulares tem sido cada vez mais estudadas, principalmente através das representações, simbólicas e imaginárias que a sociedade global faz destas. As ilhas e os ilhéus tem recebido especial atenção nesse sentido (DIEGUES, 1998). Esses espaços, percebidos e simbolizados globalmente através da mídia como lugares paradisíacos, mágicos, abertos a novas aventuras e lazer despreocupado tornaram-se no mundo inteiro foco de ricos turistas, que através de extensa propaganda enxergam ilhas enquanto uma mercadoria, de alto custo, vale dizer. Diegues (1998) aponta, desse modo:

As mais valorizadas são as ilhas oceânicas tropicais, como as do Caribe, as do Oceano Índico e da Polinésia. Na maioria das imagens, a ilha é comparada a uma linda mulher, como sugere uma das campanhas publicitárias de grande sucesso mundial “Toda mulher é uma ilha e Fidji é seu perfume” (DIEGUES, 1998, p. 1).

Não apenas o turismo torna-se lucrativo no caso das ilhas, mas a sua exploração por empreendimentos privados, que instalam luxuosos hotéis e residências nesses espaços, muitas vezes ao custo das populações locais, que tem seus locais de moradia e sobrevivência cerceados. Por conta desse processo de tomada, ganharam força os estudos sobre a “ilheidade” (DIEGUES, 1998, p. 3), ou seja, os estudos sobre as identidades culturais e as representações realizadas pelas populações insulares, percebidos agora em sua diferença frente aos modo de vida, de interpretação e de representação das populações continentais.

Todo esse processo é evidente em Florianópolis, como vimos até aqui. Dessa maneira, é importante entender o significado mais específico do mar e da maritimidade para as populações insulares, temática que será foco de uma das nossas entrevistas, inclusive. Nesse sentido, o autor aponta para a fundamentalidade do reconhecimento da trajetória de vida, das experiências, formações simbólicas e sociabilidades próprias dos que viveram e ainda vivem a

vida inteira do/no mar, ou como Diegues (1998) coloca: a “ilheidade”, explicitada na figura dos “manezinhos da Ilha”. Nesse sentido, Diegues assinala o importante significado da maritimidade¹⁰ nas relações estabelecidas pelas populações insulares:

A maritimidade desempenha papel fundamental na própria representação que os ilhéus têm de si próprios e de suas relações com a sociedade abrangente (regional ou nacional) (...) Assim, o elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar, representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo, e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas (DIEGUES, 1998, p. 39).

Assim, a maritimidade, além da perda da cidade e dos processos de modernização, podem ser entendidos enquanto aspectos fundamentais da formação das identidades culturais de várias populações de Florianópolis, bem como de outras populações insulares no mundo. Essa relação, intrínseca ao contexto do mar e das Ilhas, é fundamental para entender não só a Ilha de Santa Catarina como um todo, como também a Tapera, uma comunidade banhada pelo mar e que abriga parte da cultura marítima catarinense, com a qual alguns dos nossos entrevistados são interpelados e identificados em seus relatos. Essa relação com o mar, ainda que secundária nas análises sobre a comunidade, é fundamental para pensar sua relação com a cultura florianopolitana e, principalmente, sua relação com o bairro vizinho, o Ribeirão da Ilha. Abordaremos melhor esse tópico nos próximos capítulos da obra.

1.3 TAPERA

Conforme já colocamos aqui e como descreve o historiador Christian Delacroix, a História do Tempo Presente é a forma mais reflexiva de história e do trabalho do historiador (DELACROIX, 2018). O campo da HTP, nesse sentido, nos ajuda a pensar o que somos hoje ao resgatar para o debate os desafios do historiador na atualidade, os seus conflitos com os problemas sociais de nosso tempo e os conflitos entre o compromisso ético e científico da pesquisa histórica. É assim, o fazer da história próprio do regime de historicidade em que nos encontramos hoje, o presentista, entendido aqui “segundo François Hartog, como relação social com o tempo para o qual o presente se tornou a categoria temporal chave de nossa consciência histórica” (DELACROIX, 2018, p. 43). Produzido a partir da ruptura entre passado e presente,

¹⁰ Diegues define maritimidade como “um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo.” (DIEGUES, 1998, p. 40).

o regime de historicidade presentista, segundo Hartog, teve início com o ocaso do regime de historicidade moderno. Estaria colocado então a impossibilidade de “escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco.” (HARTOG, 2003, p. 11).

Por essa razão quando descreve a Paris de Baudelaire, Berman — e todos nós, honestamente — não deixamos de ver algo comum ao nosso tempo naquele caos e na total contradição social que aquele cenário abrigava. Os caminhos da modernidade nos levaram até aqui. Entretanto, em simultâneo, o autor considera aquela, uma cena “constrangedoramente arcaica” (BERMAN, 2007, p. 193). Isso não em função da não existência dos conflitos e das contradições da Paris de Haussmann, mas pelo mascaramento e mistificação desses conflitos no nosso tempo. Ele afirma que: “Uma das grandes diferenças entre os séculos XIX e XX é que o XX criou toda uma rede de novos halos para substituir aqueles de que o século de Baudelaire e Marx se desfez.” (BERMAN, 2007, p. 193). Aí está nosso ponto de partida para o estudo da Tapera enquanto um sintoma da modernização florianopolitana.

A forma encontrada para o mascaramento desses conflitos foi a divisão acentuada dos espaços na cidade, com uma parte definida para os ricos e outra para os pobres. Florianópolis é um dos exemplos disso e seu processo de desenvolvimento focado nas elites e centrado na construção de rodovias que ligam o centro às regiões pertencentes as famílias ricas da cidade é evidente nesse sentido. Assim, vale ressaltar que a cidade, ou os espaços que a constituem, aqui são vistos sob a ótica de Sandra Pesavento enquanto “um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo.” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Nesse sentido, é também sociabilidade, “ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos.” (PESAVENTO, 2007, p. 14). A cidade é relato, é imagem, é discurso e, sobretudo, é representação. Imagens do real e o real em si são todos parte da cidade, que cria-se e recree-se toda vez que é imaginada, relatada ou representada. Assim, a “transfiguração do real” (PESAVENTO, 2002, p. 13) presente nos discursos e nas leituras sobre a cidade nos permite acessar sensibilidades e universos múltiplos e distintos, muitas vezes não vistos na materialidade em si. Perceber isso é parte do esforço deste trabalho.

Se a cidade é relato, é marcante começar apontando para a sua ausência em produções científicas, ainda mais enquanto região periférica do sul da Ilha de Santa Catarina. Essa ausência, porém, mostra muito mais do que esconde. Nesse sentido, a tese de doutorado intitulada “Paisagem e Lugar como Referências Culturais - Ribeirão Da Ilha - Florianópolis”, de autoria de Soraya Nórr, defendida no ano de 2010, no Programa de Pós-graduação em

Geografia da UFSC, apesar de ser focada em outras questões, menciona algumas vezes a Tapera e joga luz sobre essa questão. Estudando o bairro do Ribeirão da Ilha, vizinho a Tapera e realizando entrevistas com os moradores da região, a autora constatou que apesar de fazer parte do Distrito do Ribeirão da Ilha, os moradores do Ribeirão reconheceram “no grupo do Plano Diretor Participativo (...) que a maioria dos moradores dos bairros Carianos e Tapera da Base vieram de fora, portanto, não faziam parte do Ribeirão.” (NÓR, 2010, p. 40). Recuperaremos a relação da Tapera com o contexto geral do Sul da Ilha posteriormente, entretanto, a tônica do relacionamento é essa apresentada pela autora, de estranheza de um para com o outro.

Figura 4 - Localização geográfica do Sul da Ilha de Santa Catarina.

Em vermelho o bairro da Tapera e em azul o Ribeirão da Ilha



Fonte: OpenStreetMap

Marcações realizadas pelo autor

Desse modo, em entrevistas realizadas pela autora, muitos depoimentos apresentavam discursos que buscavam separar os moradores de Ribeirão e os da Tapera através da utilização de termos como ‘nós’ e ‘eles’.” (NÓR, 2010, p. 42). Assim, nos relatos de moradores do Ribeirão da Ilha, a Tapera era vista como um lugar à parte do bairro pela falta de “açorianidade” do local, ou seja, pelo grande número de migrantes que ocupavam a região. Nesse sentido, nas entrevistas realizadas pela autora, apenas 3% dos entrevistados incluíram a Tapera da Base como parte do Distrito do Ribeirão da Ilha (NÓR, 2010, p. 43). Como não era um lugar de

“manezinhos” era, consequentemente, identificado como um lugar perigoso. Pelo menos é assim que a Tapera foi retratada em um depoimento trazido pela autora: “Carianos e Tapera da Base, não porque fica mais pra aquele canto lá do Aeroporto. Tem bem pouco contato com o pessoal. Esses não tem nada ligado com o pessoal daqui. É tudo de fora. É tudo pessoal que vem do Oeste. Se fosse local não tava como tá. Tá muito perigoso (Joel, 42 anos, Sertão do Ribeirão).” (NÓR, 2010, p. 43).

Esse estatuto “estranho” da Tapera em relação do Distrito do Ribeirão é confirmado na observação do Plano Diretor da cidade. Segundo o Plano, vigente desde 2014, a Tapera é uma das áreas na cidade que engloba uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Segundo a Lei Complementar N. 482, de 17 de janeiro de 2014, ZEIS são “os assentamentos consolidáveis ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas onde há restrição legal ou técnica à ocupação, podendo ser destinadas a ações de regularização fundiária” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Nesse caso, as ZEIS abarcam habitações onde existem famílias com renda inferior ou igual à 3 salários mínimos, habitações rústicas e/ou improvisadas, moradias com adensamento habitacional excessivo e coabitação não voluntária, ocupações irregulares caracterizadas por loteamentos clandestinos e áreas de invasões; e inexistência ou precariedade de infraestrutura urbana e comunitária (FLORIANÓPOLIS, 2014). Segundo o mapa em anexo, grande parte da comunidade se encaixa nessas condições:

Figura 5 - Zonas Especiais de Interesse Social na Tapera, segundo o Plano Diretor



Fonte: Plano Diretor de Florianópolis (2014)

Uma visão mais geral da região confirma que a Tapera é ao mesmo tempo a maior e uma das poucas ZEIS do Distrito do Ribeirão da Ilha e do Sul da Ilha como um todo:

Figura 6 - Zonas Especiais de Interesse Social no Distrito do Ribeirão e no Sul da Ilha



Fonte: Plano Diretor de Florianópolis (2014)

Enquanto a maior parte das regiões do bairro são consideradas ZEIS, quase a totalidade dele é considerada uma Área Especial de Interesse Social. Essas são consideradas: “áreas não edificadas e/ou subutilizadas sobrepostas às zonas urbanas nos termos do mapa parte integrante desta Lei Complementar, definidas no Plano Municipal de Habitação de interesse social, com a finalidade de flexibilizar o regime urbanístico, viabilizar e incentivar empreendimentos de habitação de interesse social.” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Essas áreas são destinadas a instalação de habitações de interesse social, essas são definidas segundo o Plano Diretor por “ações de parcelamento do solo, regularização fundiária, construção, reforma e adequação de edificação ou de conjunto de edificações, integradas as demais políticas de desenvolvimento urbano, voltadas a melhoria de qualidade de vida da população de baixa renda.” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Outras regiões de acentuada vulnerabilidade social, como o Maciço do Morro da Cruz, também são identificadas como Zonas Especiais de Interesse Social e Áreas Especiais de Interesse Social no Plano Diretor de 2014.

Figura 7 - Áreas Especiais de Interesse Social na Tapera, segundo o Plano Diretor



Fonte: Plano Diretor de Florianópolis, 2014

Uma das pesquisas realizadas na região segue a mesma linha na percepção da comunidade. A pesquisa é “um relatório de investigação sobre questões associadas à dinâmica climática e seus impactos em âmbito local, considerando-se em especial o grau de vulnerabilidade de população de baixa renda na comunidade da Tapera da Base, no Município de Florianópolis-SC.” (D’AGOSTINI et al, 2011, p. 556). É também, apesar de apresentar um histórico da ocupação do território e um perfil demográfico e socioeconômico da população local, um trabalho focado em questões ambientais. A pesquisa, de autoria de Luiz Renato D’Agostini, Michelle Bonatti, Larissa Hery Ito R. Homem e Paulo Martins Rangel, foi realizada em 2011 no âmbito do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina e (Numavan/UFSC) compôs o Relatório Final da Pesquisa “Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades – Subprojeto populações.”

No breve histórico produzido pela pesquisa, temos algumas informações importantes: primeiro, que o bairro da Tapera experimentou desde os anos de 1990 forte crescimento populacional e grande aumento das ocupações precárias (D’AGOSTINI et al, 2011, p. 567). Não por coincidência, o censo de 2010 do IBGE indicava que de uma população de cerca de 11 mil pessoas, 5.175 pessoas residiam em construções precárias na comunidade (BISPO, 2013)¹¹.

¹¹ BISPO, Fabio. Santa Catarina tem 75,7 mil pessoas que moram em favelas em Florianópolis e Blumenau lideram o ranking catarinense apresentado ontem pelo IBGE.

Esses números tornavam o bairro o mais precário em questão de moradia em toda Santa Catarina, totalizando cerca de 30% da população em moradias desse tipo em Florianópolis. Também em 2008, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (SDM/SC), classificou 88 bairros de Florianópolis conforme o Índice de Desenvolvimento Humano Local, ocasião em que a Tapera ficou com a 84ª posição (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 568).

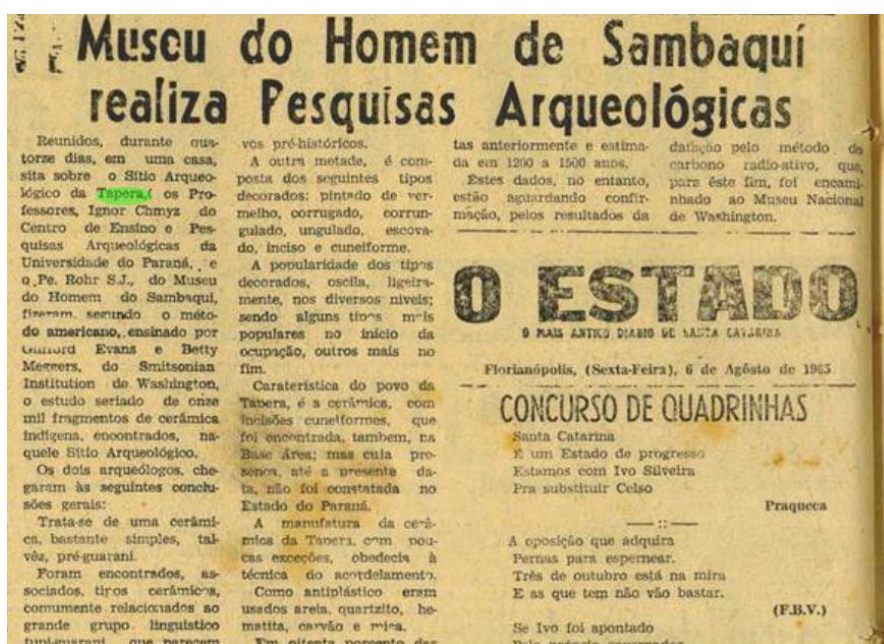
Segundo a pesquisa, a localidade da Tapera da Base passou à condição formal de Bairro em 2005. Também apresenta uma forte ligação histórica com a pesca artesanal e é uma região de habitação urbana desde os anos 1970, quando contava com cerca de 4000 habitantes (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 565). A história da região, porém, remete a séculos antes da chegada dos açorianos à ilha, tida desde o Primeiro Congresso de História Catarinense em 1948 como aspecto fundamental da história e da cultura florianopolitana (FLORES, 1997, p. 114). Na década de 1960 foi descoberto o sítio arqueológico da Tapera, resultado de escavações e pesquisas feitas por João Alfredo Rohr entre 1962 e 1967. Numa extensão de mais de 2.000m² a escavação recuperou imensa quantidade de artefatos e desvendou 172 sepultamentos indígenas (SCHMITZ, 2012, p. 23). Hoje, grande parte do material coletado por Rohr no sítio da Tapera integra o acervo do Museu do Homem do Sambaqui em Florianópolis, um dos mais importantes na temática da preservação do patrimônio arqueológico no estado. No período dos anos de 1960, inclusive, foram comuns menções ao trabalho do Padre Rohr no sítio arqueológico da Tapera no jornal “O Estado”, o periódico de maior distribuição em SC. Uma das menções, em 1965, falava dos povos indígenas que habitavam aquela região no passado e intitulava-os de “povo da Tapera” (O ESTADO, 1965).

Sobre representações jornalísticas da Tapera no período relatado, gostaria de fazer um breve desvio que nos dará uma base um pouco maior para pensar o papel da comunidade no contexto de modernização de Florianópolis. Em 1966, outra matéria do “O Estado” falava sobre a Tapera por ocasião da visita do prefeito da cidade, Acácio Santiago, ao chamado “interior” da Ilha. Segundo o jornal informa, a visita se dava em função de “reivindicações dos munícipes” e em uma tentativa de levar “progresso ao Interior da Ilha, dentro de um plano racionalizado de ação” (O ESTADO, 1966). Nesse sentido, estava sendo inspecionada pelo prefeito a construção de uma estrada ligando Tapera e Ribeirão. É interessante, nesse contexto, a percepção da região como um lugar ainda não atingido pelas luzes do progresso que moviam a cidade no período, bem como a menção ao planejamento urbano enquanto uma atividade “racional”, ou seja,

parecido com a constatação de Lohn (2016) a respeito do desenvolvimento do Urbanismo enquanto uma ferramenta para superação do atraso e do subdesenvolvimento nas cidades por meio da tecnologia, do progresso e do planejamento racional do espaço. A reportagem em questão menciona também a construção de sessenta mil metros quadrados de calçamento em toda a cidade, que caminhava em direção a uma maior abertura ao turismo e em direção ao futuro.

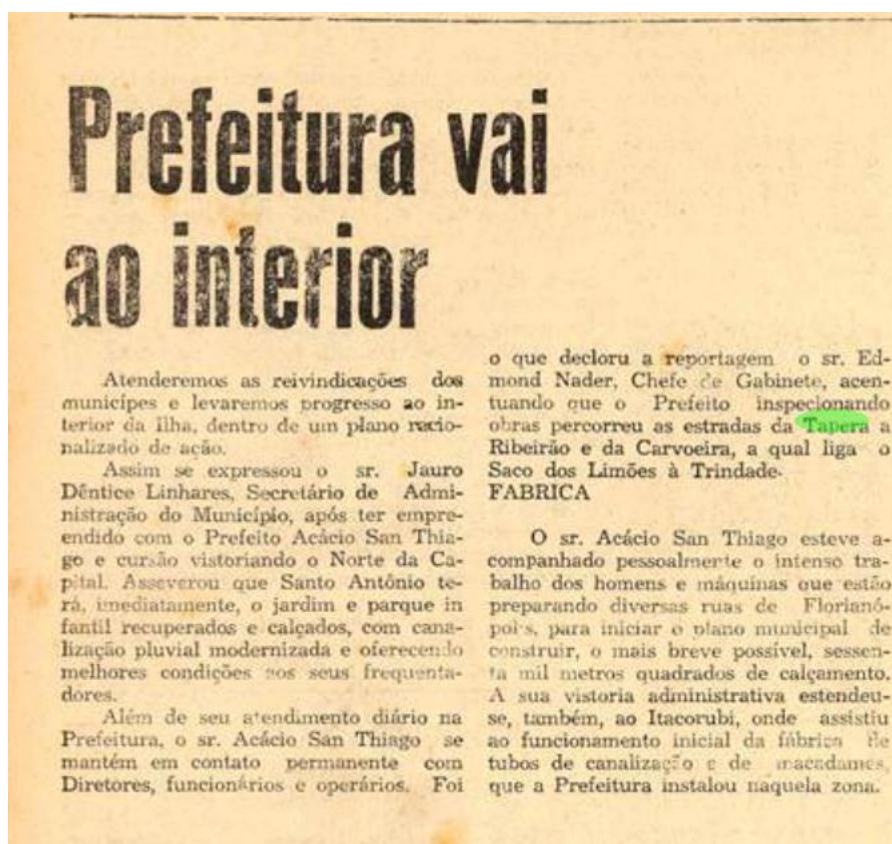
É interessante, desse modo, perceber dois anos depois, em 1968, outra menção a Tapera em uma reportagem intitulada “Prefeitura desenvolve programa de novos investimentos turísticos”. Na reportagem a região aparecia ao lado de pontos turísticos como a Lagoa da Conceição e Canasvieiras enquanto áreas que receberiam obras para melhoria do acesso as praias das localidades. Todas essas estavam inseridas, segundo narra a reportagem, em um grande plano de obras que visavam o desenvolvimento turístico de Florianópolis, coisa que passava pela “implantação, abertura, alargamento e revestimento de estradas no interior da Ilha” (O ESTADO, 1968). Ou seja, podemos notar que a Tapera, por ser uma região praiana, era um espaço de interesse da prefeitura municipal, que buscava atrair investimentos particulares na cidade através da abertura econômica ao turismo insular. A abertura de vias que possibilitavam o acesso a praias no interior da ilha foi marcante, por exemplo, para a apropriação de terrenos nas praias do Norte por famílias ricas com a construção da Avenida Beira-Mar Norte na década de 1960 (LOHN, 2016).

Figura 8 - Reportagem de 1965 retratando o sítio arqueológico da Tapera



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense

Figura 9 – Reportagem de 1966 intitulada "Prefeitura vai ao Interior"



Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense

Mesmo com o interesse na exploração turística da praia local, a Tapera ainda conservava até os anos de 1990 o *status* de uma localidade interiorana, afastada dos ímpetus modernizantes na cada vez mais moderna Florianópolis. Entretanto, a partir de então a inserção da região na modernização florianopolitana se deu de forma rápida e desordenada, influenciando inclusive a biodiversidade do local e criando péssimas situações de insalubridade e vulnerabilidade social, fato que demonstra a falta de preocupação dos órgãos públicos responsáveis para com a urbanização na área (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 565). Esses dados são verificáveis no mapa acima, uma vez que as Zonas Especiais de Interesse Social englobam regiões provenientes de ocupações de baixa renda, como também assinalou a pesquisa. Nesse sentido, cabe ainda assinalar que o fornecimento de água pelo serviço público para a maior parte da população local ocorreu somente no ano de 2000 (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 570).

Nesse sentido, os resultados encontrados pela pesquisa da UFSC concluem: “a primeira e mais evidente conclusão neste estudo de caso é a de que a Comunidade da Tapera da Base

vive, no geral, um estado de elevada vulnerabilidade, de baixa resiliência e de considerável resistência.” (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 600). E completam:

Em seu sentido mais amplo, uma vulnerabilidade biofísica elevada decorre, principalmente, do contexto social em que a comunidade está inserida. A baixa resiliência, compreendida como a insuficiente capacidade de no dia-a-dia se restabelecer sem empobrecer cada vez mais, é produto das dificuldades crescentes para sustentar-se em um sistema social. Já a quase heróica resistência é, possivelmente, expressão de uma emergência, ou seja, a coragem e a solidariedade que seres sociais ameaçados encontram em si a partir da precariedade de condições que podem afetar a todos e cada um (D'AGOSTINI et al, 2011, p. 600).

No campo de pesquisas ambientais encontramos também a dissertação de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina de autoria de Marcia de Vicente Cesa, intitulada: “As condições hídricas e socioambientais e os reflexos na saúde da população do Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC” (2008). O trabalho busca, segundo a autora “analisar a relação entre as condições socioambientais, as doenças de veiculação hídrica e as políticas de saneamento ambiental no Alto Ribeirão e Tapera da Base” (CESA, 2006, p. 6) e traz um panorama interessante das condições sociais do bairro. O trabalho destaca, inicialmente, a ocupação rápida e desordenada da área do manguezal na comunidade e a falta de um sistema adequado de coleta e tratamento de esgoto na região, o que forçava os moradores da comunidade a despejarem rejeitos de todo tipo nos cursos fluviais e no mangue. A autora apresenta imagens do período na figura a seguir:

Figura 10 - Despejo irregular de rejeitos na Tapera



Fonte: CESA, 2008 – marcações da autora

Nesse contexto, de rápido aumento populacional, falta de fiscalização adequada e sem a implementação de políticas públicas necessárias, a autora identifica que na região da Tapera

“esgotamentos sanitários que vão direto para o solo ou para os pequenos rios, contaminam o lençol freático, os rios e as águas costeiras onde deságuam” (CESA, 2008, p. 52) colocando em risco a população local. A autora também dá especial atenção aos alagamentos enfrentados pelos moradores em períodos de muita chuva, problema acentuado na comunidade em função do esgoto a céu aberto que existiu na região da Rua José Correa até os anos 2010. Conhecida pelos moradores como “Vala do Juca”, a localidade era uma via de canalização do Rio Ribeirão do Porto, porém, com a expansão desordenada do bairro tornou-se mais um dos principais pontos de despejo irregular de lixo e esgoto na Tapera - depois observaremos como a “vala” tornou-se também um dos principais pontos de referência dos interlocutores da comunidade.

O estudo de Cesa (2008), conclui, por exemplo, que “pode-se inferir que, devido à qualidade do ambiente e dos recursos hídricos, a população, principalmente da Tapera da Base, vive em uma situação de alto risco de contrair doenças de veiculação hídrica.” (CESA, p. 115). Nesse sentido, a autora verifica que os números de pessoas afetadas por doenças de veiculação hídrica era proporcionalmente maior na Tapera do que no município de Florianópolis e no bairro do Ribeirão da Ilha. Ela finaliza então: a ocupação da área de estudo sem as políticas de saneamento ambiental adequadas já está se refletindo no aumento das doenças de veiculação hídrica.” (CESA, 2008, p. 118).

Figura 11 - Vala do Juca e o despejo irregular de esgoto no rio



Fonte: CESA, 2008

A Tapera também aparece brevemente na obra da arquiteta Maria Inês Sugai. Em sua tese de Doutorado intitulada “Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição

Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis” (2002), a arquiteta aborda rapidamente a Tapera enquanto um dos exemplos do crescimento da periferia urbana na parte insular da cidade a partir dos anos 1990, citando a localidade enquanto um dos bairros populares da região. Descrevendo o aumento populacional das ocupações informais no período, ela coloca:

Diversos motivos levaram ao aumento de sua ocupação na Ilha, entre eles: a redução dos loteamentos clandestinos nas áreas continentais devido ao maior rigor nas legislações; os sérios problemas de infraestrutura naqueles municípios; o empobrecimento das camadas populares que intensificaram a ocupação e formação de novas favelas nos morros centrais de Florianópolis e ao longa da BR-282, via de acesso à Ilha; a melhor infraestrutura e os diversos investimentos viários na Ilha que favoreceram o acesso e a formação de bairros populares, como a Tapera da Base, em Ribeirão da Ilha (na porção Sul da Ilha) e na parte sul de Ingleses, em Capivari (na porção Norte da Ilha). (SUGAI, 2002, p. 110).

A comunidade ganha um pouco mais de destaque na obra de Sugai no capítulo de livro “Há favelas e pobreza na Ilha da Magia?” (2009). Refletindo sobre a desigualdade social e urbana na cidade, ela traz a localidade, além de outras 5, como alvos de um estudo de uma rede de pesquisas intitulada INFOSOLO, que atuou no ano de 2005. A Tapera, segundo a autora “constituiu-se na maior área de informalidade pesquisada, onde foram feitas 43% das entrevistas, e também a mais extensa e populosa entre as comunidades escolhidas.” (SUGAI, 2009, p. 171). É considerada pela autora como parte do terceiro momento de ocupação informal do solo na cidade de Florianópolis, o primeiro se daria no final do século XIX e início do XX com a ocupação dos morros na região central da cidade, o segundo a partir dos anos 1960 com a ocupação da parte continental e dos morros da região central e o terceiro momento a partir dos anos 1990 com a ocupação de regiões mais distantes do centro e do continente. Essa ocupação seria marcada pela acentuada desigualdade social no contexto (SUGAI, 2009). Descrevendo o paradigma geral da região, ela coloca:

A Tapera da Base caracterizava-se até há poucos anos pela pobreza, pelos esgotos correndo a céu aberto, pelas gangues pela violência urbana, pela implantação de “toque de recolher” pela Polícia Militar no ano de 2001, pela existência de apenas uma rua pavimentada e pela ausência de infraestrutura urbana (SUGAI, 2009, p. 171).

Entretanto, a autora assinala também uma importante mudança nesse quadro para melhor em função da pressão dos moradores do bairro e pela aquisição de imóveis na orla da praia por famílias de classe média, fatores que serão abordados posteriormente na pesquisa. Um ponto importante que aparece na produção e que já foi citado anteriormente é a dificuldade e discrepância que existe na medição de dados sociais e econômicos da região, daí a importância

da realização de entrevistas para o desenvolvimento da pesquisa. A publicação aponta que a Associação dos Moradores da Tapera da Base e outros líderes comunitários calcularam a existência, no ano de 2005, de 4.000 domicílios e 15.000 moradores no bairro (SUGAI, 2009). Esses dados entram em confronto direto com os dados do IBGE, que em 2010 apontou para uma população de aproximadamente 12 mil pessoas (D'AGOSTINI et al, 2011), fato que demonstra a dificuldade de usar dados socioeconômicos muito exatos e objetivos na pesquisa de periferias. A pesquisa também coloca importantemente, entre outros fatores que serão abordados posteriormente, que “a grande maioria dos moradores que efetuaram transação imobiliária de compra, de venda e de aluguel nos assentamentos informais não era originária da área conturbada de Florianópolis” (SUGAI, 2009, p. 175), assim, cerca de 76% das pessoas eram migrantes.

Baseado nesses dados, acredito que uma das principais coisas a se entender aqui é a relação direta que existe entre o crescimento da população periférica em função da modernização da cidade e a abertura ao turismo insular. Nesse sentido, a Tapera é evidência direta dos efeitos danosos de uma inserção na modernização de forma compulsória, desordenada e desigual. Essas questões são fundamentais para compreender o preconceito e o lugar social e cultural em que se encontram os bairros periféricos, especificamente o bairro da Tapera, visto em seu desencaixe em relação direta com a modernização encontrada no Ribeirão, como pudemos observar. Dada a escassez de maiores evidências científicas no campo da história e da falta de dados socioeconômicos atualizados, se torna fundamental a realização de pesquisas orais com os moradores e integrantes da vida social do bairro para entender melhor esse fenômeno. Nesse sentido, através da realização de entrevistas com diferentes representantes sociais, civis e públicos no bairro, busco compreender melhor esse processo, que é tanto geral nas cidades, quanto específico em Florianópolis.

Desse modo, é fundamental iniciar o diálogo constatando que a pobreza e a pobreza urbana são fenômenos, como podemos observar, sócio-históricos. Por isso não podem ser vistos de maneira objetiva e imutável. O que conhecemos por pobreza e todos os dados que medem a pobreza, por exemplo colocados por Sugai em 2009, pouco significam se vistos hoje de forma absoluta, esses possuem importância apenas relativa. Essa é pelo menos a visão compartilhada por Milton Santos em sua obra “Pobreza Urbana” (2013). Em sua concepção, a qual considero pedra de toque aqui “é inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões -agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país.” (SANTOS, 2013, p.18). Dentro dessa questão, não é meu objetivo aqui analisar objetivamente se a Tapera, ou seus moradores, são mais ou menos pobre

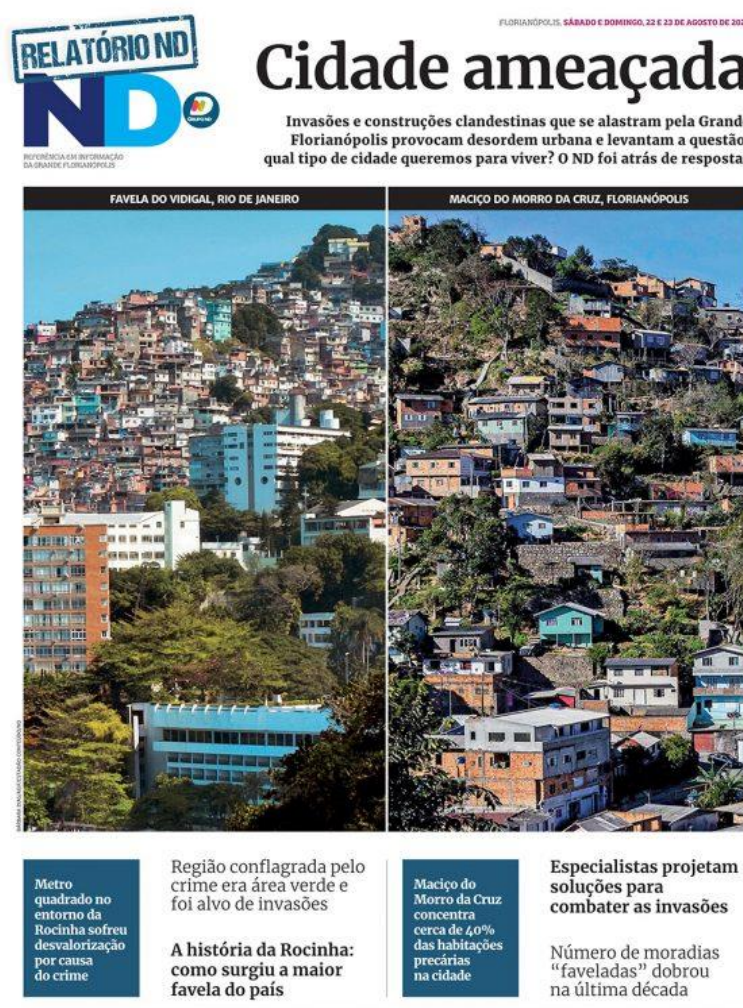
do que outros em Florianópolis, até porque isso não muda em nada a realidade social em que essas pessoas vivem. A pobreza não é definida apenas a partir de parâmetros materiais e objetivos (não que esses não sejam importantes), mas também de questões extremamente subjetivas e decorrentes dos modos de vida e das sociabilidades. Essa pesquisa é fruto de um esforço de entender essas questões na contemporaneidade.

O ponto principal que eu gostaria de alcançar, em preparação para os próximos capítulos, é que praticamente não existe uma história organizada da Tapera, o que existem são alguns relatos organizados por poucos pesquisadores que colaboram pouco no entendimento geral da população e da comunidade enquanto um organismo vivo. Como fica evidente, o que se sobressai é a visão de que a Tapera é um lugar marcado pela vulnerabilidade, seja ela de que tipo for. Nesse sentido, busco nos próximos capítulos trabalhar com as percepções que os próprios moradores e diversos interlocutores do bairro tem sobre si mesmos e sobre seu próprio espaço, uma vez que até hoje praticamente não foram ouvidos ou falaram apropriadamente sobre nas pesquisas levantadas aqui. Busco assim a construção de uma história periférica da região, como já mencionei anteriormente. Cabe antes disso, entretanto, uma breve digressão para a compreensão das percepções, dos dados e da metodologia usados para a construção dessa pretensa história periférica.

2 PERCEPÇÕES

Na introdução desta obra comentei rapidamente sobre como as ocupações e as lutas urbanas tem se tornado cada vez mais um tópico de interesse e debate na sociedade florianopolitana. Podemos observar através de peças “jornalísticas” como o Relatório “Cidade Ameaçada” do jornal ND um pouco do caráter da opinião pública sobre esse delicado assunto, já constatado em 2005 por Mike Davis como um dos maiores problemas de nosso século. O relatório conta com uma série de reportagens e editoriais abordando o problema das ocupações urbanas e da expansão da periferia na região metropolitana de Florianópolis, A Tapera e todo seu desenvolvimento fazem parte desse extenso histórico de construção da cidade e de sua periferia observado no capítulo anterior, entender um é também entender o outro.

Figura 12 - Caderno “Cidade Ameaçada” do Jornal ND, publicado no dia 22/08/2020



Fonte: Reprodução

O documento, de caráter abertamente sensacionalista, busca causar temor ao já na capa comparar a violenta Favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, ao Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. O caráter da comparação fica mais evidente no “Relatório ND: A nova Rocinha não é aqui em Florianópolis”. Segundo a reportagem, a comparação é válida em função da semelhante topografia entre as duas localidades, bem como o subsequente aumento da violência após a invasão e favelização desses espaços. Mapeando os principais pontos de violência na periferia de Florianópolis, a reportagem, apesar de reconhecer que as favelas existem por conta da falta de políticas habitacionais, dá uma solução rápida para a questão: a expulsão. No “Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis” e no Editorial: “Basta de invasões em Florianópolis” o problema das ocupações urbanas é visto enquanto questão número um na cidade, não por conta da situação social de seus moradores, ou pela falta de políticas sociais que levaram essas pessoas a essas situações e a assistência que essas necessitam, mas sim única e exclusivamente pela “paisagem indesejável”¹² que essas habitações geram no cenário urbano paradisíaco de Florianópolis. Fica evidente que o jornal não entende seus moradores enquanto pessoas propriamente ditas, mas sim “parte de esquemas criminosos que envolvem milícias e lavagem de dinheiro do narcotráfico”¹³. O editorial ainda completa:

Os invasores de áreas particulares ou públicas não são trabalhadores, pessoas humildes e de bem, não são vítimas da sociedade como alegam alguns políticos à caça de votos. As invasões são orquestradas por membros de facções, os mesmos que comercializam barracos e constroem em áreas invadidas, lavando o dinheiro do tráfico. (GRUPO ND, 2020)

Não é necessário alongar-se ainda mais para perceber a tentativa de aterrorizar o leitor a respeito da situação das periferias urbanas na região metropolitana da cidade, mobilizando assim comparações com a cidade do Rio de Janeiro para sustentar essa narrativa de medo. As percepções e os discursos que são feitos sobre a cidade são fundamentais na construção dela. Como podemos observar anteriormente, em Florianópolis os planos das elites econômicas buscaram a construção de uma cidade dividida, esse modelo, como vemos na reportagem, é assegurado e propagado simbolicamente através de discursos que marginalizam as camadas pobres da cidade, bem como suas moradias e ocupações.

¹² ROCHA, Vanessa da. Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>> Acesso em: 07/10/2021.

¹³ GRUPO ND. Basta de invasões em Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/opinioao/editorial/basta-de-invasoes-em-florianopolis/>> Acesso em: 07/10/2021.

Essas questões são magistralmente trabalhadas por Teresa Caldeira em “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo” (2011) e Norbert Elias em “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” (2000). Nessas obras, porém, são analisados fenômenos sociais e culturais mais específicos e em uma escala maior que os trazidos anteriormente, mas que nos auxiliam a pensar o funcionamento geral de toda e qualquer categoria de cidade. No caso de São Paulo, é especialmente interessante pensar sua relação com o crescimento de Florianópolis, onde a cidade do sul do país após os anos 60 adquiriu características de uma metrópole, como São Paulo, e o imaginário popular dos nativos temeu a perda das características de cidade pequena e a aquisição de problemas de uma metrópole, entre eles, é marcante nos testemunhos dos moradores, o aumento da violência. Fantin traz um depoimento simbólico de um nativo da cidade nos anos de 1990:

Pessoal de fora trouxe assalto, sequestro, aumentou consideravelmente. A ilha não é mais tranquila como era. Hoje estão roubando dia e noite, e todos são de fora. Não tem bandido manezinho. É muito raro, em 100 casos 5 são manezinho, 95 de fora, todos, quadrilhas aí, maioria gaúcho e paranaense. Dificilmente vai encontrar manezinho traficante, ladrão. (FANTIN, 2000, p. 51).

Como foi observado no trecho anterior, Teresa Caldeira trabalha com um problema semelhante ao retratado no depoimento do florianopolitano, mas em uma escala maior na grande megalópole de São Paulo. Ela estuda a forma pela qual “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social das cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social.” (CALDEIRA, 2011, p. 9). A autora, observando o crescimento do crime violento na São Paulo dos anos 1980 analisa a forma pela qual, simbólica e materialmente, são criadas estratégias para lidar com o medo do crime e da violência. Entre essas estratégias, está a construção material de muros entre as pessoas, mas também a simbólica, através do estabelecimento de diferenças, imposição de divisões, distâncias e multiplicação de regras de evitação e exclusão entre as pessoas (CALDEIRA, 2011). Nesse sentido, muitas das análises de Caldeira se dão no que a autora chama de “falas do crime”, sendo “as narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema...” (CALDEIRA, 2011, p. 9), essas seriam formas das pessoas articularem os medos, as experiências e as novas dinâmicas sociais e culturais decorrentes da violência. A autora também averigua que não raramente esses discursos sobre o crime “incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados.” (CALDEIRA, 2011, p. 9). Assim:

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. Na verdade, o universo do crime oferece um contexto fértil no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada - não apenas em São Paulo, mas em qualquer lugar (CALDEIRA, 2011, p. 10).

Essa é uma constatação importante para entender como a exclusão e a marginalização nas cidades não são criadas apenas por meios econômicos e urbanos, mas também através da linguagem, dos imaginários e finalmente, da cultura. Nesse sentido, a fala do crime organiza a paisagem urbana e pública, “moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.” (CALDEIRA, 2011, p. 27).

Essa separação social é marcada nas cidades contemporâneas pela construção acelerada de “enclaves fortificados”, desenvolvidos com objetivo de separar as classes sociais e isolar os mais ricos do resto da sociedade, alterando inclusive a qualidade dos espaços públicos, que se tornam cada vez mais raros nas cidades (CALDEIRA, 2011). Caldeira classifica os enclaves fortificados enquanto “espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais.” (CALDEIRA, 2011, p. 12). Essa é uma característica compartilhada tanto por São Paulo, quanto por Florianópolis.

Através de inúmeros depoimentos, Caldeira consegue mapear a forma pela qual nordestinos, em sua maioria, são responsabilizados pela escalada da criminalidade e da violência em São Paulo. Segundo os depoimentos, essas populações estariam ocupando bairros tradicionais, como a Mooca, e transformando-os em favelas e ambientes inseguros. A pobreza, a segregação e a violência caminham de mãos dadas em diversas falas. Uma entrevistada diz o seguinte sobre as mudanças em seu bairro:

Eles empestearam tudo, deveria voltar tudo pra lá. O governo deveria dar casas pra eles lá no Nordeste pra eles não precisarem vir pra cá... Hoje aqui na Mooca não se pode nem sair de casa. Faz seis anos que eu fui assaltada, e seis anos que parece que tudo perdeu o gosto. Aqui na Mooca não tem pessoa que não foi assaltada (...) Pessoal que assalta é tudo nortista. Tudo gente favelada. Gente do bairro e gente de fora. Mas não adianta querer fazer alguma coisa (CALDEIRA, 2011, p. 30).

Essas falas, entretanto, não correspondem necessariamente a realidade. Isso porque as falas do crime são articuladas em um grande número de ambiguidades, simplificações, medos

e anseios sociais característicos do seu tempo (CALDEIRA, 2011). O crime, nesse sentido, oferece um “código simplificado para se lidar com outras mudanças sociais.” (CALDEIRA, 2011, p. 35). Assim, a tomada do bairro da Mooca pelos pobres e sua decaída em violência, inicialmente explicada por uma testemunha como decorrente da migração de nordestinos, é apontada por Caldeira enquanto simples “resultado de transformações socioeconômicas, que incluem uma mobilidade ascendente de velhos moradores, assim como com a decadência econômica, mas não necessariamente com o crime.” (CALDEIRA, 2011, p. 35).

Em comparação, os depoimentos paulistas e catarinenses, trazidos por Fantin (2001) são muito semelhantes. Ambos têm como cerne o crime, a segregação social e principalmente o medo das mudanças sociais como produtoras do discurso. Mesmo sendo de lugares e contextos diferentes, até a linguagem dos dois depoimentos soa como a mesma. Nesse sentido, podemos afirmar que a fala do crime reorganiza o mundo, dá-lhe uma ordem simbólica específica, categorizante e produz um tipo específico de significação (CALDEIRA, 2011), por isso os seus efeitos sociais e culturais na organização do espaço urbano são comuns tanto para São Paulo quanto para Florianópolis. Em ambos os casos, os culpabilizados por esses processos, pelos já estabelecidos, foram os “estranhos” que ameaçavam a ordem social e cultural vigente.

Vale perceber que Caldeira e Fantin tratam de momentos parecidos na conjuntura político-econômica brasileira. Se de 1950 até 1980 observamos um período de planejamento e esperança com um futuro de modernizações, a partir dos anos 1980 a figura muda drasticamente. A ditadura militar no país, seguindo os preceitos do desenvolvimentismo, promoveu uma intensa industrialização do país, junto de um intenso processo de crescimento das cidades apoiado na explosão do setor de construção civil. Mesmo com o crescimento da desigualdade, o milagre econômico da década de 1970 e as reformas urbanas pareciam promover o país a um patamar moderno. Segundo Caldeira:

A população urbana do Brasil, quem em 1950 constituía 36% da população total, em 1980 representava mais de 50% (cerca de 80 milhões de pessoas). Metade dessa população urbana vivia em 30 centros urbanos de mais de 350 mil habitantes. Por volta de 1980, o Brasil possuía nove regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes, cuja população tinha crescido a uma taxa de 4,5% ao ano entre 1940 e 1970. Nessas regiões metropolitanas estão concentrados cerca de 30% da população brasileira, que, em 1996, alcança 157 milhões, 78% na região urbana. (CALDEIRA, 2011, p. 47).

A desigualdade social parecia aceitável enquanto a economia estivesse crescendo, fator que promoveu enorme desigualdade, contrastes sociais e marginalidade urbana nas grandes cidades do país, como São Paulo. Essa expectativa de crescimento e modernização, entretanto,

encontraram seu fim com a década de 1980, com uma crise econômica que produziu fortes mudanças na sociedade brasileira. Conhecida como “década perdida” os anos 1980 foram marcados pela queda de 5,5% no PIB, pela diminuição em 46% do salário mínimo real e por altas taxas de inflação, que em 1989 alcançaram 1.863% (CALDEIRA, 2011). Aliado a isso, todos os planos de combate à inflação falharam miseravelmente, em especial o Plano Collor de 1990, que Caldeira averigua em entrevistas ser considera o principal responsável pela deterioração da qualidade de vida da população brasileira. O quadro só teria uma leve alteração em 1994 com o desenvolvimento do Plano Real, entretanto, já em 1998 o país se encontrava em outra crise econômica decorrente do endividamento público e desvalorização da moeda (CALDEIRA, 2011). A autora afirma assim o caráter avassalador da crise sobre as populações pobres urbanas e rurais, e especialmente mulheres e pessoas de cor:

As consequências sociais da crise econômica foram devastadoras. Depois de uma década de inflação, desemprego e recessão, a pobreza adquiriu proporções alarmantes no começo dos anos 90. Pesquisas recentes demonstram que os efeitos da crise foram especialmente duros para os pobres e agravaram a já desigual distribuição de renda. (CALDEIRA, 2011, p. 51)

A crise econômica gerou nas grandes cidades uma forte insegurança social, agravada pelo crescimento enquanto fenômeno do crime violento, que já foi apontado aqui enquanto fator de união de grupos contra a presença de estranhos nas cidades, tanto em São Paulo, quanto em Florianópolis. A autora finaliza:

Esse aumento do crime e na violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos. Em outras palavras, no Brasil, a democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana, mas, sim, exatamente os seus opostos. Nesse contexto, o crime não só expressa e articula outros processos negativos de mudança, mas também representa os limites e desafios da democratização brasileira. (CALDEIRA, 2011, p. 56)

O ponto que tento levantar para iniciar a discussão é que o bairro da Tapera é também inevitavelmente fruto de ocupações e é também formada majoritariamente por imigrantes de toda a parte do país. E desse modo, é diversas vezes colocado no mesmo rol dos lugares descritos pelas reportagens citadas, inclusive, aparecendo em segundo lugar na lista de distribuição de moradias precárias por região, presente no “Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis”. Na minha concepção, estudar o desenvolvimento da Tapera e as percepções que os moradores e interlocutores tem sobre o bairro, é também olhar para o processo descrito por Caldeira em São Paulo. Entender as sociabilidades do território e

as trajetórias que o compõe, ainda que apenas algumas delas, não deixa de ser nesse terrível cenário um exercício de humanização e de reconhecimento da diversidade inerente às cidades.

Essas são percepções fundadas externamente às periferias, são falas violentas e segregadoras de pessoas que provavelmente não tiveram contato real com a periferia ou com moradores dela, já que apenas a existência periférica pode ser o suficiente para colocar em xeque o domínio que as populações estabelecidas exercem sobre a cidade. Como demonstra Caldeira (2011), as populações estabelecidas além de terem domínio material sobre os favelados também buscam exercer um domínio simbólico e representativo em relação às populações periféricas, para isso, por vezes representam-na como “ameaças” ao bom funcionamento da cidade – vide o jornal apresentado anteriormente. O estabelecimento dessa relação de superioridade simbólica e cultural se dá através do funcionamento de um mecanismo que o sociólogo Norbert Elias intitula como a “sociodinâmica da estigmatização” (ELIAS, 2000, p. 24). Assim, as populações atingidas por esse processo são identificadas pelo autor como:

Os outsiders, tanto no caso de Winston Parva quanto noutros locais, são vistos — coletiva e individualmente — como anômicos. O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável. Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o status de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior. Entre os já estabelecidos, cerrar fileiras certamente tem a função social de preservar a superioridade de poder do grupo. Ao mesmo tempo, a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “medo da poluição” (ELIAS, 2000, p. 29)

Podemos observar, que a partir da sua própria existência, o grupo outsider coloca em risco todo o mundo e o domínio dos grupos estabelecidos e hegemônicos, e por isso são combatidos com tanto vigor. Assim, até mesmo o contato com um outsider pode ameaçar o *status* de um representante do grupo hegemônico (ELIAS, 2000). É particularmente interessante notar a importância do estatuto social, ou da reputação, nessa categoria de dinâmica entre os grupos. Nesse sentido o autor diz:

O que se destaca de maneira mais acentuada é a maneira como a autoregulação dos membros de um grupo estabelecido muito coeso está ligada à opinião interna que esse grupo faz de si. Nesse caso, a susceptibilidade desses indivíduos à pressão do “nós” [we-group] é particularmente grande, pois pertencer a tal grupo instila em seus membros um intenso sentimento de maior valor humano em relação aos outsiders. (ELIAS, 2000, p. 48)

O *status*, nesse tipo de dinâmica social é mostrado mais uma vez como característica fundamental para organização dos espaços. Não é estranho por isso perceber que moradores de periferia, os outsiders das grandes cidades, possuem uma estigmatização baseada na atribuição de um estatuto negativo frente a sociedade estabelecida. O caso da Tapera não é diferente. Podemos entender que tanto a existência da periferia, quanto do “Outro”, é uma ameaça constante para a existência do centro e dos estabelecidos, um só existe por conta do outro. Nesse sentido, essa sociodinâmica da estigmatização colocada por Elias funciona como forma de manter essa disparidade e desigualdade apresentada entre as diferentes partes da cidade.

É fundamental, nesse sentido, que entendamos que as visões sobre a cidade são ideologizadas. A visão sustentada pelas elites políticas, que possuem *status* superior aos outsiders, é constantemente tomada como única. A parte da cidade tomada como todo, no caso de Florianópolis, a propagandeada capital brasileira de melhor qualidade de vida, vendida com uma “refinada propaganda que fornece a imagem de uma cidade aprazível, com baixo índice de violência e excelente qualidade de vida, uma acolhedora “Ilha da Magia” a ser usufruída pelos detentores de bom padrão aquisitivo.” (FALCÃO, 2005, p. 4), precisa se sustentar como única, pois sua própria existência está atrelada a exploração de uma outra cidade de Florianópolis, uma mais suja, feia, violenta e inferior. Ou pelo menos é assim que o grupo estabelecido pensa.

Por fim, podemos compreender outro importante mecanismo de produção da diferença simbólica nas cidades modernas ao entender que “aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade” (PESAVENTO, 1999, p. 196). Assim, a estigmatização sobre determinado espaço da cidade é produzida através de palavras que definem o espaço social, desse modo, certos “léxicos” são usados como forma de percepção da diferença. Sandra Pesavento diz: “a linguagem de estigmatização transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras compõem o registro da diferença.” (PESAVENTO, 1999, p. 197). Nesse sentido, o próprio nome “Tapera” já diz bastante sobre o sentido dado a esse lugar, visto como algo abandonado, em ruínas e assim entendido desde sua concepção como parte desregrada da cidade, a cidade dos “outros”, dos pobres e da diferença, em direta contraposição à cidade moderna e organizada.

Para quebrar com essa lógica, busco nesse trabalho construir e organizar as percepções que os próprios interlocutores da Tapera tem sobre si mesmos, uma vez que até então podemos perceber como o ponto de vista do opressor, ou do estabelecido, é usado universalmente enquanto verdade. É objetivo meu que possamos desse modo investigar a forma pela qual os diversos interlocutores na comunidade da Tapera veem e vivem o espaço da periferia e a partir

da organização dessas falas construir diferentes “mapas” desse espaço, pensar em diferentes comunidades dentro de uma só, compostas por uma diversidade de percepções, trajetórias e experiências. Com a organização desses relatos poderemos posteriormente entender de que forma os discursos já estabelecidos afetam as experiências dos interlocutores taperenses e como suas construções simbólicas se afastam ou aproximam das suas trajetórias e percepções da comunidade.

Na transição da teoria para a prática é importante entender um pouco mais da população com a qual pretendemos construir esse trabalho. Para isso, podemos consultar os dados do IBGE a respeito da comunidade em pesquisa realizada no Censo de 2010. Segundo o censo, a população da região é de pouco mais de 11 mil pessoas, o que representa um aumento de cerca de 29% em relação ao censo realizado em 2000. Para fazer uma comparação, o aumento percentual na população de Florianópolis foi de 23%, ou seja, o crescimento da Tapera foi acentuada em relação ao da cidade, como também pudemos concluir através dos dados e das pesquisas apresentadas anteriormente. Da população taperense, 5.175 pessoas foram consideradas moradoras de aglomerados subnormais, em um total de 1.579 domicílios desse tipo no bairro. Esse número de domicílios representa cerca de 31% dos aglomerados subnormais em Florianópolis. Quando olhamos as estatísticas em relação aos rendimentos dos moradores do bairro temos uma dimensão maior desses dados: segundo o IBGE, 4.717 de 9.468 pessoas ganhavam de $\frac{1}{2}$ à 2 salários mínimos na região, ou seja, cerca de 49% da população com mais de 10 anos. Ainda, 2.821 pessoas declararam não ter rendimentos no bairro. Esses números somados indicam que 79% das pessoas com mais de 10 anos na Tapera vivem sem rendimentos ou com até 2 salários mínimos. A efeito de comparação, em Florianópolis cerca de 33% da população com mais de 10 anos vive com até dois salários mínimos, enquanto o número sobe para cerca de 60% se considerarmos também aqueles sem rendimento. Existe pobreza em Florianópolis, e muita!

Em relação à dados de alfabetização, encontramos um índice de 6% de não-alfabetização nas pessoas com mais de 5 anos na Tapera, enquanto os números de Florianópolis são de 3%. Já a proporção entre homens e mulheres no bairro foi a de 49% e 51% respectivamente. Outros dados também chamam a atenção. Segundo o Censo de 2010, cerca de 79% da população da Tapera considerava-se branca, enquanto 20% se considerava preta ou parda. Na cidade como um todo, cerca de 84% das pessoas consideraram-se brancas, enquanto 14% se consideraram pretos ou pardos. A Tapera é, nesse sentido, mais diversa etnicamente que a cidade, fato que se comprova pela extensa prática religiosa de religiões de matriz africana no bairro, como observaremos mais aprofundadamente no capítulo 4 dessa pesquisa. O

protagonismo de mulheres na comunidade será também abordado no próximo capítulo, mas já fica evidente nos dados disponibilizados através do IBGE.

Assim, gostaria de ressaltar que os dados e o contexto econômico vigente nos auxiliam a entender o bairro e os sujeitos que estaremos lidando, entretanto, não são de forma alguma autoexplicativos. Esses, dependem da leitura realizada e de uma análise empírica bem embasada. Trazendo Milton Santos novamente, concluimos que:

Além do que um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 2013, p. 18).

2.1 METODOLOGIA

No campo da pesquisa empírica, sugerida anteriormente, é fundamental o trabalho com a metodologia da História Oral. O Manual de História Oral de autoria de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) define a história oral enquanto: “um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e também é reconhecida como ‘história viva’.” (MEIHY, 2005, p. 17). Compreendida também enquanto um conjunto de procedimentos, a história oral é sempre devedora da elaboração de um projeto, a definição de um grupo de pessoas que serão entrevistadas, um planejamento das entrevistas, a transcrição, o cuidado com questões éticas e a sensibilidade com a utilidade prática e pública do trabalho, afinal, é uma prática marcada por sua ligação com o “tempo presente” e com a história de pessoas vivas (MEIHY, 2005). Nesse subcapítulo destrincharei os procedimentos que orientaram essa pesquisa.

Meihy (2005) considera fundamental a distinção entre os diferentes gêneros de História Oral e os métodos e procedimentos que os diferenciam. Nesse sentido, organizei as entrevistas de acordo com as soluções da história oral temática, a do tipo mais objetivo, por partir de um assunto específico e delimitado, no caso as percepções sobre a Tapera no período proposto. Como declara o autor, entretanto, é comum a combinação da história oral temática com a história oral de vida. Este é o caso da presente pesquisa. A história de vida é uma história de natureza subjetiva e que busca registrar e narrar o conjunto de experiências da vida de uma pessoa (MEIHY, 2005). A mescla entre as duas abordagens fornece vivacidade as informações

levantadas sobre o bairro e os objetos estudados, assim como nos permite observar a individualidade presente no desenvolvimento de um espaço urbano.

Outras obras são consideradas de singular importância para essa pesquisa, a primeira é “Usos e Abusos da História Oral” (2006), organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. O livro traz considerações importantes sobre a História Oral por uma leva de consagrados e consagradas historiadores e historiadoras. Entre esses, considero de maior adequação, Henry Rousso, Philippe Joutard e as organizadoras da obra. Nesse sentido, todos os depoimentos suscitam questões importantes acerca da natureza da fonte oral e de seus problemas.

A partir dos levantamentos feitos na apresentação do livro por Janaína e Marieta, podemos inferir, fundamentalmente, que a História Oral é uma metodologia que estabelece e ordena os procedimentos de trabalho, como a entrevista, funcionando assim como uma ponte entre a teoria e prática (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 16). Traçando paralelos com trajetória do campo no país, as autoras chamam a atenção para o cuidado necessário com a parte teórica do trabalho com as fontes orais, visto que é comum, pelo menos no Brasil, a pouca exploração dos caracteres teóricos e metodológicos da natureza da fonte antes do seu uso prático. Dito isso, é fundamental o feitiço quase “manual” da obra citada, onde as autoras deixam evidente o seu objetivo: “Este livro pretende ser exatamente um elemento de estímulo à reflexão sobre o uso da história oral, mostrar sua riqueza e suas dificuldades, seus desafios e seus resultados.” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 11).

O livro também se mostra fundamental em traçar paralelos entre a História Oral e a História do Tempo Presente, nesse sentido, as autoras assinalam a contemporaneidade de historiador e objeto enquanto uma potencialidade e um auxílio para o entendimento da realidade que está sendo estudada, assim, quebrando de vez as barreiras que separavam os historiadores das questões e dos atores importantes de seu tempo (FERREIRA; AMADO, 2006). Essa questão é fundamental para a pesquisa, visto que aspiro uma priorização do uso e da reflexão sobre os relatos de sujeitos que convivem diariamente em comunidades, bem como o entendimento que, eu enquanto pesquisador, não posso me separar completamente do meu objeto e do meu tempo. Reconhecer a subjetividade, mas não abandonar os procedimentos científicos é pedra de toque nessa matéria.

No livro, são levantadas também questões ligadas a teorização e a caracterização da memória, peça fundamental no trabalho com a História Oral. O historiador Philippe Joutard versa sobre essa importante relação entre o testemunho oral e a memória:

Ora, se existem múltiplos vestígios da memória, das inscrições em pedra, o testemunho oral é o documento mais adaptado por sua ambivalência. Os defeitos que lhe atribuem, as distorções ou os esquecimentos tornam-se uma força e uma matéria histórica (JOUTARD, 2006, p. 54).

A memória seria, além disso, fator responsável por interligar história oral e a história geral. Bem como fator importante no estudo da constituição das identidades coletivas e individuais (JOUTARD, 2006), aspecto considerado fundamental na realização da pesquisa e que será melhor elaborado a seguir. O segmento de Henry Rousso nos auxilia numa melhor caracterização técnica do que é a memória, colocada por ele como:

Uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade... (ROUSSO, 2006, p. 94).

Elaborando as diferenças entre a história da memória e a história dos historiadores, o autor ressalta a grande discrepância que existe entre a narração de um acontecimento pelos eruditos e a percepção de um indivíduo ou um grupo de indivíduos sobre o mesmo acontecimento. Refletindo sobre essa discrepância, que reinava outrora na historiografia, Rousso afirma a importância dos historiadores abandonarem a pretensão de produzir uma verdade histórica e coloca: “a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus companheiros” (ROUSSO, 2006, p. 98). É assim fundamental para qualquer pesquisa, a reflexão sobre os lugares que ocupam a história, a memória, o historiador e a testemunha.

Como foi colocado anteriormente, o trabalho do historiador Paul Thompson também foi fundamental para a realização das entrevistas nesse capítulo e no seguinte. O mesmo versa sobre questões técnicas e procedurais quanto a realização da entrevista. Segundo o autor, existem diversas formas e estilos de entrevista, que cabem ao entrevistador explorar e caso necessário adaptar conforme a personalidade do entrevistado ou os objetivos da pesquisa. Entretanto, existem questões básicas fundamentais que o entrevistador deve estar atento. Ele assinala a principal:

“Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.” (THOMPSON, 1992, p. 254).

Listando os principais tipos de entrevista, ele dá preferência para a entrevista livre, que busca conhecer mais a trajetória do entrevistado e não apenas coletar informações que valham por si mesmas (THOMPSON, 1992). Nesse sentido, o autor aponta para a necessidade de se ter um roteiro de perguntas preparado, mas que o mesmo deve servir apenas enquanto um mapa da entrevista para se recorrer eventualmente. O principal é ter na cabeça os objetivos que pretende se alcançar com a entrevista e então moldá-la a partir disso, de forma a não mantê-la presa em uma estrutura fixa de pergunta e resposta, por isso a preferência por perguntas abertas. A partir disso, fica evidente o caráter cooperativo da elaboração da entrevista, onde o sucesso da mesma depende de entrevistado e entrevistador.

Para isso é fundamental também manter alguns tipos de cuidados interpessoais, como o conforto do entrevistado, a elaboração de perguntas não invasivas e em grande número, a demonstração de interesse pelas respostas do informante e o agradecimento pelas respostas ao final da entrevista. Nesse sentido, todas as entrevistas foram realizadas de forma aberta, como uma conversa informal e sem um roteiro fixo, de modo a adentrar o máximo e mais naturalmente o possível no cotidiano e nas sociabilidades que tomam lugar naquele espaço. Assim, ressalto que foram comuns intervenções pessoais nas conversas, de modo a estabelecer de fato uma conversa, um diálogo. Compreendo assim que a “atuação do/a entrevistador/a é de extrema importância para a compreensão da fonte produzida” (CARDOSO, 2018, p. 101).

Foi fundamental também o reconhecimento dos fatores de raça, gênero, idade, religião e classe social envolvidos na realização e na preparação de cada uma das entrevistas. Desse modo, procurei selecionar os interlocutores da forma mais equilibrada possível, ou seja, uma paridade entre o número de homens e mulheres, uma fidelidade às características sociais da região levantadas pelo IBGE, traços investigativos de outras pesquisas e, é claro, o meu próprio olhar enquanto morador e pesquisador da região. A importância do reconhecimento de tal dinâmica é evidente na tese de doutorado da historiadora Michele Gonçalves Cardoso (2018), na qual a pesquisadora analisa a trajetória de vida e a pesquisa com fontes orais do padre João Leonir Dall`Alba. Michele evidencia, por exemplo, a maneira pela qual o padre, enquanto entrevistador, acionava algumas características facilitadoras para a entrevista de acordo com aquele que era entrevistado. Assim, se apresentava de uma forma ou de outra diante de cada público. Saber o porquê e com quem se está falando é fundamental.

Questões como o lugar de realização da entrevista também figuraram como fundamentais na realização da pesquisa de João, que coletava muitos de seus depoimentos no lugar de trabalho do entrevistado. Da mesma forma, grande parte das entrevistas na presente

pesquisa foram realizadas no local de trabalho ou de atividade cotidiana dos respectivos interlocutores. Segundo Cardoso:

Estar atento a esse ambiente nos auxilia na compreensão das motivações do/a entrevistador/a, por que perguntou certa questão em determinado momento, por que questionou de modo específico, ou por que não fez outras questões; esse fato ajudará, inclusive, a compreender por que o/a entrevistado/a respondeu de determinada maneira, ou por que encobertou determinados temas (CARDOSO, 2018, p. 118).

Recorrendo a experiência do padre busquei maneiras diversas de me aproximar dos entrevistados para que estes se sentissem confortáveis no compartilhamento de suas histórias. Assim, a entrevista com um pescador da região, por exemplo, foi realizada na orla da praia, logo ao lado de seu barco. Na ocasião ainda atendi a entrevista enquanto vestia uma camisa do Avaí Futebol Clube, clube de futebol da região sul de Florianópolis, de modo a estabelecer uma relação de proximidade local com o entrevistado. Em outra entrevista, antes de iniciar a gravação, troquei informações sobre conhecidos em comum com o entrevistado para também estabelecer uma relação de confiança e proximidade com o mesmo. Já na entrevista com o grupo de rappers da região, comemos e bebemos antes e depois da realização da entrevista. O estabelecimento de uma relação interpessoal com os interlocutores foi fundamental em todas essas situações. Algo que, como afirma Cardoso (2018), o padre Dall’Alba sabia muito bem: “em alguns lugares, quando precisava demonstrar ser confiável e digno de ouvir as memórias dos indivíduos, Dall’Alba buscava fincar suas raízes na tradição, evocando elementos locais...” (p. 145).

As entrevistas do padre, mesmo quando realizadas de forma individual, buscavam a construção de uma narrativa de âmbito coletivo, seja no registro de aspectos da cultura, da política e da economia de determinada região ou no registro do “desaparecimento ou os esquecimentos de um passado temporalmente próximo, mas drasticamente modificado.” (CARDOSO, 2018, p. 118). Embora minha pesquisa busca também registrar histórias e aspectos coletivos da Tapera enquanto uma comunidade periférica, é mister aqui a procura pelo que existe de mais individual e intrasferível em cada uma das trajetórias que compõe o bairro. Para isso, assim como analisa Michele, busco selecionar experiências que combinem com o objetivo principal da pesquisa: investigar e reunir as múltiplas percepções que os moradores e os diversos interlocutores do bairro da Tapera, em Florianópolis – SC, tem sobre esse espaço. Como antigo morador da comunidade tive a oportunidade de transitar por diversos espaços culturais, públicos e sociais na região. Os anos de experiência e trajetória pessoal me convenceram que conversar e conhecer mais desses espaços e das pessoas que os organizam

seria tarefa importante para atingir o objetivo fundamental desse trabalho. Por essa razão, todos os entrevistados são porta-vozes e protagonistas de importantes atividades culturais, sociais e públicas na comunidade, como a música, a religião, o samba, a associação de moradores e os órgãos públicos da comunidade. São, em resumo, informantes privilegiados.

Para conservar o caráter aberto e informal das entrevistas, por isso não tão extensas, optei por manter a linguagem coloquial e por vezes cheia de maneirismos nas transcrições dos relatos. Assim, peço desculpas em primeira mão por manter intocadas até mesmo palavras de baixo calão nos depoimentos. Essas fazem parte (e muito) da informalidade do cotidiano. A opção por manter a linguagem original também é apoiada pela percepção de Cardoso que:

A inclusão de vocábulos, a adequação na conjugação verbal, ou mesmo a exclusão de vícios de linguagem produz novos contornos à narrativa, o que pode comprometer tanto a estrutura do diálogo quanto o registro de termos que expressem regionalismos ou expressões relacionadas a ofícios específicos (CARDOSO, 2018, p. 137).

Para Cardoso, o trabalho do Padre era motivado pelo desejo de registrar a verdade histórica através dos relatos orais colhidos. Assim: “Dall’Alba fazia questão de destacar que sua preocupação não era analisar, julgar, exaltar ou acobertar histórias, mas, sim, ordenar fatos e concatenar ideias, de modo que a ‘verdade histórica’ brotada espontaneamente das fontes pudesse jorrar em suas obras...” (CARDOSO, 2018, p. 141). Já discutimos anteriormente a diferença entre a história da memória e a história dos historiadores e como a busca por uma verdade histórica nos depoimentos orais é infrutífera. Por esse motivo destaco novamente que essa pesquisa preza pela busca muito mais de uma diversidade de representações a respeito da Tapera e de sua história, do que a construção de uma história única. Objetivo assim a construção de uma “história periférica” da Tapera, ou seja, uma história plural, distribuída e afastada da centralidade das grandes narrativas.

Outra estratégia usada para a produção e a organização das entrevistas foi o método do *snowball* (bola de neve). O método é uma técnica de amostragem em pesquisas qualitativas que pressupõe a realização das entrevistas e do contato com os informantes através de redes de referência e indicações (BOCKORNI; GOMES, 2021). Assim, utilizei o conhecimento prévio dos entrevistados para buscar outros informantes e espaços que fossem mais significativos para a pesquisa. Um exemplo prático disso nessa pesquisa foi a indicação feita por uma das entrevistadas, que por sua vez gerou mais duas indicações para outros informantes e a formação de uma rede entre os informantes e os espaços que estes representam.

Vale reforçar também o cuidado com as questões e práticas éticas que envolvem o domínio da História Oral tomadas nessa pesquisa. Nesse sentido, caso quisessem preservar suas identidades, os entrevistados tiveram a opção de escolher identificar-se ou não na pesquisa, ou serem gravados ou não. Assim como esteve garantido ao participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Os mesmos foram informados sobre os benefícios e riscos da pesquisa, além de estarem amparados ética e legalmente pela assinatura (física ou virtual) dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e o Consentimento para Vídeos, Gravações e Fotografias. Os entrevistados também estavam a par do teor das perguntas e do objetivo da entrevista e da pesquisa para uma tomada de decisão antes de responder as perguntas de fato. Em função da pandemia de COVID-19 as entrevistas também poderiam ser realizadas na modalidade virtual, e caso realizadas de forma presencial, as medidas de segurança contra a COVID-19, como o distanciamento social e o uso de máscaras adequadas, foram respeitadas.

3 INTERLOCUTORES PÚBLICOS

Como podemos observar anteriormente, muitas das periferias e sua própria razão de existirem se dão em função da falta de políticas públicas e do descaso do poder público para com seus moradores e espaços. Na Tapera é histórica a falta de presença do poder público na região, como foi apontado por Sugai em 2009, e também da iniciativa dos moradores na solução dos seus próprios problemas de maneira comunitária, quando não baseada em assistencialismos. A apropriação indevida de terrenos em áreas de preservação que gerou muitas das zonas de vulnerabilidade no bairro também são sinal de uma falta de apoio ou intervenção do Estado na região e no manejo das populações vulneráveis da capital.

Hoje, entretanto não podemos afirmar que a região é abandonada pelos serviços públicos municipais, estaduais ou federais. A Tapera desde o início dos anos 2000 tem sido lenta, mas cada vez mais estruturada publicamente. Em 2020, ano final do recorte da pesquisa, já existiam na região duas creches municipais, uma escola estadual, um Centro de Referência de Assistência Social, um Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma Unidade de Saúde Básica e uma praça. Além das várias intervenções públicas na infraestrutura da região com o passar dos anos e do estabelecimento de um Conselho Comunitário estruturado e atuante. Ainda assim, não podemos afirmar que a Tapera deixou de ser uma região marcada pela vulnerabilidade social, como vimos até então.

Nesse sentido, meu objetivo nesse capítulo é entender qual a leitura que integrantes e protagonistas do campo público fazem da comunidade, ou seja, a forma que enxergam o bairro e de que forma suas próprias vidas se entrelaçam com a história da Tapera. Esses foram escolhidos em função de sua posição de protagonismo no contato com diversas pessoas, trajetórias e o trato com a coisa pública, os quais seriam fundamentais no entendimento das dinâmicas sociais e políticas mais gerais da região. Para isso conduzi duas entrevistas com importantes interlocutores da vida pública na região. As entrevistas foram realizadas com uma trabalhadora da assistência social na região, há muitos anos em contato direto com o bairro e um senhor que trabalha com voluntariado e o desenvolvimento de projetos sociais na região, além de ter sido por anos secretário do Conselho Local de Saúde.

3.1 MARIA: O CRAS E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NA TAPERA

A primeira entrevista foi realizada em 09/2021, no CRAS da região, conhecido como CRAS Tapera¹⁴ em função da grande quantidade de moradores do bairro que eram atendidos ali, apesar do órgão atender também os moradores do Ribeirão da Ilha. Inicialmente, pensei na realização da entrevista com uma servidora da assistência social, a qual nomearei aqui com o nome fictício de Maria¹⁵, pois já trabalhei no CRAS da Tapera com Maria por pouco mais de um ano. Nesse sentido, assim que comecei a pensar na pesquisa, seu nome foi o primeiro que me veio à mente, não só pela fundamentalidade de seu trabalho, mas também pela importância que Maria desempenha no cotidiano da região, sua ligação histórica com o bairro e até mesmo sua interessantíssima figura. Um dos pontos centrais no contato com uma trabalhadora do Serviço Social seria também a suposta ligação do bairro com diversas formas de assistencialismo social, como foi apontado por Sugai em 2009.

Maria é psicóloga formada, está na casa dos 40 anos, trabalha como servidora municipal há 25 anos, na área da saúde e da assistência social, e no CRAS Sul II há 8 anos. Como coloquei, Maria foi pensada para a entrevista muito por conta de sua ligação com o bairro da Tapera e com algumas das temáticas trabalhadas nessa obra, nomeadamente a questão do “manezinho da Ilha”, uma das alcunhas que Maria sempre alegrou em sustentar em nossas conversas, bem como a dicotomia existente entre o Ribeirão da Ilha e a Tapera, temática abordada na tese “Paisagem e Lugar como Referências Culturais - Ribeirão Da Ilha - Florianópolis” de autoria de Soraya Nór. Essa ligação com o Ribeirão da Ilha fica evidente já no início da conversa, quando falava um pouco sobre si mesma e sua história. Maria aponta de primeira seu vínculo histórico e familiar com a região, comentando: “Nasci em Florianópolis e de uma Família do Ribeirão da Ilha né, então toda minha família eu não tenho nenhum parente fora, não posso visitar ninguém pois todos estão em um raio de 2km. E por morar no Ribeirão, eu digo que eu nasci, me criei e estabeleci no Ribeirão, no território. Não tenho pretensão de sair.”. O vínculo seria tão definidor de sua identidade que ela acrescenta: “As pessoas perguntam pra mim ‘você mora no Ribeirão?’ e eu digo ‘não, eu sou do Ribeirão’. Ser nativo de determinada região, como já foi colocado anteriormente, é um fator determinante na construção da identidade cultural do “manezinho da Ilha”. Assim, não demora muito para que esse constructo cultural seja mencionado na conversa. Apresentado aqui enquanto um aspecto unificador de um grupo de pessoas que se entendiam “donas” da cidade frente a chegada de estrangeiros com a

¹⁴ O CRAS Sul II mudou de localização em 2020, localizado agora no Ribeirão da Ilha.

¹⁵ A entrevistada preferiu não se identificar em função da natureza de seu trabalho na região.

modernização da cidade, o manezinho da Ilha recebe um aspecto mais positivo e intimista na fala de Maria, fator que nos ajuda a compreender um pouco mais das sociabilidades que ainda existem em torno dessa figura. Segundo ela, ser manezinho ou ser do Ribeirão significaria ser adepto de um determinado estilo de vida muito específico, já encontrado no primeiro capítulo dessa obra:

Isso significa fazer parte de um modo de vida, de um estilo de vida né. Então tem gente que diz assim "ah, fulano de tal é manezinho", tá, mas por que? Porque nasceu aqui? Então ser manezinho, não quer dizer que se você nasceu em Florianópolis que você é manezinho, né. Então é o modo de viver de forma mais pacata, tranquila, de preservar a natureza de viver de frente para o mar, né. Acho que dizer "eu sou do Ribeirão" é gostar de um modo de viver mais calmo, mais tranquilo, em comunidade. (MARIA, 2021)

O bairro do Ribeirão da Ilha tem uma ligação direta com a colonização açoriana no litoral catarinense e na cidade de Florianópolis. Essa ligação data desde o século XVIII e ficou marcada no bairro através de suas características coloniais, pesqueiras e agrícolas. Entretanto, a construção do bairro do Ribeirão da Ilha como símbolo e representante hegemônico de uma cultura manezinha e insular se deu nos anos de 1970, mesmo período em que ocorria o processo de modernização da cidade de Florianópolis. Através de uma série de patrimonializações, como o tombamento municipal da Igreja Nossa Senhora da Lapa no ano de 1975 e o tombamento do conjunto urbano da Freguesia do Ribeirão da Ilha em 1985 (MENDES, 2014) buscavam-se criar símbolos de uma memória coletiva que apelava para a ancestralidade das ocupações no bairro. Esses tombamentos, bem como a iniciativa de reparação e restauração de características coloniais do bairro, como as casas no estilo colonial e o calçamento original do século XIX, buscavam criar um espaço atrativo turisticamente para aqueles que queriam conhecer a “alma” de Florianópolis, ainda colonial e identificada com as sociabilidades marítimas. A historiadora Caroline Cunha Mendes assinala:

O discurso do executivo municipal da época, se colocado em relação aos demais discursos analisados nesse capítulo, demonstram que o Ribeirão da Ilha estava sendo ressignificado, por meio de alguns elementos. Através dessas intervenções junto ao Centro Comunitário, a Prefeitura dirigia-se aos habitantes do Ribeirão, especificamente da freguesia, para que conservassem aquilo que atraía as pessoas de “fora”. (MENDES, 2014, p. 26).

Essa ressignificação do espaço pelo poder público no período também se deu através de uma tentativa de que os próprios moradores do bairro encarnassem e atuassem junto desse novo papel da localidade frente aos olhos dos “de fora”. Nesse sentido, “os moradores tinham por

dever, “apresentar ao povo” essa ressignificação do Ribeirão, ou seja, além de reconhecer essas categorias como legítimas, os moradores precisavam reafirmá-las para os demais.” (MENDES, 2014, p. 30). O Ribeirão e seus moradores tornam-se assim um dos principais arautos da propaganda pela colonização açoriana na cidade, colocada como podemos observar através da identidade do manezinho da Ilha e de seus modos específicos.

O depoimento de Maria, aliado ao conhecimento das características socioculturais do Ribeirão, nos dão um importante testemunho do caráter exclusivista e limitante que compõe a figura do manezinho. Esse fator de limitação é, querendo ou não, fruto do estatuto superior que o manezinho ocupa nos discursos e nas sociabilidades da cidade. Nesse sentido, Márcia Fantin já apontava, por exemplo, que apesar de Florianópolis ser composta também por uma porção continental de terra, não apenas a Ilha de Santa Catarina, os moradores ilhéus são aqueles de fato considerados manezinhos, bem como suas construções sociais e culturais específicas, que ocupam espaço privilegiado frente a outras (FANTIN, 2000). É até comum que a cidade seja conhecida erroneamente por muitos como “Ilha de Florianópolis”, devida a importância da Ilha na construção simbólica da urbe. Assim, nem todo morador de Florianópolis, ou florianopolitano de nascença é “digno” de tal nomenclatura, apenas aqueles identificados com as formas de sociabilidade especificamente ilhoas, como é descrito posteriormente por Maria: “ter o gosto pelas coisas simples assim, sei lá, a pescaria, uma terrinha para plantar alguma coisa, sentar na frente de casa para conversar com a vizinhança e valorizar isso.”.

Ainda que não de forma negativa, a questão da perda da cidade, fator que motivou o desenvolvimento e posituação da figura do manezinho, também aparece no discurso de Maria. Essa perda é descrita, por exemplo, em uma ida à praia no verão e no caráter acentuadamente rodoviarista do desenvolvimento da cidade, adotado nos anos 1970 e 1980 com a abertura da cidade para o turismo internacional. Ela coloca:

Agora tá tudo poluído, eu só consigo ir nos Açores [praia da região]. Gente eu ia para o Morro das Pedras [outra praia da região], agora não tem estacionamento, agora tá tudo lotado, tu tem que ir para praia de manhã para poder voltar num certo horário, porque é tudo congestionado, engarrafado. Então a gente por tanta fama de Florianópolis hoje, a gente perdeu essa possibilidade de aproveitar os espaços que a gente tem aqui na Ilha, assim que a gente circulava com maior tranquilidade, né. A gente sempre aproveitou muito a cidade, eu aproveitei muito a cidade, o Sul da Ilha, por exemplo e hoje em dia eu já vejo já que não posso mais circular por determinados lugares, porque eles estão mais poluídos, mais depredados, mais degradados e acho que isso não vai parar, a cidade vai sendo destruído o seu potencial (MARIA, 2021)

A poluição e a construção de rodovia sobre rodovia, sintomas de uma cidade dividida, entretanto, não significam necessariamente uma perda da cidade para Maria. Quando

perguntada sobre, justificou apenas enquanto sintoma de uma falta de planejamento urbano, apesar de reconhecer a xenofobia presente em redutos ilhéus que já transitou profissionalmente e pessoalmente, todos localizados no Sul da Ilha. Ela coloca:

Eu gosto, eu gosto desse convívio, recentemente eu tô fazendo aulas com uma professora que é gaúcha e eu "que legal". Imagina se eu vivesse num lugar onde só os manezinhos se relacionassem. Eu sei que tem lugares na Ilha, assim, que tem uma certa xenofobia né, um deles é Pântano do Sul, onde eu convivi muitos anos ali naquela comunidade como trabalhadora e aí eu senti isso. E acho que isso é um prejuízo assim eu acho que claro, se você tiver estratégias de preservação, de criação de parques, de planejamento urbano, você possa organizar esse crescimento, mas não permitir que outras pessoas venham para a cidade sabe, que as pessoas ocupem esses espaços... (MARIA, 2021)

Essas são questões fundamentais para entender o local social e cultural que a Tapera ocupa na cidade e no Sul da Ilha. Como moradora do Ribeirão da Ilha, Maria pôde observar e ter contato direto com o desenvolvimento da Tapera. Suas memórias datam desde a infância, com idas e vindas da Tapera por questões de comércio, de contato com familiares que moravam na região e por questões de trânsito. Maria descreve a Tapera de 25 anos atrás enquanto um lugar de passagem, marcado pelo mato e pelas poucas famílias que habitavam a região. Ela fala: “eu conheci aquilo era mato, eu vou te dizer que tinha a Rua do Juca e tinha a Barreira e tinha algumas casas ali próximas a Rodovia, mas o resto foi passando cerca e passando mato.”. Até então o bairro possuía pouca relevância social no cenário da região em função de sua pequena população, ele era, porém, ocupado também por pessoas que mantinham vínculos agrários com a terra e de pesca com o mar, assim como no Ribeirão. Por que então as duas ocupações possuem estatutos culturais e sociais muito diferentes? Investigaremos em seguida...

Esse cenário pacato, é, no entanto, alterado pelo que Maria aponta como uma “explosão” demográfica do bairro no período subsequente, fruto de ocupações desordenadas e invasões. A entrevistada também nos dá uma importante informação sobre o estatuto da ocupação da Tapera:

Então é essa a ocupação do território da Tapera e assim, é o território onde foi ocupado, [com um] contingente populacional que a gente não sabe medir, porque o IBGE ali de 2010 era 9 mil, 10 mil pessoas, mas é uma comunidade extremamente transitória. Hoje a pessoa vem uma semana, aí daqui a pouco ela muda já tá em outro lugar, então você nunca consegue medir uma população real no território porque tem muitas casas de aluguel, muita quitinete... Então assim, cresceu demais a estrutura dos serviços públicos, a pavimentação, sem falar no saneamento que não existe. (MARIA, 2021)

Novamente temos um testemunho sobre a dificuldade de lidar com dados oficiais sobre as periferias, dessa vez agravado pelo caráter transitório da comunidade em questão. Esse caráter, pode ser entendido como um dos motivos pelos quais a Tapera possui um *status* inferior ao do Ribeirão da Ilha, por exemplo, dada a quantidade de estrangeiros que passaram a ocupar a região desde os anos 1990. Além, é claro, da precariedade das suas habitações, que aparecem de forma evidente no depoimento. Essa questão específica do aluguel de casas e quitinetes nas periferias, trazida por Maria, já foi abordada e colocada aqui por Davis (2005) enquanto um dos negócios mais lucrativos em questões imobiliárias no país. A questão é abordada também por Sugai (2009) que aponta que “a informalidade mantém-se como o principal mecanismo de acesso à moradia para os pobres na área conturbada de Florianópolis, expandindo a ocupação nas áreas de proteção ambiental, em áreas de risco e nas periferias distantes.” (SUGAI, 2009, p. 170). A grande dinamicidade do mercado de aluguéis nas periferias estudadas por Sugai também foi marcante para sua pesquisa. Segundo ela, esse fato evidencia a demanda por habitação nas regiões e “o grau de instabilidade e de uma potencial mobilidade residencial por parte desses moradores” (SUGAI, 2009, p. 175). A pesquisa de Sugai também confirma a lucratividade do negócio, como já foi assinalado por Davis: “[...] indicam a existência de um mercado imobiliário que não apenas reproduz a condição de pobreza, mas que também impõe à população formas de exploração e valores de aluguel que se assemelham aos do mercado imobiliário formal” (SUGAI, 2009, p. 175).

O depoimento de Maria segue nesse sentido, apontando para as diversas ondas de migração que construíram historicamente o bairro. Segundo ela, as primeiras povoações são fruto de migrações provenientes do Oeste de SC, seguindo depois por migrações do Norte e do Nordeste, o principal fato, no entanto, é a rotatividade de pessoas que passam pela região:

Essas pessoas do Norte, do Nordeste que vem aos montes, [são] temporadas e agora o Pará, agora o pessoal do Pará tá vindo muito, né. E aí tem épocas que são os baianos, que vieram pra construção né... As primeiras pessoas que povoaram, que cresceu, foram as pessoas do Oeste de SC... Hoje eu vejo enquanto trabalhadora da comunidade é mais Norte e Nordeste que tão vindo por conta de trabalho... e as pessoas não tem culpa disso, só a estrutura que infelizmente talvez não comporte tudo aquilo. (MARIA, 2021)

Parte dessas informações são confirmadas por outro estudo realizado na região da Tapera intitulado “O MAL-ESTAR QUE SINTO”: Medicalização do sofrimento em camadas populares” (2013). O trabalho, realizado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, tem como eixo central a investigação e análise de como beneficiários do Programa Bolsa Família são levados

a pensar, nas Unidades Básicas de Saúde, seus sofrimentos em termos médicos psíquicos. A pesquisa, apesar de não ser da área da História, foi realizada através de entrevistas e observações empíricas e traz dados importantes sobre a população local. Segundo o autor, combinando também com dados trazidos por Sugai (2009), as primeiras migrações tinham caráter agrícola e localizado fundamentalmente no estado de Santa Catarina:

O Fluxo da população que veio das cidades do litoral catarinense e da região serrana, como Enseada do Brito, Palhoça, Garopaba, Lages, Fraiburgo entre outras, trouxe pessoas que pretendiam trabalhar na lavoura e, não encontrando emprego nesse setor, dedicando-se a outras áreas, como o comércio e o funcionalismo público. Muitos desses vieram ocupar áreas que eram utilizadas para criação de gado, plantação, as chamadas áreas comunais que, com a decadência da pequena produção açoriana não tinham o mesmo vigor de antes, tais ocupações contribuíram para a expansão da cidade de Florianópolis (DALLMANN, 2013, p. 32)

A precária estrutura das moradias e sua enorme quantidade, principalmente de quitinetes, aparece novamente no discurso de Maria, corroborando com a evidência científica levantada por Sugai (2009):

As casas, sabe, cada vez que eu vou fazer uma visita, fui fazer uma visita com a [colega de trabalho], fiquei chocada, assim. Então, os espaços aonde havia livres, determinados locais, não existem mais, quitinetes assim, né, as pessoas encontraram uma forma de rendimento e as vezes a família tem um quadradinho e ela traz outras pessoas de fora e as casas de madeira, as moradias precárias assim, agora na pandemia, eu vou me chocar ainda mais (MARIA, 2021).

Outro aspecto interessantíssimo que tem relação com a questão da precariedade das casas e da situação socioeconômica dos moradores do bairro (pelo menos aqueles que frequentam o CRAS) também aparece nos depoimentos. É a questão do senso de comunidade que existe nos espaços periféricos. Esse ponto foi levantado por Sugai (2009) quando narra as melhorias estruturais que o bairro teve em função da organização e pressão dos seus moradores, mas historicamente ela também aparece, por exemplo, na narrativa de Araújo, que trabalha com o Morro da Caixa na década de 1960. Segundo o autor, os moradores através do Conselho Comunitário e da Igreja buscavam “desenvolver uma série de ações visando amenizar as dificuldades financeiras e materiais dos moradores” (ARAÚJO, 2006, p. 2006). Esse senso comunitário e de auxílio mútuos são característicos das periferias no Brasil, fato tão marcante que o termo “comunidade” tem sido positivado e usado no lugar de “favela”, que possui hoje uma conotação pejorativa no imaginário popular. É justamente essa característica apresentada por Maria em seu depoimento:

Eu vou dizer assim ó: eu já trabalhei em outras comunidades assim, mas ali na Tapera tem algo que me chama muito atenção. Assim como todo mundo praticamente veio de algum lugar, essas pessoas de alguma forma são acolhidas por quem já tá ali. Eu acho que tem uma relação ali de uma parceria, de um auxílio muito particular entre os moradores. Então não é raro eu ouvir "não, eu deixo com minha vizinha, não, porque minha vizinha me ajuda...". Então assim como as pessoas vieram de fora com muita dificuldade eu acho que eles acolhem àqueles que vem de fora e tentam ajudar. Eu nunca vi uma comunidade, na minha trajetória de trabalho, já são quase 25 anos, onde isso fosse tão forte. Eu acho que há uma sociabilidade na Tapera no sentido que “estamos todo mundo na merda, mas eu te ajudo, tá?” (MARIA, 2021)

Como já discutimos anteriormente, em direta oposição a Tapera aparece o Ribeirão da Ilha, que apesar de possuir redutos que mantêm o “simples” estilo de vida, passou também por um processo de elitização em função dos investimentos recebidos do turismo. Maria aponta:

No Ribeirão eu não vou ver isso, que as famílias são mais elitizadas, cada um tem seu terreno, sua casa, as pessoas trabalham no centro, a grande maioria são funcionários públicos, cara, o Ribeirão também tá mudando sua característica, né. Mas ali na Tapera eu vejo que as pessoas são mais abertas, até porque são muito vulneráveis, aí ajuda o outro que tá vulnerável também, então isso é uma característica, eu vejo que há um apoio entre as pessoas ali, dão um jeito de sobreviver e viver. Uma observação que eu fiz enquanto trabalhadora, tá? Enquanto trabalhadora da comunidade (MARIA, 2021)

Maria, apesar de lidar com temáticas pesadas no dia a dia, como violência doméstica, se sente bem quista e aprecia o trabalho que é realizado na comunidade. Ela relata, nesse sentido, que muitos dos trabalhadores designados para a região sentem medo ou pesar de trabalhar lá por conta da má fama do bairro. Segundo Maria, as vulnerabilidades tornam o trabalho na comunidade muito mais volumoso e necessário de cuidado. Ela coloca:

A Tapera tem um preconceito com relação ao seu morador, né, então nem todo mundo vai também trabalhar, nem todo profissional vai querer trabalhar na Tapera... Porque vai trabalhar. Vai ter trabalho, né? Vai ter sala cheia de criança, vai ter criança com fome na escola. Tendeu? Vai ter conflito familiar, vai ter que acionar o Conselho Tutelar, porque essa criança veio machucada, porque essa criança veio três dias com a mesma fraude. Mas é isso, tu vai trabalhar muito na Tapera, porque é um território vulnerável demais. E aí as pessoas chegando a todo momento, chegando a todo momento, de todos os mais variados lugares do país. E essa rotatividade é cada vez maior. (MARIA, 2021)

Essa intensidade de trabalho, rotatividade de pessoas e constantes migrações torna difícil um melhor conhecimento do bairro, mesmo por Maria que morou a vida inteira no bairro vizinho e sempre esteve em contato com a Tapera e com a vida comunitária. Existe, segundo ela, uma espécie de vida “*underground*” no bairro, que buscaremos trabalhar melhor no terceiro capítulo dessa obra. Maria diz:

Eu achei que eu conhecia a Tapera, tá? Sinceramente, por ser moradora. Isso é muito forte, eu achei que eu conhecia a Tapera por ser moradora muito próxima, do Ribeirão, e por ter trabalhado um pouco ali no âmbito de área da saúde. Quando eu entro no CRAS há oito anos atrás eu percebo que as pessoas vivem sem renda. Ali eu me dei conta "gente, como é que esse povo sobrevive?". Então eu achei que eu conhecia a Tapera. Isso é fortíssimo. Eu acho que ainda não conheço. A gente não conhece os meandros todos do lugar. "Não, porque eu conheço o território, eu conheço a Tapera". Eu não, não tem como conhecer. Tem coisas que rolam a noite, tem as articulações outras né? Agora a gente descobriu recentemente num trabalho de um estagiária, que tem mais de sessenta casas de santo, de povo de umbanda... (MARIA, 2021)

A frase que mais me marcou em toda a entrevista foi essa dita no trecho anterior: "gente, como é que esse povo sobrevive?". Ela reflete um pouco de toda a complexidade social com que lidamos quando trabalhamos com as periferias, essa complexidade é fruto de sociabilidades e articulações que eu dificilmente conseguiria descrever aqui, ou até mesmo ter conhecimento pleno. Essas pessoas, segundo o relato, vêm para Florianópolis em busca de uma situação melhor de vida, já vítimas de uma vulnerabilidade social em seus lugares de origem. Quando chegam aqui encontram aluguéis nas periferias que se comparam ao do mercado formal, além das dificuldades de encontrar um trabalho formal, principalmente em cenários de crise econômica. Assim entendemos um pouco melhor o porquê dos sentidos de auxílio mútuo que existem nas periferias do Brasil. Entendemos também o sentido e o tamanho da informalidade e dos trabalhos às vezes ilegais que as pessoas periféricas precisam se submeter. Maria nos dá mais informações e pistas a respeito das características socioeconômicas dos usuários do CRAS:

[...] Eles sobrevivem, eu observo na verdade, eles sobrevivem das faxinas das mulheres no trabalho como faxineiras, os homens no trabalho como servente de pedreiro, pedreiro, ou é motoboy né? Então eu assim a gente dizia lá na Tapera, na época da Saúde, que era cem por cento SUS, que toda comunidade usava praticamente, a unidade de saúde né? Quais são as pessoas, gente, dá pra contar nos dedos as pessoas que sentaram na minha frente com nível superior, moradores da Tapera, ou que as pessoas tivessem nível médio então também é uma coisa rara, né? Então o nível de escolaridade é muito baixo. E assim, hoje no trabalho do CRAS a gente atende eu acho que noventa por cento desse território né, o outro território que é o Ribeirão não é tão vulnerável assim, então a gente sempre se esforçou mais e trabalhou mais ali e nesse período de pandemia foi a comunidade que mais demandou. (MARIA, 2021)

Ela ainda lembra de um certo “jogo de cintura” que é necessário para trabalhar nesses lugares, uma vez que são comuns os confrontos policiais e a violência em determinadas localidades do bairro. Menciona assim a questão do tráfico de drogas, com a qual o bairro historicamente tem sido atrelado, influenciando inclusive o próprio espaço do CRAS, que ficava de frente para um ponto de venda de drogas:

Então pra trabalhar num território que tem conflitos ali marcadamente entre polícia e tráfico de drogas, que a gente fala que é muito forte na região da Tapera que concentra ali né, uma administração em si, eu digo que é um *drive thru*... Eu quando fui trabalhar ali, gente, era um *drive thru*, as pessoas paravam o carro pegavam né, e enfim, então tu tem que saber trabalhar em territórios assim (MARIA, 2021)

Maria destaca também o fundamental papel das mulheres na construção da comunidade, bem como seu protagonismo no tocante as famílias que frequentam o CRAS. Ela diz: “nosso público na grande maioria são as mulheres, né? As mulheres sozinhas, com seus filhos tendo que dar conta de tudo” e completa fazendo relação com uma fala do ativista Guilherme Boulos, que faz menção ao fato de as periferias brasileiras serem “marcadas pelo trabalho feminino, pela família gerenciada por essas mulheres, ou porque os seus maridos ou companheiros estão mortos ou presos”. Ainda no que concerne as mulheres da comunidade, ela menciona um de seus principais projetos no CRAS, um grupo de mulheres. Maria assinala:

Então, o grupo de mulheres ele surgiu da observação do trabalho de rua, então, indo nas casas, indo nas visitas domiciliares a gente via que tinha um monte de mulher sozinha, que ou cuidava dos seus maridos, dos seus companheiros ou vivia sozinha, porque já separou, porque tava viúva, porque não sei o que. Então, uma das perspectivas do trabalho do CRAS é a socialização, enfim, né, esse isolamento de pessoas, a gente tem que formar redes, né, enfim... de convívio. Enfim, tudo isso é trabalho do CRAS. Então a gente começou a perceber isso. Claro que os recursos só chegaram quatro anos depois e a gente fez um grupo em dois mil e dezesseis. Então, esse pensamento foi em dois mil e quatorze, tu vê. Ô, aí demorou dois anos, aí a gente começou e tal. Dois anos depois foi pro material chegar. Aí o grupo tem artesanato como um veículo, né, mas como uma forma de que as mulheres gostam, que é uma característica que a gente não inventou, porque todas as casas e todas as mulheres que a gente ia tinha um crochê, ela tava fazendo, então assim, que era no gosto delas isso. (MARIA, 2021)

O grupo que chegou a contar com a participação de 17 mulheres, mesmo tendo a perspectiva da produção de artesanato, busca fundamentalmente atravessar temas sobre violência, gênero, violência contra a pessoa idosa e outras temáticas em voga no contexto social do país. Maria assinala a importância do grupo no protagonismo que as mulheres tem na organização dos diálogos, coisa que muitas vezes não puderam experimentar em suas vidas. Ela diz:

Então o trabalho, é claro que elas sempre buscam pra essa coisa do artesanato, do produtivo, né? Que não pode ficar parado, tem que produzir alguma coisa, mas eu já tô sempre de olho em isso não se perder. A gente sentar, a gente dialogar, esse exercício do diálogo né? Essa é uma frase muito forte, tá lá no meu mestrado, que é, que é muito significativo pra mim. Teve uma senhora que falou isso assim umas duas, três vezes: "O que que nós vamos fazer?". "Nós vamos fazer o que a gente quiser" [Maria respondeu]. Bem lá no início, "o que que nós vamos fazer hoje?" A gente faz

o que a gente quiser. Isso é muita coisa! Por quê? Essa pessoa sempre. "Que que a senhora acha que a gente deve fazer?" Porque nunca foi dada a ela a oportunidade de ela escolher né? Porque criou, teve os filhos, casa com o marido, faz comida. "Mas o que que a senhora quer fazer?" Então elas sempre falam "ah, porque o artesanato", "o que nós vamos fazer?". "Num sei!" Elas ficam doidas comigo, mas eu digo: "não sei"! Vamos pensar juntas. "Que que tu acha?". "Não acho nada." (MARIA, 2021)

Essa experiência de protagonismo, na opinião de Maria, foi responsável por mudanças diversas na vida dessas mulheres. Ela menciona a organização entre si mesmas, a formação de vínculos de amizade e auxílio, o convívio comunitário e social, bem como a realização de rifas, a venda do artesanato produzido coletivamente e a realização de passeios em grupo. Ela finaliza:

Eu acho que o grupo ele fez muito sentido pra essas mulheres, sobretudo nesse quesito de "poxa ali eu posso decidir, ali eu posso escolher." Eu espero que isso também ajudasse elas na vida pessoal, nas suas casas, porque a gente percebe que essas mulheres viveram só pro trabalho, pros seus filhos... Teve uma mulher que falou isso pra mim e ela disse "eu gostei muito desse grupo, quando a Maria disse assim ó, que eu podia errar que se eu fizesse errado ali o ponto", eu falei assim pra ela assim de bobeira, "ai, não liga se ficou errado, depois tu desmancha". Porque na vida a gente é muito cobrado, aí eu chego aqui, eu posso errar, eu posso falar, eu posso ter amiga. Então, é que bom que tem esse espaço pra elas, a minha pretensão é que ele vá além disso, pra suas casas, prum outro modo de pensar, né? Então acho que de repente talvez isso foi possível assim pra algumas mulheres, mas eu acredito que é um trabalho importante. (MARIA, 2021)

Esse trabalho incrível e fundamental, entretanto, tem esbarrado na política de assistência social do município de Florianópolis, que segundo Maria, possui um caráter assistencialista. Esse assistencialismo tem se voltado na distribuição de benefícios como cestas básicas e da visualização desses benefícios enquanto caridade, não enquanto direitos sociais. Essa atitude acaba esvaziando os outros focos da política de assistência social, como a do Grupo de Mulheres, por exemplo. Maria coloca:

Então, a política da assistência social, eu já achei que ela já foi mais técnica, né? Já teve uma estrutura de gestão um pouco mais respeitosa com os limites da legislação, no município, né? E hoje, nesse momento vejo que há um assistencialismo com essas questões, né, de benefício, benefício, benefício. Eu acho que o nosso foco no município é praticamente só benefício, né? Eu acho que de dois mil e dezessete pra cá essa gestão priorizou mais a questão dos benefícios. Por uma questão de direito não sei, mas por uma questão de assistencialismo e dando vasão a uma política de assistência social muito voltada ao assistencialismo e claro isso repercute em votos... Mas a cesta básica ela não resolve. Então eu vejo nesse momento uma política de assistência social no município mais com esse foco assistencialista e com essa direção assim, sem muita direção, as coisas estão largadas, os próprios técnicos, as equipes é que se organizam, que fazem. A gente já teve uma coordenação mais técnica assim, acho que eu vejo que nesse momento a gente tá meio largado por conta da pandemia e tal. Uma direção meio confusa assim, um pouco confusa (MARIA, 2021).

Essa política assistencialista, que encontra base no clientelismo e na troca de favores acaba por ser respaldada por outros órgãos que atuam no bairro, como o Conselho Comunitário, que segundo Maria, possui evidentes motivações político-partidárias em sua existência e funcionamento nos últimos 20 anos. Abordaremos essa questão posteriormente, entretanto, encontramos base na obra de Araújo que discute os assistencialismos colocados por Igreja e Conselhos Comunitários na região do Morro da Caixa. Vale assinalar que esse assistencialismo para Araújo funcionava como uma via de mão dupla, ou seja, existiam negociações e fronteiras móveis do favor e dos benefícios (ARAÚJO, 2006). Podemos pensar essa temática no bairro da Tapera através do discurso de Maria, que aponta para a vontade e negociação dos usuários em busca do recebimento de benefícios. Ela menciona: “Teve uma outra moça que falou recentemente pra mim ‘olha eu não quero que fique só na conversa, né?’”.

Assim, apesar do trabalho dos técnicos, que buscam se articular em redes com a Creche e o Centro de Saúde do bairro, além da colaboração com a Pastoral da Igreja mencionada por Maria, a entrevistada admite que a atuação do CRAS não é suficiente: ainda falta muita estrutura. Ela faz o oportuno comentário de que a política de assistência social não resolve nada sozinha, ela precisa estar alinhada de políticas de habitação, de segurança social, de segurança alimentar, de trabalho e de renda. A distribuição contínua de benefícios acaba apenas por retroalimentar a pobreza e a desigualdade existentes no sistema. Nesse sentido, Maria revela que com a crescente crise que o país tem se afundado nos últimos anos, cada vez maior tem sido o número de usuários do CRAS e de famílias em situação de vulnerabilidade. Esse fato aponta novamente para a importância de políticas a nível nacional para a manutenção de uma qualidade de vida nas periferias, bem como a necessidade de se avaliar o contexto social e econômico nacional e estrutural quando trabalhamos com o local. Essa questão se mostra especialmente importante quando ainda experienciamos a pandemia de COVID-19. Ela fala:

Eu cheguei num tempo no CRAS que vou te dizer, poucas pessoas iam no CRAS, porque elas tinham trabalho, elas estavam levando, a partir de dois mil e dezoito. Dali o golpe, dois mil e dezessete eu acho que foi um pouquinho antes, depois né? A gente começou a perceber que a nossa demanda começou a aumentar, então a crise começou, as pessoas começaram a perder trabalho e elas passaram a frequentar mais o CRAS. Eu não queria que as pessoas frequentassem o CRAS numa vulnerabilidade, muitas pessoas dizem isso "só tô precisando disso porque eu não encontro trabalho"... Exatamente, eu não quero que as pessoas fiquem atreladas ao serviço, principalmente da assistência. Quero muito menos pessoas vindo aqui. Que as pessoas tenham condições de gerir a sua vida, mas que elas precisam ter apoio pra isso. Trabalhos com renda, de educação, porque a gente só retroalimenta a estrutura com cesta básica, com benefícios, isso não é a saída, a gente só retroalimenta a pobreza, miséria, tem que prover educação, oportunidades pra que elas possam fazer escolhas, né? Não ficar amarradas a uma política assim... (MARIA, 2021).

Mesmo nesse cenário, Maria fala sobre os avanços que ocorreram no campo da assistência social e da própria vida das pessoas nos últimos 20 anos, com a expansão das universidades, as políticas de cotas, a formulação do Sistema Único de Assistência Social e a subsequente relativa independência de programas sociais que duram um ou dois governos, frutos do trabalho de primeiras-damas. Nesse sentido, mesmo com as limitações o CRAS ocupa um espaço de privilégio na comunidade ao articular, orientar e fundamentalmente ouvir as pessoas. Maria finaliza:

O CRAS assim, embora ele não tenha cesta básica, embora ela não consiga dar um recurso, mas uma coisa te garanto, o CRAS oferece a escuta. Essa pessoa vai ser ouvida, sabe, se ela não gostar de mim, vai ter uma outra pessoa que vai ouvir. Então é assim, de todos os males, uma escuta ela vai ter, então acho que assim, o CRAS ele inaugura isso também dentro do território. Né? De ser ouvido por alguém e às vezes não é material que ele quer, não, quer conversar com alguém. “Eu queria falar de um problema”. Ela não quer benefício, mas aonde que ela tem essa oportunidade... Eu acho que é um serviço importante assim, porque assim, a vulnerabilidade ela pode ser temporária também. (MARIA, 2021)

3.2 SEU LUIZ: IGREJAS, VOLUNTARIADO E POLÍTICA NA TAPERA

Conheci Luiz Marques, ou Seu Luiz, através de conversas com minha mãe, que foi por alguns anos diretora de uma creche na comunidade. Ela sempre falou dele como um homem culto, com um perfil de liderança na comunidade e de muita eloquência. Pelas palavras dela e pela posição de protagonismo na comunidade, como secretário do Conselho Local de Saúde, foi meu objetivo entrevistá-lo desde que comecei a conceitualizar esse trabalho. A empreitada não poderia ter sido mais bem-sucedida e a entrevista com Luiz foi uma das mais reveladoras em relação à vida pública, política e as relações sociais estabelecidas no bairro. O interlocutor mostrou-se mais do que apenas uma pessoa bem informada a respeito das dinâmicas internas da Tapera, mas um dos principais personagens em sua articulação no cotidiano.

Luiz é natural de Porto Alegre, tem 74 anos, mora em Florianópolis desde 1989 e é morador da Tapera desde os 65 anos, quando aposentou-se e decidiu comprar um terreno e começar uma nova vida no bairro. A mudança também foi motivada pela oportunidade de ser vizinho da filha, que já era moradora da comunidade. Sobre sua vida no bairro, ele declara: “depois que construí, fiz a infraestrutura necessária para viver aqui na Tapera, passei a me dedicar a trabalhos voluntários no bairro...” (LUIZ, 2022). Nosso entrevistado revela então sua trajetória de voluntariado no bairro, uma trajetória de muita mobilidade e contato com a população local. Teria começado a trabalhar com a juventude do bairro, inicialmente cedendo

seu terreno como espaço para que as crianças não brincassem na rua, dada a falta de lugar adequado para lazer na comunidade. Como já possuía uma ligação com a escola da região, as crianças da localidade conheciam-no. Essa proximidade com a juventude motivou inclusive a “adoção” de algumas crianças em situação de vulnerabilidade no bairro, prática que apesar de questionada é comum nas periferias do país. Ele declara:

Isso fez com que as crianças comesse a encher o meu terreno e sair da rua. O que para mim era uma boa coisa, eu achei que eu tava fazendo algo bom para o bairro, como eu já tinha projeto nas escolas as crianças do entorno que estavam na escola e me conheciam, começaram a participar também e hoje eu sou um vô, né, de muitas crianças, hoje muitos jovens, essa que tá morando comigo tá com 17 anos, ela chegou aqui, né? 7 para 8 anos, né? Então é... Hoje é uma menina que teve problemas em casa e eu adotei, tá adotado ali, né? Me tratam de vô, eu tenho por eles o mesmo carinho e respeito que tem um avô, né? Seja menino seja, menina. (LUIZ, 2022)

A partir do projeto nas escolas, Seu Luiz teve a oportunidade de entrar para o Conselho Comunitário do bairro, importante órgão de representação civil na comunidade e que já foi e será por mais vezes citado em sua função de assistencialismo e organização de narrativas a respeito da Tapera. Seu Luiz assinala nesse sentido sua posição de protagonismo no desenvolvimento de três projetos sociais no âmbito do conselho e a relação da instituição com a política local e municipal:

E criamos então, esse projeto existe até hoje, chama-se "grupo de idosos: alegria de viver". Eu coordeno esse projeto desde o nascimento. Tenho um grupo que a gente fez uma parceria entre o gabinete do vereador Mamá, que da nossa política, não me envolvo em política mas... Né? Quando tenho chance de conseguir alguma coisa boa para a comunidade eu não me importo de meter a cara e perguntar. Então nós conseguimos uma parceria com a secretaria de cultura esporte e lazer. E com o conselho comunitário obviamente, que através do Conselho Comunitário nós conseguimos juntando essas três forças, vamos dizer assim, trazer para comunidade um projeto que leva crianças para piscina da prefeitura. A prefeitura tem uma estrutura física muito boa lá atrás da passarela Nego Quirido e eu soube na época, que outros bairros, é isso foi dois anos atrás, e outros bairros, já estavam mandando criança, já tinha reformado a piscina e aí nós não tava indo, a Tapera não tava indo. Aí eu comecei a incomodar fizemos esse grupo Conselho Comunitário, Mamá e a secretaria e conseguimos então. Hoje eu levo todas as sextas feiras à tarde, eu levo para a piscina da prefeitura, nós temos lá para 45 crianças, mas eu tô levando 20 e poucas. Por enquanto ainda né? E é um segundo projeto, idosos e crianças, né? E o terceiro projeto envolve adultos e idosos porque esse nós fechamos agora... (LUIZ, 2022).

Como falei anteriormente o depoimento de Luiz foi mais importante do que eu planejava ser. Em poucos minutos de conversa pudemos perceber algumas das práticas que envolvem o cotidiano da periferia, como o voluntariado e a vulnerabilidade da infância na comunidade. Fundamental na organização da conversa, entretanto, foi a importante posição que Seu Luiz exerce na organização da vida política do bairro, colocada principalmente na figura do Conselho

Comunitário. Logo teremos mais informações a respeito dessa dinâmica, mas para compreender melhor precisamos conhecer as figuras desse complicado quadro. O por duas vezes citado “Mamá” é Josimar Pereira, empresário e vereador na Câmara Municipal de Florianópolis, eleito em 2020 como o segundo mais votado da cidade pelo Democratas (DEM), mesmo partido do então prefeito da cidade Gean Loureiro.

Filho de uma das primeiras moradores do bairro, Mamá ocupou por alguns anos uma posição de destaque na organização do Conselho Comunitário, além de ter assumido em 2016 a Intendência da prefeitura no bairro. Josimar é reconhecido popularmente pela eleição como o primeiro representante do bairro no poder público e responsável pela articulação da prefeitura municipal com a Tapera desde a eleição do prefeito Gean em 2016, quando venceu da segunda colocada por pequena margem. Nessa ocasião sua vitória é até hoje vinculada a massiva votação em seu favor na Tapera, fato que teria deixado-o em “dívida” com a comunidade, segundo alguns dos relatos recebidos na condução das entrevistas. Observaremos isso mais tarde.

Continuando a entrevista, Seu Luiz relata sua importante relação com a Pastoral da Criança¹⁶ no bairro. Segundo o mesmo, essa relação teria resultado na eleição para vice-diretor de uma ONG no bairro, que ainda estava em processo de construção. A organização, entretanto, apesar de ainda estar em processo de desenvolvimento, existe desde 1990. Segundo Luiz, a ONG intitulada “Ação Social e Cultural Nossa Senhora da Lapa” foi inicialmente criada com o objetivo de construir uma Igreja em um dos terrenos da Tapera, para que os frequentadores da comunidade católica da região não tivessem que deslocar-se para uma outras localidades mais afastadas. A empreitada, entretanto, nunca saiu do papel. Ele revela a “jogada”:

O dinheiro para comprar isso veio do Governo do Estado, é um dinheiro público... mas só que eu levei tempo até a Igreja Católica abrir isso, então até aquele envolvimento que eu tive é sempre: "ah não, aquilo é da Igreja, aquilo é para construir uma igreja". Sempre foi assim. Só que eu acabei descobrindo que o decreto determina que não pode haver a construção de uma igreja. O decreto que doou o dinheiro para compra, ele determina que o espaço tem que ser cedido para uma Ação Social. Então, eles receberam o dinheiro, ficaram com o dinheiro e não fizeram nada. Então foi uma jogada, né. Não tenho nada contra as pessoas fazerem isso, só que eu tenho contra é deixar um terreno desse tamanho, de praticamente 1.000 m2 dentro de um bairro populoso como esse e as crianças brincando na rua e o terreno juntando lixo, né? Prejudicando a comunidade. Então foi nesse sentido que a gente acabou assumindo, uma senhora que é católica, muito ligada à Igreja Católica, ela assumiu como presidente para manter essa ligação que quem iniciou (LUIZ, 2022).

¹⁶ A Pastoral, fundada em 1983 a partir da ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que encarregou o desenvolvimento da organização à médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann e a Dom Geraldo Majella Agnelo, então arcebispo de Londrina. O objetivo principal da Pastoral é “atuar na promoção humana, via combate à mortalidade infantil, à desnutrição, à violência doméstica e à marginalidade social” (CARVALHO; SOUZA, 2007, p. 117). Nesse sentido, foi a partir de sua fundação a organização social com o maior número de voluntários no país, a maior parte desses em comunidades. Zilda Arns revela em entrevista: “Cerca de 122.026 moram em favelas e palafitas, nos grandes bolsões de pobreza.” (2003, p. 68).

Ainda que envolvida em certas “jogadas” é inegável e impossível contestar o protagonismo da Igreja Católica no voluntariado da região. A ONG seria uma forma de expandir os braços da igreja na comunidade, uma vez que a Pastoral em si não possui meios financeiros necessários para o trabalho, uma vez que dependem exclusivamente de verbas da Igreja. Com a organização, as formas de arrecadação seriam múltiplas. É marcante nesse sentido a ampla composição das organizações religiosas nas entidades sem fins lucrativos:

As organizações sem fins lucrativos as organizações religiosas são destacadamente as mais antigas, representando 39,5% das que foram criadas até 1980. Elas estão em segundo lugar entre as mais novas, com 27% do total, ficando atrás daquelas de defesa de direitos, que somam 30,6%. No período entre 2006 e 2010, as organizações religiosas foram as que tiveram maior crescimento entre todas as entidades recenseadas, com 11,2 mil unidades (47,8%) das 23,4 mil que haviam sido formadas (IBGE e Ipea, 2010, p. 33). Tal como os dados demográficos sobre filiação religiosa, sabemos que a grande maioria delas é cristã (SOUZA, 2018, p. 246).

A mescla de trabalhos voluntários e atividades remuneradas são também um dos símbolos das organizações sem fins lucrativos do chamado terceiro setor (SOUZA, 2018). Nesse sentido, os planos para o terreno da ONG mencionada por Luiza na Tapera são o de construção de uma “Casa da Criança” onde além da assistência a crianças, mães em situação de vulnerabilidade possam trabalhar para receber uma renda extra. Esse projeto tem fundamento na constatação de que apenas o “assistencialismo” não seria o suficiente para o sustento das famílias que vivem em “buracos” na Tapera, ou seja, em extrema vulnerabilidade social. Luiz declara:

São famílias que estão em situação de vulnerabilidade, a gente tem conseguido cestas básicas, por exemplo para ajudar né, mas a cesta básica é uma forma de assistencialismo, não é uma Assistência Social, né? Então a gente tá remediando, então o que nós queremos com este terreno é ter um espaço para que as pessoas possam ficar mais empoderadas, né? Elas possam realmente se sentir dignas porque trabalham, ganham o seu dinheiro, sustentam os seus filhos, né? E tem uma continuidade de vida, uma perspectiva, né? E no momento nós temos famílias aí que a casa tá caindo em cima e eles não têm condições de comprar uma telha, né? Então essas pessoas nós precisamos ajudar... Não adianta chegar lá e dar a telha, né? Vou botar uma telha lá numa casa tá caindo até o peso da telha nova vai derrubar tudo, com criança dentro de casa, né? Então isso para nós é importante, né? (LUIZ, 2022).

A relação da periferia com as igrejas parece latente. Seu papel nas margens da sociedade já foi estudado “sob a expressão ‘catolicismo popular’ [que] aparece já no pensamento de Gramsci (PORTELLI, 1988) para dar-lhe à cultura popular um valor antes então negado pelo pensamento social” (RIVERA, 2014, p. 6). Bem como através das atuações das Comunidades

Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação na produção de uma conscientização política e a mobilização popular. Nesse contexto, podemos observar anteriormente um pouco da atividade católica na região da Tapera, de caráter expressamente “popular” na relação com a população. Entretanto, compreendendo a emergência das religiões pentecostais (RIVERA, 2014) nas periferias do Brasil, perguntei a Seu Luiz sobre a existência ou não de contatos com a Igreja Evangélica em sua trajetória pública ou de voluntariado. Sobre sua experiência, ele relata:

É, através do Conselho Local de Saúde eu tive, eu tenho alguns contatos nas igrejas evangélicas, porque do modo geral o pessoal ligado à igreja evangélica não tem só aquele negócio de ficar ali dentro da religião, eles tentam ampliar o número de [frequentadores]... e periodicamente procuram Conselho Local de Saúde ou no meu caso que eu fiquei coordenando um bom tempo, né? (...) Então aí eu criei uma relação com o pessoal mais alto dentro da [Igreja]. O pastor, o pessoal que tá meio que no comando, vamos dizer assim, mas eu não tenho procurado a igreja evangélica para fazer... para fazer algum trabalho dentro da comunidade, né, não, realmente não tenho (LUIZ, 2022).

É interessante perceber nesse sentido a nítida diferença entre o papel da assistência social entre católicos e evangélicos. Enquanto nos primeiros a atuação é mais ampla, nos segundos é marcada por “iniciativas de ajuda mútua, essencialmente no interior de suas próprias comunidades” (SOUZA, 2018, p. 244). Sobre a presença no cotidiano da comunidade como um todo, Luiz dá um interessante relato, ressaltando a capacidade da Igreja Evangélica em angariar seguidores:

Mas eles também têm, eles têm grupo de idosos também e grupos de jovens, hoje o Movimento Carismático nas igrejas evangélicas tá muito grande, tá muito alto, né? Então eles têm um trabalho muito bonito na área especialmente da juventude, né? Muito mais do que eu vejo pelo menos na igreja católica... Parece que ainda tá patinando, a Igreja Católica ainda não botou uma banda do lado do padre, né? Eles estão conservacionistas nesse sentido e aí não atinge o jovem, enquanto que a igreja [evangélica] se abriu para isso, bota uma banda lá, aqui em cima do Dega ali [Luiz aponta para o mercado vizinho a sua casa], né? O pessoal ali tudo né, eu daqui ouço lá, eles ensaiam, ensaiam, ensaiam e depois no dia do culto é música direto, dá aquela parada, eu acho que eles falam no máximo 15-20 minutos de pregação, né? E o resto é som direto, né? Aí isso atrai o jovem, o público jovem gosta (LUIZ, 2022).

O relato da capacidade das igrejas neopentecostais na atração de jovens para o seu campo combina com o diagnóstico feito por Rivera (2014) a respeito das religiões nas periferias urbanas. Segundo o autor a competição por seguidores tem se tornado cada vez maior, resultando em uma fragmentação religiosa e em formas religiosas distintas das oficiais. O autor afirma, por exemplo, que “a maior denominação pentecostal no Brasil, para citar um exemplo, as Assembleias de Deus, está fragmentada em um sem-número de ‘ministérios’.” (RIVERA, 2014, p. 9). Não é difícil constatar que tal fenômeno é também observado na Tapera onde

podemos averiguar a existência de pelo menos dois desses “ministérios” fragmentados: o “Ministério Restauração de Vidas” e o “Ministério Casa de Oração”. Nesse sentido, as igrejas tem também se expandido através da internet e das redes sociais, “especialmente grupos evangélicos conservadores” (RIVERA, 2014, p. 9). O próprio grupo intitulado como “evangélico” é plural em sua composição, nesse sentido, são divididos em missionais (protestantes), pentecostais (igrejas que creem em manifestações espirituais milagrosas) e aquelas que se denominam neopentecostais (vertentes de teologia leiga e doutrina da prosperidade) (ROCHA, 2019, p. 2668).

Outro fenômeno marcante nas periferias urbanas é o trânsito religioso¹⁷, onde igrejas fecham tão rápido quanto abrem e seguidores trocam ou frequentam diferentes tipos de culto. Por essa razão as igrejas pentecostais nas comunidades, como na Tapera, são justamente conhecidas por sua “territorialidade informal e fugaz” (ROCHA, 2019). As escolhas por qual igreja frequentar estão nesse sentido cada vez mais associadas às relações estabelecidas nos templos e até aos momentos de lazer proporcionados pelas igrejas, como o apontado por Luiz. As igrejas exercem dessa forma uma função social e cultural no âmbito das periferias urbanas, tomando a forma de uma espécie de “rede de resolução de problemas” (ROCHA, 2019, p. 2674) nas comunidades e demonstrando assim novas formas de ocupação do espaço urbano e público ao integrar círculos sociais e políticos para além da igreja. Birman afirma sobre a Igreja Evangélica:

Esta igreja constrói uma percepção evangélica dos territórios à margem do Estado e da população, bem como põe em prática soluções cristãs como instrumentos complementares (e também em oposição) de outras formas seculares de intervenção. De um lado, as ações rituais, extremamente elaboradas, participam da construção desses territórios como uma região moral (Park, 1973) a ser salva pela conversão de seus integrantes a uma comunidade de fiéis; de outro, integram a construção do carisma e da legitimidade política, social e moral de seus pastores, que reclamam uma maior participação na condução dessas populações (BIRMAN; MACHADO, 2012, p. 56).

As igrejas são, nesse sentido, fundamentais na construção da identidade cultural periférica. Assim, um site de cultura periférica de São Paulo revela por exemplo que: “em qualquer periferia de São Paulo, três ‘instituições’ são predominantes: o bar, o salão de beleza e a igreja. Muitas vezes, vizinhos de parede, eles se convergem.” (PERIFERIFERIA EM

¹⁷ Segundo Cubas: “Nesse sentido, a ideia de trânsito religioso deve, ao menos, ser referenciada na medida em que é composta por dimensões que dizem respeito ao fluxo das pessoas entre as religiões, à circulação de conteúdos e práticas entre as próprias religiões e, por fim, à experiência dos indivíduos marcados pelas diferentes religiões entre as quais transitam” (CUBAS, 2021, p. 19).

MOVIMENTO, 2014). É marcante nas periferias do Brasil, assim como na Tapera, o sincretismo entre religiões católicas, evangélicas e de matriz africana, bem como a construção de sociabilidades que entendem a religião de forma cada vez mais instrumental a vida e enquanto objetos culturais das comunidades. Entender esses espaços é fundamental na compreensão da Tapera e de qualquer outra comunidade no país. E assim como qualquer outro espaço, a atuação e a presença da Igreja no bairro e no presente é marcada pela mudança e pela constante transformação.

Desse modo, conversando sobre as transformações no bairro desde que se mudou para lá, Luiz nos dá mais importantes vestígios das narrativas que orientam o presente na Tapera. Assim como em todas as outras entrevistas, o desenvolvimento urbano é que dá a tônica do discurso. A mudança é melhor compreendida como a passagem de um cenário rural para um cenário propriamente urbano. Ele diz:

Bom, eu cheguei aqui essa rua [Rua do Juca] não tinha calçamento. O primeiro ano, 2011, que eu vim aqui visitar minha filha, ela mora a duas quadras daqui, a rua dela também não tinha calçamento, mas estavam começando o calçamento. Então em 2011 quando eu cheguei aqui, praticamente, certamente, todas essas ruas da rua do Juca pra lá não tinha um calçamento. Hoje tá tudo calçado. Então, só no fato de não ter que andar de bota e amarrar a sacolinha no sapato para passar na rua para pegar o ônibus, isso já foi a mudança, para mim, excelente, né? (LUIZ, 2022).

No relato de Luiz, entretanto, é fundamental o papel político de organização do Conselho Comunitário na protagonização dessas mudanças. O cenário é o mesmo percebido por outra interlocutora pública no bairro e entrevistada posteriormente: um abandono da participação civil no bairro e uma posterior retomada através da retomada do Conselho Comunitário. A fala de Luiz traz também as ligações com a política municipal que tornaram o desenvolvimento possível, bem como a subsequente aparição de conflitos em torno dessa participação política. Ele narra:

Um outro fato que me parece que melhorou foi o envolvimento desse grupo de jovens, eu chamo de jovens, mas são homens de trinta e poucos anos, né, que resolveu assumir o Conselho Comunitário. Conselho Comunitário estava abandonado, passava ali no conselho: porta fechada, ninguém ali, eventualmente alguma coisinha, mas hoje o Conselho Comunitário da Tapera é extremamente ativo, ao ponto, inclusive que muita gente não gosta, eu acho que a tua mãe não gosta, né, o envolvimento deles com a política, né? (LUIZ, 2022).

A perspectiva encontrada é que o envolvimento com uma política conservadora e de direita na cidade tornou o desenvolvimento urbano possível, mas trouxe consequências e conflitos. Ele menciona, por exemplo, minha própria mãe, que foi por anos diretora de uma

creche do município no bairro e que junto de servidores municipais sindicalizados recebeu uma série de ameaças por parte da direção do Conselho Comunitário. As ameaças podem ser observadas, por exemplo, através de uma postagem na página do *facebook* administrada pelo Conselho Comunitário, no dia 13 de fevereiro de 2022, em que o presidente do conselho, André Carlos, em meio a uma série de reclamações diz em tom agressivo: “Aqui na Tapera, sindicato não manda (...) Chega de interesse de sindicato, prejudicar o povo pensando em si. Isso acabou.” O caráter conservador (e autoritário) da representação no bairro fica mais evidente em outras falas do nosso entrevistado:

Se tu chegar lá e disser: "ó, eu sou do PCdoB e eu queria trabalhar com vocês dentro de um projeto aqui". - "Seu negócio é dobrando esquina, volta para lá e sai por lá" porque, sabe, parece que veem inimigo em tudo quanto é canto, né? (LUIZ, 2022).

A atuação do Conselho é melhor compreendida como um projeto político que começou com a tomada de controle da representação no bairro e culminou com a nomeação e eleição de “Mamá” como vereador em 2020. O grupo político é composto, segundo Luiz, por um “grupo de bar é grupo de jovens, né, de futebol...”, nesse sentido, é evidente o caráter pouco articulado mais ideologicamente do grupo, que possuem, segundo nosso entrevistado, baixo “nível” intelectual e cultural. Nesse sentido, é importante pensar esse projeto político também como um projeto econômico, que visa o enriquecimento por meio do desenvolvimento urbano do bairro, seja ele organizado ou não. A forma encontrada seria através do aluguel de quitinetes, questão já apontada por Davis (2005) e Sugai (2009) como uma das empreitadas mais lucrativas na periferia urbana do país. Até mesmo a fala de Maria já trazia a questão das quitinetes como latente no bairro. A fala de Luiz é simbólica nesse sentido:

Independente disso, eles acabaram criando um pensamento de que como a Tapera tava próximo da nova obra do Aeroporto, começaram a difundir a ideia de quem tinha um terreninho, não sei se a tua mãe teve esse assédio, eu tive aqui, né. "Ô Seu Luiz, constrói aí umas quatro cinco quitinete”, bom, tu viu que aconteceu, né. Tapera virou festival de quitinete, agora tá virando um festival de lojinha. Por quê? Porque eles começam, esse é um movimento que eles fizeram politicamente (LUIZ, 2022).

A articulação do Conselho Comunitário em torno das figuras mencionadas por Luiz é compreendida também enquanto uma resposta ao preconceito que estes encontraram na sociedade florianopolitana. Ele diz: “influenciados por uma situação de que eles entendiam como de preconceituosa do poder público em relação à Tapera, eles começaram a lutar e tá aí o resultado.” Esse preconceito é o mesmo que observamos por vezes nesse trabalho, em muitos discursos e que formou e afetou de forma profunda a formação de identidades culturais na

comunidade. Nesse sentido, nosso entrevistado percebe essa marca na formação de um “perfil” do morador da Tapera. É importante compreender, entretanto, como no discurso esse perfil é percebido como algo já superado. Temos então:

Era um perfil de pessoas desconfiadas com o poder público, pessoas que se sentiam discriminadas diante da sociedade, é história da Tapera que os jovens chegavam lá no centro, queriam trabalhar numa loja e "tá, onde é que tu mora?" - "moro na Tapera" - "não, não tem emprego" aí chegava outro - "ah, eu moro no Saco dos Limões" - "Tem emprego" - "eu moro na Costeira" - "tem emprego". O jovem da Tapera era tido como um maconheiro, uma pessoa que não era boa. Então essa mágoa foi inclusive um estopim, vamos dizer assim, que criou esse grupo que deu essa modificada. Porque o perfil antigo era esse, que a pessoa que tem um sentimento meio que de revolta em relação, não só ao poder público, mas a própria sociedade de Florianópolis (LUIZ, 2022).

Assim como vimos na Figura 2 o morador da Tapera foi por muito tempo visto – e podemos discutir se ainda é visto – como um criminoso em potencial. Essa construção deixou uma marca irreparável na identidade dos moradores, uma “mágoa” percebida em todos os depoimentos colhidos nesse trabalho. Essa gerou uma série de respostas diferentes nos diversos relatos ouvidos, nesse caso específico a resposta foi percebida através da organização política dos moradores em torno da política municipal. No depoimento de Luiz essa organização foi responsável por uma mudança de paradigmas no bairro, coisa que proporcionou também uma mudanças de perfis na construção da comunidade. Assim, hoje não seria mais possível encontrar um perfil único no bairro:

Temos muitos perfis. Eu não enxergo assim um perfil muito claro, não. Nós temos muita gente que veio de fora nos últimos anos, né? Então essa miscigenação de raça, de cor, de conceitos, de culturas, né, tá deixando a Tapera meio uma São Paulo assim, quer dizer, tu entra de um lado falando dum jeito sai do outro falando do outro, né... Então essas culturas se misturaram tanto na Tapera que eu já não vejo mais (...)Na medida em que assumiram esses moços o poder dentro do bairro, posteriormente estendendo esse poder através da Câmara de Vereadores do poder público, né? Aí começou a modificar esse perfil, só que esse perfil também não sei se é o melhor perfil ou não. Não tô avaliando mais, né? Não é um perfil claro, porque aí veio muita gente de fora.

Desse modo, a construção política é avaliada por Luiz como positiva, ainda que insuficiente para os planos políticos de contínua expansão urbana no bairro. O entrevistado, com certa indignação, reflete sobre a pobre estrutura ainda encontrada em função da quantidade de pessoas que circulam no bairro:

Dizer assim, se eu não tenho saneamento básico, que é o mínimo necessário, como é que eu construo um monte de quitinete? Botar essa merda, com o perdão da expressão, onde? Vai jogar tudo no Mangue? Então é essa preocupação que eu me refiro, nós não

temos estrutura para aguentar esse monte de gente, é nordestino, paulista, é gaúcho. Tem para caramba...

Igrejas, mágoas, preconceito, luta, pluralidade, identidades... As falas de Luiz abraçam muitos dos temas com os quais gostaria de trabalhar aqui. É fundamental nesse sentido perceber a construção da identidade cultural taperense no passado por meio da mágoa e no presente por meio da pluralidade e como todas essas questões encontram lugar na organização de narrativas sobre o bairro no debate público, seja na organização política dos moradores ou na organização cultural, como veremos posteriormente. Na minha concepção é simbólico entender que essa construção de narrativas no tempo presente passa longe de ser pacífica, é conflituosa. Ainda que a comunidade tenha passado por transformações positivas e inegáveis na última década, muito por ações do grupo político mencionado, é evidente a necessidade de se pensarem outros caminhos para o desenvolvimento, mais plurais, democráticos e condizentes com o presente do bairro. É imperativo desse modo entender a importância da tentativa de construção de uma história periférica no tempo presente a partir de relatos e personagens da própria comunidade, como o Luiz, junto da compreensão fundamental do caráter periférico das narrativas e das construções sociais e culturais na Tapera, seja nas Igrejas ou na política.

Essas são inevitavelmente questões que estão em pleno processo de transformação, característica fundante de nossa experiência do tempo e matéria com qual a História do Tempo Presente trabalha por excelência. O Conselho Comunitário, enquanto eu escrevo, segue fazendo ligações com o poder executivo da cidade, centrado na figura do prefeito Gean Loureiro, que constantemente faz aparições públicas na Tapera junto do Conselho. Este também segue propagandeando seu trabalho como forma de inserir a Tapera “no mapa”, como diz uma publicação de caráter público no *facebook* do dia 18 de dezembro de 2021. Nesse contexto, precisamos pensar de forma crítica o que é estar no mapa, segundo quem, por quem e por quê. Por meio desse trabalho observaremos várias formas de fazer a Tapera presente e várias tentativas de colocá-la no mapa, não existem, nesse sentido, maneiras mais ou menos legítimas, muito menos passíveis de julgamento moral de concretizar esse plano. Nesse sentido, igrejas, poder público, conselhos comunitários e organizações civis possuem diferentes maneiras de fazer valer seus planos para o presente. Compreender como esses diferentes organismos entendem o bairro e como essa percepção orienta a formação de narrativas sobre o passado e o presente da comunidade e da cidade foram os principais objetivos do trabalho até então. A partir daqui investigaremos mais profundamente as narrativas, percepções e planos dos grupos culturais da comunidade, bem como suas ligações com a vida pública estudada até aqui.

4 FALAS DA COMUNIDADE

Até agora busquei explorar as percepções mais gerais sobre o bairro, colocadas nos discursos dos interlocutores ligados à vida pública na comunidade, esses tem fácil acesso ao cotidiano da Tapera pelo contato direto com centenas de pessoas, demandas pessoais e coletivas, percepções sobre a região e anos de experiência na arena pública. Entretanto, pudemos perceber muito fortemente em alguns depoimentos, como o de Maria e de Luiz no capítulo anterior, que existem sociabilidades “underground” na Tapera, assim como vários buracos pouco explorados. Sociabilidades que não são tão facilmente acessadas pelos representantes públicos da região, muitas vezes por serem estereotipadas ou correrem a margem dos discursos hegemônicos sobre o bairro. Inicialmente, por conta do caráter das atividades que busco investigar, eu havia pensado em intitular esse capítulo de “falas marginais”, mas durante as leituras para a realização do trabalho algumas reflexões me ocorreram. Primeiramente, Milton Santos faz uma importante problematização da marginalidade e da teoria da marginalidade. Segundo o autor o termo é ambíguo, uma vez que as “populações marginais” são usualmente consideradas inúteis ou excedentes por conta do termo (SANTOS, 2013). Essa conceituação também coloca os marginais enquanto um grupo de pessoas isoladas do resto da sociedade, vivendo de forma completamente autônoma. Nesse sentido ele assinala:

Assim como seria incorreto considerar a favela um mundo autônomo, isolado e à parte, também é incorreto contrapor marginais à sociedade global, porque esta não pode ser definida sem os pobres que constituem a maioria numérica, embora minoria sociológica. Os pobres não são socialmente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos (SANTOS, 2013, p. 36).

Desse modo, os atores sociais e históricos que busco investigar nesse capítulo não são marginais de forma alguma, são apenas reprimidos em função de sua posição na sociedade. São a maioria do bairro, apesar de não aparecerem. Esses são os *rappers* do bairro e suas narrativas e vivências, são os integrantes da Escola de Samba do bairro e outras figuras “invisíveis” que sem dúvida nenhuma compõem a grande maioria das sociabilidades que trabalhamos aqui, como os sujeitos que fazem parte do extenso número de cultos a religiões de matriz africana na Tapera. São as falas reprimidas que nos permitem o acesso à minúcias e experiências que dificilmente tem algum lugar nas narrativas construídas sobre a Tapera, apesar de quase sempre retratarem o morador geral da comunidade. Essas falas são fundamentais na medida em que, por sua própria existência, nos auxiliam a enxergar e problematizar uma Tapera diferente e assim, uma cidade e um desenvolvimento urbano diferentes.

Nesse sentido, na minha avaliação, o sujeito “marginalizado” não seria nada mais, nada menos, do que um “taperense” por excelência. Alguém que é constantemente reprimido em função das narrativas e do desenvolvimento urbano criado na cidade de Florianópolis durante o seu processo de modernização. O taperense é, por assim dizer, um outsider, como o descrito por Norbert Elias. É aquele que desvela a face que a cidade e sua hegemonia econômica e política tentam esconder, mas não conseguem. São aqueles culpados pelo produto de um desenvolvimento excludente e conflituoso em sua raiz, questão que é tanto geral no capitalismo e no desenvolvimento das cidades, quanto específica na formação da cidade de Florianópolis. As narrativas e falas reprimidas transbordam e perpassam todas essas temáticas, nos dando um testemunho de sua prática e existência no que há de mais cotidiano na comunidade: a rua, como veremos a seguir.

4.1 SEU RUSSO: “NÃO TINHA COMO CORRER DO MAR”

No primeiro capítulo desta obra identificamos o afastamento do mar e das sociabilidades marítimas enquanto um aspecto fundamental no processo de modernização da cidade de Florianópolis. Esse processo tornou atração turística as praias oceânicas do interior da ilha enquanto relegava ao abandono o mar próximo do centro histórico da cidade. Assim:

A “pacata e provinciana” Florianópolis, até a década de 70 deste século, no que diz respeito ao seu núcleo central, mantinha a sua maritimidade. A antiga orla com seus trapiches, amuradas, atracadouros, a movimentação dos barcos e o ir e vir pelo mar, era a linha de interseção de dois territórios distintos, mas inter-relacionados, o urbano e o marítimo. Na amurada banhada pelas águas da baía sul, o usuário da cidade tinha a compreensão do que era estar diante da cidade. Esta é uma finitude que só os núcleos urbanos ilhados podem ter, pois o mar, o que está no entorno, não é um lugar e sim uma passagem (SANTOS, 1997, p. 26).

A partir do processo de modernização da cidade e a realização de um conjunto de obras modernizantes, Florianópolis abandonou o mar e assim, rapidamente, abraçou “o automóvel e as autoestradas, como símbolo de progresso e desenvolvimento.” (SANTOS, 1997, p. 60). O mar foi invadido pelo concreto. O símbolo maior dessa mudança é a construção do Aterro da Baía Sul, no centro de Florianópolis, onde “o rodoviarismo do aterro se beneficiava de um desinvestimento do mar junto ao centro da cidade como espaço de convívio.” (SANTOS, 1997, p. 21). A proximidade do mar com o centro e com a vida urbana eram marcas de uma cidade unida e formada pelas sociabilidades marítimas. Essas, entretanto, não cabiam na formação de uma nova e moderna capital, conseqüentemente mar e cidade tiveram seus espaços delimitados e todo o centro histórico virou-se contra o mar.

Embora esse processo tenha sido marcado pelo contínuo apagamento de símbolos e objetos da antiga ligação do mar com a vida urbana na capital, ainda podemos observar uma série de construções culturais que mantiveram o mar vivo na cultura florianopolitana. Como já mencionamos anteriormente, a construção da identidade do “manezinho” da ilha é profundamente influenciada por sociabilidades e hábitos marítimos, como a pesca, o surfe e a concepção da praia como lugar de lazer. Desse modo, até os dias atuais podemos identificar os pescadores como figura fundante da identidade cultural florianopolitana. Assim, o modo característico da fala, as tradições culturais da pesca e a alimentação marcada por frutos do mar, por exemplo, são características marcantes dessa cultura. Na entrevista com Maria fica evidente a referência a essas características como traço formador de sua própria identidade “manezinha”, assim como de seus familiares.

A fala de Maria, nesse sentido, é extremamente simbólica para o porquê desse subcapítulo. Através dela podemos observar a importância do Ribeirão da Ilha e de aspectos culturais marítimos na construção de sua identidade, algo já construído historicamente em sua relação com familiares que também moram no bairro, bem próximos do mar. Como tivemos a oportunidade de ver, a Tapera e o Ribeirão da Ilha tinham muito em comum até meados dos anos de 1970. Os dois bairros tinham pouca relevância na vida urbana da capital e eram majoritariamente conectados a uma cultura de subsistência ligada a pesca e a atividades agrárias, como nos engenhos de farinha de mandioca. Ambas as localidades também eram vítimas da falta de uma estrutura que ligasse o centro da cidade ao interior da Ilha, como revela Flores:

No início do século XX, Florianópolis era uma cidade ilhada e com estradas interioranas muito precárias. O contato de certos distritos com a capital só era possível através do mar. Tanto que as comunidades que mais se encaminharam no sentido do adensamento urbano, eram justamente as que se encontravam junto a um atracadouro seguro (SANTOS, 1997, p. 17).

O Ribeirão da Ilha, entretanto, passou por um processo de legitimação e identificação enquanto representante de uma determinada cultura açoriana nos anos de 1980. Processo esse que acarretou em investimentos públicos e urbanos na região. Esse processo já foi abordado no primeiro capítulo dessa obra, mas é novamente explicado por figuras como a do professor Nereu do Vale Pereira, sociólogo, economista e folclorista, que:

Escreveu uma série de trabalhos aonde evidenciou de maneira incisiva o “ser açoriano”. Em uma reportagem, no do Jornal AN Capital de 1999, cujo título era “O sentimento açoriano de Nereu”, o autor é colocado como esse “locutor legítimo”

quando se trata de “açorianidade”. O trabalho representa em linhas jornalísticas a trajetória pessoal e profissional de Nereu, justificando seu interesse pela açorianidade por ser de “descendência” direta açoriana (...) Em seus trabalhos, tanto de cunho folcloristas, quanto os acadêmicos, destacam-se as “invenções de tradições”, da Ilha e o “ser e fazer ilhéu”. Em *Ribeirão da Ilha: Vida e relatos*, o autor enfatiza o açoriano como formador do Distrito; em outros trabalhos como, *Sobre a pombinha açoriana* (1988), *Contributo açoriano para formação do mosaico cultural catarinense* (2003), dentre outros, destaca a presença açoriana na Ilha (MENDES, 2014, p. 80).

Parece-me seguro afirmar que existem mais indícios da presença e da cultura açoriana no Ribeirão do que na Tapera. No entanto, gostaria de propor duas reflexões. Primeiro, esse protagonismo do bairro na região não foi construído naturalmente, foi parte de um processo lógico e sistematizado de construção da identidade florianopolitana, ou seja, inventado. Segundo, as evidências históricas que ditam essa narrativa sobre o bairro só existem porque são fruto de extensa pesquisa e investimento público e intelectual, coisa que nunca ocorreu na Tapera, portanto, não podemos afirmar que não exista uma ligação da Tapera com a cultura açoriana, essa apenas nunca foi investigada, nunca foi inventada. A ocasião me parece importante para questionar, ou propor, um maior trabalho de memória sobre a herança indígena na Tapera e na Ilha de Santa Catarina, presença essa muito anterior à dos colonizadores açorianos, porém pouco explorada até a atualidade.

Ainda assim, a Tapera foi inventada pelo mar, pela praia e pela pesca. Os registros, por exemplo, apontam para uma ocupação contemporânea da região da praia desde o início do século XX, ainda que muito pequena (MARTINS, 2019). Tendo em mente tal contexto, bem como a constatação da praia da Tapera e do mar como referências simbólicas nas entrevistas de Maria e Bárbara (que será apresentada posteriormente), considere fundamental uma melhor investigação desse espaço na comunidade. Para essa tarefa conduzi uma entrevista com uma personalidade de destaque no bairro, o pescador Aterino, ou como é conhecido por todos na região: Seu Russo. Vale nesse sentido recuperar o sentido de maritimidade para Diegues (1998) como “um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo.” (DIEGUES, 1998, p. 40).

Relembrando a importância da escolha do local da entrevista e da apresentação com o entrevistado, tópicos abordados anteriormente, considere: nada mais conveniente que realizar na frente do mar a coleta de um depoimento sobre o mar. Assim, toda a conversa, que durou aproximadamente uma hora e meia, tomou lugar na orla da praia da Tapera, sentados logo ao lado do barco do entrevistado, o Estrela Guia. Quando cheguei Aterino já estava na praia, arrumando uma linha de pesca e me recebeu com a alegria e o bom trato pelos quais são

conhecidos os manezinhos da Ilha. Inicialmente conversamos sobre seu barco, que ele mostrou com orgulho. Entre perguntas sobre seu rancho de pesca na praia, fui informado de que havia sido recentemente vendido por conta de desavenças com os vizinhos. Estranhando, já que imaginava que a comunidade pesqueira era unida no bairro como os relatos dão a acreditar, questionei-o sobre as desavenças e as relações entre os pescadores, o que me deu base para o resto do diálogo e o início de uma série de interessantes histórias sobre si mesmo, sobre a cidade e sobre a comunidade.

Versando sobre o recente desentendido com um dos vizinhos de rancho, Seu Russo demonstrou ceticismo quanto a uma ideia de união entre os pescadores da região. Quando perguntado sobre uma relação de amizade entre a comunidade ele respondeu:

É amigo entre aspas, né, filho? Pescador não tem amigo não. Não, não, pescador tem amizade lá fora, lá em alto mar, um passou o rádio pra outro, existe uma amizade assim, mas aqui em terra a maioria são todos pescador amador. Outro diz que é pescador mas não são pescador, são funcionário público né? Que a maioria é isso aí. Aham. Então é um querendo comer o outro. Quanto mais tem, mais quer (ATERINO, 2021).

Achei interessante essa rápida distinção entre pescadores profissionais e amadores no bairro e questionei-o mais sobre. Considerando-se um dos poucos pescadores profissionais da área ele disse:

Antigamente tinha, é, os pescador era mais unido porque existia pescador. Hoje não tem mais. Ó nós aqui ó. Está eu outro rapazinho que mora ali no canto da praia. Que é um pouquinho mais velho do que eu e outro rapaz que está aqui mais ou menos está com cinquenta e cinco anos. São três pescadores aqui na Tapera. Mas tem muita embarcação aí ó, mas nenhum deles é pescador profissional. São tudo funcionário público (ATERINO, 2021).

O diferencial entre o pescador profissional e o pescador amador, de acordo com Seu Russo, seria o fato de viver completamente da pesca. Segundo Aterino, dos seus 68 anos, a maioria foram dedicados ao mar, fato que o legitimaria enquanto um verdadeiro pescador. Ainda assim, ele diz ter muito a aprender. Depois de todos esses anos, continua saindo às cinco da manhã para pescar e fala: “o pescador ele nunca sabe tudo, filho, ele tem que estar sempre estudando, o pescador tem que estar sempre evoluindo também, aquele que fica parado no tempo não adquire nada, filho. E a pesca tem que evoluir né?”.

Essa vida dedicada a pesca começou, segundo ele, no Ribeirão da Ilha. Seu pai, que também vivia da pesca mudou-se da Barra do Aririu, na Palhoça, para o Ribeirão nos anos de 1940. Aterino nasceu em 1953 e partilhou a infância e a adolescência com 17 irmãos e irmãs,

fato que o obrigou desde cedo a trabalhar com a pesca e a também cedo mudar-se de casa, quando viajou para pescar no Rio Grande do Sul com apenas quatorze anos. Ele conta:

É dos anos quarenta pra mais ou menos isso aí né? A gente nasceu aqui, eu sou de cinquenta e três então ele veio né, mais ou menos isso aí e antes de mim já nasceram já nasceu seis aqui. Aí então como ele tinha a pescaria, né, vieram pra cá. Parece que na época tinha mais mão de obra pra ele pescar então ele veio pra cá, mas também viveu pouco, bebia muito, né. Aí pra criar os filho, os filho foram crescendo, foram saindo de casa, né, porque não podia ficar todo mundo em casa, aquela época dificuldade era grande. E eu com quinze anos fui pro Rio Grande, aí pesquei lá uns seis meses, aí voltei, voltei pra casa, fui com quatorze anos e voltei com quinze (ATERINO, 2021).

A mesma experiência encarada por Aterino também foi compartilhada com uma pluralidade de pescadores artesanais de Florianópolis que compunham um grupo intitulado posteriormente de “embarcados” (GARCIA, 2008). Esses, eram reconhecidos como indivíduos de camadas populares da Ilha de Santa Catarina que “trabalhavam embarcados nas antigas parselhas de pesca do litoral gaúcho, em pequenos barcos, em barcos pesqueiros de alto mar” (GARCIA, 2008, p. 7). Aterino foi um dos muitos embarcados do período. Nesse sentido, a pesquisa de Garcia (2008) revelou através dos testemunhos orais desses pescadores, que:

Se deslocavam temporária ou definitivamente para outros centros, outras cidades do litoral brasileiro, preferencialmente Rio Grande (Rio Grande do Sul) e Santos (São Paulo), onde vislumbravam a possibilidade de romper com o trabalho duro na lavoura e na pesca de subsistência. Trabalhavam e “colhiam” algum dinheiro com o qual poderiam participar das relações monetárias de consumo que se colocavam presentes através da modernização brasileira entre (1940-1980). Esse movimento fazia-se necessário, uma vez que os territórios urbanos do município de Florianópolis “não dispunham de condições materiais” nem simbólicas de oferecer a estes sujeitos a liberdade e o acesso às “facilidades” ou “complexidades” de uma vida moderna (GARCIA, 2008, p. 7)

De modo semelhante à experiência dos embarcados, o período de Aterino em terras gaúchas foi, segundo o mesmo coloca, curto e doloroso por conta da enorme quantidade de trabalho e o pequeno pagamento recebido. Ele diz: “porque assim: a gente matava quantidade de peixe, era força de peixe, um caminhão de peixe por dia nós matava e é depois de cinco meses tu ganhar uma merreca, aí então digo não, pra mim não dá, aí vim embora” (ATERINO, 2021). Quando voltou para Florianópolis, em meados de 1968, sua história pessoal acabou combinando-se com a história de modernização da cidade. Segundo coloca, “estava no lugar certo e na hora certa” quando alugou uma de suas lanchas para uma firma do Rio de Janeiro que a época estava em Florianópolis para a construção da Ponte Colombo Salles, o principal

símbolo modernizante da cidade no período, como coloquei anteriormente. Nosso entrevistado conta:

Como eu tinha já uma baleeira, uma lancha chamada baleeira né, apareceu uma firma do Rio de Janeiro pra fazer sondagem na ponte Colombo Salles. Aí coincidiu que eu estava no local certo, na hora certa. Ali foi pra fazer a sondagem da ponte, em setenta e um. Aí eu entrei em, né, em negócio com um cara, o fiscal da firma, que era uma firma chamada Tecnosolo e ali eu aluguei a baleeira pra trabalhar na ponte, puxar o flutuante. Flutuante é onde fazia a sondagem, botar uma ferramenta em cima, aí tinha que tirar ele do meio do canal, né, pra levar pra praia e também fazer baldeação do pessoal. Ali fiquei três meses, três meses e meio, na sondagem (ATERINO, 2021).

O Aterro da Baía Sul e a subsequente construção da Ponte Colombo Salles foram obras visionadas pelo engenheiro e governador do estado de SC, Colombo Salles, como fatores que transformariam e renovariam a capital catarinense. Eram símbolos de uma época de progresso e desenvolvimento pautados no rodoviarismo e na construção de grandes obras. Símbolos de uma nova capital. Santos relata:

Para seus planejadores o Aterro seria a superfície, o berço de um complexo de auto-estradas. Este complexo compõe o sistema viário da segunda ligação Ilha-Continente, a Ponte Colombo Machado Salles (1972-75). Criou se a partir desta obra, a maior área livre da cidade, porém entrecortada por auto-estradas. É composta pelas areias dragadas e lançadas junto á orla sobre as águas, onde vai se encontrar com uma camada de argila orgânica, resultado em grande parte obtido pela ocupação centenária do homem na Baía Sul do Estero de Santa Catarina (SANTOS, 1997, p. 34).

Assim como na experiência de Aterino, segundo Garcia (2008), o trabalho na crescente área de construção civil foi também a saída para muitos dos “embarcados”, que:

Após vários anos trabalhando, indo e vindo, entre Santos e Rio Grande, os embarcados começaram a perceber as oportunidades que a cidade de Florianópolis poderia oferecer através do crescimento urbano que estava experimentando. Podendo com isso, utilizar as experiências adquiridas em grandes centros para trabalharem em Florianópolis na construção civil, na crescente área de serviços que surgia com o desenvolvimento do turismo e no empreendimento de pequenos negócios (GARCIA, 2008, p. 36)

É facilmente inteligível na narrativa de Aterino e em sua trajetória de vida a percepção de como os trabalhadores braçais não especializados e periféricos construíram a modernização da cidade. Lohn nesse sentido demonstra as péssimas condições de vida dos pescadores por volta dos anos de 1970, descritos por um jornal da época como “vítimas inocentes de privações de um desnível social tão grande” (LOHN, 2016, p. 297). Nesse contexto, a construção civil foi a saída para uma grande massa de trabalhadores não especializados na capital, composta em

grande parte por migrantes que acompanhavam o desenvolvimento econômico da cidade. Lohn coloca: “Na capital de Santa Catarina os migrantes eram ‘absorvidos nas muitas frentes de trabalho’, criadas pelo ‘acelerado crescimento de Florianópolis...’ (LOHN, 2016, p. 309).

A convergência entre a trajetória dele e a trajetória do desenvolvimento de Florianópolis não acabara ali, entretanto. Aterino conta que acompanhou a firma em mais algumas obras pela região sul. A primeira em Bagé, no Rio Grande do Sul, quando passou sete meses afastado de sua cidade natal. Após esse período ele conta ter sido liberado e tido 4 dias de folga, até ser chamado para outra sondagem em Florianópolis, agora na Baía Norte. Essa região, no período, também passou pela série de reformas que buscavam afastar o mar da cidade através da construção de grandes aterros, que abririam espaço para os carros trafegarem em direção às vistosas praias do Norte da Ilha. O primeiro Aterro na região data da década de 1960 e foi responsável pelo desaparecimento da antiga Praia de Fora. Já o segundo aterro foi implantado na década de 1970 para a construção da Avenida Beira-Mar Norte, como hoje é conhecida. Segundo Andriani:

Esse aterro foi executado em duas etapas. A primeira foi construída na segunda metade da década de 1960 e a segunda na década de 1970. Devido ao crescimento dos bairros no entorno da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, instituição implantada em 1960 no bairro da Trindade, o movimento do trânsito para este bairro e os demais do entorno cresceu rapidamente. Outro fator foi a intensificação da procura pelas praias do Norte e Leste da Ilha a partir dos anos de 1970. Estas demandas tornaram necessária uma nova ligação do Centro de Florianópolis com estas regiões. Por ser inviável o alargamento das vias existentes, surgiu a necessidade de aterrar a orla para a construção da Av. Beira-Mar Norte. Inicialmente, esta avenida começava na antiga Praia do Müller (final da Rua Felipe Schmidt) e terminava na praça Governador Celso Ramos. Com esta primeira etapa concluída, o trânsito da malha viária a norte da área central ficaria mais livre até que houvesse aporte de recursos para o término do projeto, previsto para chegar até a UFSC (ANDRIANI, 2015, p. 58).

Após o trabalho no Aterro da Baía Norte, o entrevistado revela que também havia participado no esforço de construção do Aterro da Baía Sul, que impressionava a todos pelo tamanho, o maior da cidade até então:

Agora, depois eu fiz a sondagem aqui na Baía Sul pra draga Sergipe e isso já foi em setenta e três (...) Ai fiz sondagem ali, tinham quarenta furos, todos os quarenta furos com areia... ali dá pra aterrar dez Florianópolis. Dali eu fui embora de volta pro Sul, fui de volta pra Bagé... (ATERINO, 2021).

A expansão e o significado da obra para a cidade são percebidos até mesmo na lembrança de Aterino do nome específico da draga que realizou a obra. O historiador Santos (1997) também faz múltiplas menções a draga Sergipe em seu trabalho e revela um pouco de

sua magnitude, que atraía opiniões passionais e a atenção de múltiplos espectadores. Sobre a obra, ele revela:

O arquiteto Wilson Luiz Pereira, da Secretaria de Transportes e Obras e presidente da Comissão de Fiscalização do Projeto de Urbanização do Aterro, define a operação realizada por mais de um ano pela draga Sergipe - que incorporou à ilha uma área de 45 mil metros quadrados - como uma verdadeira cirurgia plástica na paisagem da capital (SANTOS, 1997, p. 37).

Após os trabalhos nos aterros, Aterino volta para Bagé, onde conhece sua então companheira de mais de quarenta e três anos. Em 1975 casou-se, largou o emprego na firma e voltou para Florianópolis com a esposa, onde passou a dedicar-se exclusivamente à pesca. A pesca, entretanto, não era o suficiente para sustentar a família, o que o motivou a vender sua casa no Ribeirão da Ilha e vir para a Tapera. Ele narra:

Eu tinha, né, tinha um terreno bonito aí na beira da praia, de mil e cem metro quadrado, eu vendi, na época eu vendi pra isso aí, pra botar o comércio. Aí como eu precisava que as gurias trabalhassem também, que eu só na pesca não ia, não estava vencendo, aí eu tive a opção de vender o que eu tinha pra comprar uma outra morada num ponto que desse comércio, que aonde eu estava não dava de eu colocar comércio, naquela época também não tinha movimento no Ribeirão, hoje é diferente, hoje já tem, qualquer lado lá que tu abre qualquer coisa dá negócio, porque o Ribeirão virou uma via de turista. Diferente da Tapera, a Tapera não entra turista, Tapera só morador daqui mesmo. (ATERINO, 2021).

Em sua fala podemos perceber como foi construída a compreensão de um *status* superior do Ribeirão da Ilha em relação a Tapera, a partir do contexto de constituição e valorização de uma suposta identidade açoriana e o processo de modernização da cidade. Entretanto, nos anos de 1990, quando Aterino veio para a Tapera, o movimento lá não era o suficiente. A Tapera, por outro lado, estava sendo rapidamente ocupada no período. A sua relação com a comunidade, no entanto, era mais antiga. Seu Russo nos revela muito de sua história a partir dos contatos que tinha com a região quando ainda morava no Ribeirão. Ele revela:

Eu frequento isso aqui [a praia da Tapera] desde guri pequeno, eu trazia, né, a família de baleeira, nós vinha pra tomar banho aqui. Hoje é o contrário, hoje nós saímos daqui e vamos tomar banho lá. Então o povo aumentou muito né, porque aqui só tinha a família do Celestrino e tinha outra família aqui... (ATERINO, 2021).

Ele também nos conta um pouco da história de origem da praia da Tapera, que era conhecida, segundo ele, como praia do Peralta, por conta de um espanhol chamado Peralta que habitou a região nos anos de 1930:

Vou até te contar a história do espanhol, a Tapera, a Praia da Tapera se chamava Praia do Peralta porque esse espanhol veio da Espanha e encalharam aqui na Ilha do Largo, um navio bateu numa pedra e eles ficaram uma semana e a embarcação não saía de cima da pedra. Caiu esse espanhol, caiu na água e veio, veio e bateu aqui na praia, veio a nado, onde ele chegou aqui a procura de água e farinha pro pessoal levar pro barco e aqui tinha engenho de farinhas já. Ele conseguiu o que queria e nesse meio tempo ele conheceu uma guria daqui: Dona Quintinha. Se conheceram e ele assim ó "tu me espera que eu vou voltar". Quatro anos ele voltou e casou com ela, aí deram o nome de Praia do Peralta que aí também não tinha mais ninguém aqui, ele tomou conta disso tudo aqui (ATERINO, 2021).

A história, apesar de não possuir nenhuma forma de confirmação material, pode ser embasada pela menção aos engenhos de farinha da localidade, que ocupavam a região da praia e eram uma das poucas atividades econômicas desenvolvidas pelos poucos moradores da Tapera, assim como a pesca. Segundo Seu Russo, apenas nos anos de 1970 que a região da praia passou a ser mais frequentada por banhistas, que vinham de ônibus de regiões próximas nos anos seguintes. Entre conversas sobre a região perguntei se ele sabia o significado da palavra "Tapera". A resposta foi, na minha opinião, um dos melhores momentos na conversa. Ele começa afirmando, ao contrário da concepção popular, que "Tapera" era onde "se ajuntava ali um monte de gente pra se reunir, pra fazer as bagunças deles. Música e cantaria..." (ATERINO, 2021). E procede contando uma das histórias de música e cantoria que ouvia no Ribeirão e na Tapera:

Existia esse negócio de cantoria aqui, né, como existia, hoje não existe mais a bruxa né, existia a história da bruxa aqui na Tapera, no Ribeirão, né. Então o pessoal antigo contavam nos boteco aí que é que é as bruxas faziam, então, eu cheguei até conhecer um senhor que vinha da Pinheira de baleeira, naquela época não tinha o motor, era tudo na base do remo e a vela, né, aí ele puxava a baleeira ali no ribeirão e ia pra casa da amiga, que ele tinha uma amiga aqui no ribeirão. No outro dia ele chegava na baleeira, a baleeira molhada...Aí ele já imaginava né? "Isso é coisa das bruxa, eu vou pegar as bruxa, vou pegar, vou pegar elas.". Aí ele pegou na outra noite ele pegou, se deitou debaixo da baleeira, que a baleeira era alta e ele se meteu ali debaixo, quando foi de madrugada elas chegaram, já chegaram um monte de bruxa e uma dizia assim pra outra "hum, tem cheiro humano, tem cheiro humano" elas comentava uma com a outra, "não" uma dizia "não tem nada", aí vamos botavam a baleeira pra baixo saiam a remo, vadiavam a remo, ia depois ela chegava puxava e botava no mesmo lugar. Quando eles botaram a baleeira pra baixo, ele ficou deitado, naquela época não tinha a luz não tinha porra nenhuma, "deixa que eu vou pegar elas na volta, deixa elas puxar...". Aí elas voltaram, puxaram a baleeira, botaram no mesmo lugar, aí ele se apresentou pra elas: "ah é, são vocês é?". Aí acabou o encanto delas, aí elas não voltaram mais e ele contava isso pra todo mundo (ATERINO, 2021).

Peço desculpas pela longa citação, mas esse trecho é marcante para o trabalho, especialmente pela forma como foi contado, como se bruxas realmente existissem, como se tudo aquilo tivesse de fato acontecido e com uma naturalidade que só. A título de contextualização, a questão específica das bruxas dessa história é entendida como parte

fundante do folclore florianopolitano, popularizado na obra de Franklin Cascaes, escritor florianopolitano que escrevia e narrava histórias sobre o fantástico na ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Da mesma forma que a obra de Cascaes foi produzida como modo de interpretar o processo de modernização da cidade no período, o relato de Aterino pode ser visto como maneira de repensar as relações entre modernidade e tradição na Ilha e os sentidos dos “estratos do tempo”. Ou seja, Aterino, inserido na Florianópolis “moderna” ainda carrega consigo marcas e vestígios de outra cidade, de outro tempo, evidentemente percebidos em suas histórias que remetem a obra de Cascaes nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, temporalidades e estratos de tempo que se justapõem e dialogam no presente.

Após a folclórica história, Aterino e eu seguimos dialogando sobre sua experiência na Tapera. Ele relata novamente o crescimento da comunidade nos anos de 1980 e 1990, mas afirma que mesmo na década de 1990, quando veio para a localidade, o bairro ainda era muito mais tranquilo que a atualidade, coisa que seria comprovada pela facilidade com a qual ele podia ir e voltar da praia quando saía do mar “só de cuecas”. Para ele, um dos pontos negativos do crescimento do bairro foi a popularização do tráfico e do consumo de drogas. Ele narra: “o pessoal não dorme mais de noite pô, dorme só de dia, né cara, chega aqui a noite, encontra a noite, gente a noite toda aqui dentro, pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, é bebendo, é fumando e né...” (ATERINO, 2021). Mesmo assim, Seu Russo considera que não existe tanta vulnerabilidade e pobreza na Tapera, conforme questionei-o:

Vinícius: Mas aí quando é que quando é que começou a ficar assim? Que a Tapera tem muita gente aí com dificuldade, essas coisas...

Aterino: Olha, eu vou te dizer uma coisa, viu? Eu não conheço gente aqui da Tapera que tem dificuldade, todo lugar eles tem né? Mas é um bairro que que evoluiu muito dos anos setenta pra cá, isso aí evoluiu muito, não veio mais gente pobre, tanto tu não consegue vender peixe na Tapera hoje a não ser limpo. Cadê a pobreza? Quando eu entrei aqui, eu vendia peixe [inaudível], cem quilos, cento e cinquenta quilos de peixe por dia eu vendia, hoje eu não vendo um quilo de peixe, tem semana que eu não vendo um quilo de peixe. Isso aí é lugar de pobre? Não tem, cara, não tem mais pobre. "Ah por que a tapera é pobre!" Ahn-Ahn, se tu entrar aqui pra dentro, assim como eu entrava, né, eu ia levar os rancho aí de carro, era tudo estrada ruim, cara, era uma lameira, a coisa era feia mesmo, mas agora? Oh rapaz, tudo calçadinha, tudo as ruas da Tapera não tem uma rua de estrada de chão, cara, esses becos aí são tudo calçado.

A concepção da não existência de uma vulnerabilidade no bairro na opinião de Aterino, pode ser entendida a partir de um olhar mais atento à sua própria experiência. Até então pudemos evidentemente perceber que sua trajetória de vida foi difícil e marcada pelo trabalho pesado e braçal desde a adolescência. Em sua percepção, o espaço de experiência entre passado e presente agora eram distantes demais, fruto da ação transformadora do progresso, percebido

até mesmo nas ruas e estradas calçadas da distante Tapera. Para entender um pouco mais de seu passado, Aterino narra também sua infância, também dedicada ao trabalho e a pesca e afirma: “não tinha como correr do mar”. Segundo ele:

Aterino: A gente se lembra tudo. Quando era guri pequeno que a gente passou muito trabalho né, então não esquece não. Eu quando comecei a pescar que era guri pequeno, naquela época não existia nem rede, não existia nada, corda não existia, fazia corda de cipó pra puxar rede, tinha seis, sete anos já, deixava de ir para a escola, pra ir pro mar, não estudei.

Vinícius: O senhor não chegou a fazer escola?

Aterino: Não filho, se estudasse, eu morria de fome. Nós tinha que trabalhar pra estudar. E eu era mandrião na escola mesmo. Eu saí no segundo ano, aprendi o básico do básico. Aí depois, no andar da carruagem né, que a gente começou a aprender mais alguma coisa, que tem certos lugares que a gente chega pra trabalhar, não tem nada, então a gente, né, quando era mais novo pegava um livro, tentava ir lendo, né, então eu sei ler o básico, eu sei ler pra mim, ler pros outros não, ler pros outros não dá, eu tenho dificuldade de juntar as letras. A minha filha já tentou duas vezes me botar na sala de aula e eu não tenho nem paciência. Cara, eu não consigo prestar atenção com a professora me falando. Isso não é de agora, desde rapaz pequeno... Meu pai não tava nem aí, a minha mãe sempre dizia "vai pra escola meu filho, vai fazer falta", mas se eu for pra escola quem é que vai botar comida na mesa amanhã? Eu tenho que andar à procura, tirava ostra, tirava berbigão, era no peixe... Tirava berbigão pra vender em pratinho. Aí vendia, era uma merreca, diferente de hoje, hoje um quilo de berbigão é cinquenta pila e não tem (ATERINO, 2021).

A vida de Aterino, mesmo na infância, ainda era o trabalho. A situação de vulnerabilidade não permitia nem que o mesmo tivesse a oportunidade de estudar. Também notei em algumas de suas falas a menção ao pai, que segundo relatou, viveu pouco, bebia e “não estava nem aí” para ele. Perguntei então sobre a relação com a figura paterna e com a pesca. Ele conta:

Vinícius: E aprendia sozinho ou com teu pai aprendeu?

Aterino: Não, rapaz, isso aí foi experiência da vida mesmo. É a experiência do dia a dia né?

Vinícius: Mas quando tu começou a pescar o teu pai não te ensinou nada?

Aterino: Não. É assim ó. O meu pai como era um homem que não ele na época ele pescava só no remo e quando eu comecei a pescar já era motor né? Assim ó ele pescava com nós assim, nós pescava vinte e cinco numa baleeira, ele já não queria nem a polpa da lancha já "ó, pesca na polpa" ele dizia pra mim.

Vinícius: É mais difícil?

Aterino: É que é mais difícil e ele ficava sentadinho na proa só com reminho de voga pra ir levando a lancha junto com a rede e assim, ó, ele não dava opinião, ele conhecia tudo, mas ele não dava opinião de nada, né, nem onde cercar, onde não cercar, sempre foi uma pessoa assim. "Ah tu vai fazer um buraco e vai te ensinar?" Não, não ensina, ele sabia fazer, mas também ensinar ele não ensinava (ATERINO, 2021).

Entendo que por possuir uma trajetória marcada pela dificuldade em todas as instâncias da vida, é compreensível que hoje Aterino enxergue a Tapera de uma maneira mais positiva que a maioria. Ele mesmo conheceu o bairro quando ainda existiam apenas estradas de chão,

mato e estruturas precárias. Ele relata assim a melhora de “cem por cento” em relação a como o local era nos anos de 1990 e 2000, período em que ele descreve ser marcado por “blecautes” e “alagamentos” nas ruas da comunidade. O aspecto diferencial em sua experiência seria a positiva ação do “progresso”, que chegou não só para a Tapera, mas na cidade de Florianópolis como um todo. Para ele, hoje a Tapera é “uma cidade” inteira. A colocação pode ser oportuna para que possamos novamente pensar a comunidade como a cidade dos “outros” de Pesavento (1999). Ele narra:

Vinícius: Florianópolis era muito ligada ao mar, né e hoje em dia não é mais tanto assim né?

Aterino: É, na minha época de guri, mas assim, o progresso vai chegando, que antigamente nós saia daqui de barco, ia embora, chegava lá pra vender o peixe, encostava no cais, aquela coisa precária, peixe sem gelo, que quase não existia gelo e o peixe era né, aquele fedor naquele mercado, que ia longe aquele fedor. Ai o progresso foi chegando, foi evoluindo, hoje tu vai na peixaria dentro do mercado tu nem sente o cheiro de peixe lá dentro. Se visse como era antigamente aí tinha um trapiche aqui assim na frente do mercado, lá fora lá tinha uma ilha chamada Ilha dos Carvão, que era os escoteiros que eram donos, que descarregavam carvão lá e por isso ganhou a Ilha do Carvão, mas os escoteiros que eram donos daquilo lá. Hoje a rodoviária tá em cima daquela ilha. (...) Aí o progresso vai chegando vai melhorando as coisas né... a gente que é velho que viu como era isso aí antigamente, hoje é outra coisa. Pra ir pra cidade era um ônibus de manhã e outro à noite (ATERINO, 2021).

A perspectiva positiva do progresso mostra que apesar de ter demorado, as benesses da modernização talvez tenham alcançado um dos braços que a construíram. A princípio pensei em debater com nosso entrevistado sobre a pobreza e a vulnerabilidade na Tapera, entendidas aqui como produtos da modernidade e do progresso, mas por quê? A narrativa de Aterino é apenas mais uma das diversas narrativas que podemos fazer sobre a Tapera. É, como tenho tentado demonstrar, um lugar marcado pela pluralidade de percepções. Por história boas e ruins. Por dificuldades e por alegrias. A história de Seu Russo, apesar de tudo, é uma história de alegrias, como ele mesmo coloca. É a história de um homem que após muito viver, andar e navegar, encontrou seu lugar na Tapera. E que pôde na comunidade ganhar a vida.

Podemos inferir que mesmo possuindo uma população formada por imigrantes, o bairro da Tapera é ainda marcado por trajetórias como a de Aterino, que demonstram sua relação com a tradição cultural marítima da cidade de Florianópolis. Entretanto, por não possuir valor turístico, toda a herança cultural do bairro colocada nas sociabilidades insulares é deixada de lado pelo poder público em detrimento do bairro vizinho. Ainda assim, essas histórias continuam vivas e circulando como nunca e a Tapera continua tendo seu espaço na vida de todos aqueles deixados de lado pela cidade, como é o caso do Seu Russo. Assim, ele resume a importância da Tapera em sua trajetória: “(...) Foi um lugar que deu pra mim ajeitar meu pé de

meia, como diz o outro. Hoje eu tenho uma renda eu agradeço a Tapera, meu trabalho. Trabalho aí no mar aí porque a gente ainda gosta disso, mas graças a Deus fome não se passa mais.” (ATERINO, 2021). Como não podia ser diferente, Seu Russo termina a entrevista fazendo mais elogios a praia da comunidade e diz: Me diz um refúgio mais bonito que isso aqui na ilha. É difícil” (ATERINO, 2021).

Figura 13 - Seu Russo e a embarcação "Estrela Guia".



Fonte: Acervo do autor

Figura 14 - Seu Russo e a confecção de uma linha da rede de pesca



Fonte: Acervo do autor

4.2 LADUMAU: COLOCANDO “A TAPERA NO MAPA”

Quando pensamos em falas reprimidas é impossível, pelo menos para mim, não pensar no rap. A sua linguagem própria é por excelência a própria fala dos oprimidos. Toda a cultura foi desenvolvida como uma crônica das ruas, das quebradas e de suas diversas trajetórias, experiências e vivências. Essa fórmula é inegavelmente seguida até hoje. A legitimidade de um rapper é totalmente atrelada a sua relação com as ruas e com as vivências de periferia, de pobreza e de outras mazelas sociais. Nesse sentido, é comum ver artistas batalhando e disputando pelo título de “mais real”, ou seja, pelo reconhecimento enquanto o melhor interlocutor dessas falas reprimidas e experiências.

Essa questão é fundamental para entendermos a importância do espaço na cultura do rap. Desde que surgiram na periferia do Bronx, em Nova Iorque, EUA, o rap e o hip-hop, cultura da qual o rap é integrante, passaram por diversas transformações, continuamente renovando-se, questão essa que perdura até os dias atuais. A minha tese em artigo publicado anteriormente, a qual defendo aqui também, é que uma das principais razões das contínuas evoluções é o papel do lugar na organização da cultura (LUZ, 2021). Construído no Brasil a partir da influência estadunidense, a cultura hip-hop no país não foi desenvolvido apenas como cópia da criação estrangeira, mas uma evolução da mesma. Nesse sentido, assim como nos EUA (e em qualquer outro lugar) o rap nacional teve que “lidar com o desafio de inventar sua própria tradição” (TEPERMAN, 2015, p. 64).

O rap aqui criou sua própria história única, suas próprias influências, atores e ídolos. Assim, surgem artistas como Marcelo D2, que desde os anos 1990, trabalham com o rap em conjunto com a musicalidade do Samba (popularmente conhecido enquanto o ritmo musical essencialmente nacional), muito influenciado também pelo som e pela atitude do sambista Bezerra da Silva. Essa confluência de ideias entre os dois rendeu o quinto disco de estúdio do rapper, intitulado “Marcelo D2 Canta: Bezerra da Silva” (2010), além das populares canções: “1967” (1998) e “Desabafo” (2008). Outro rapper conhecido pela fusão com a música popular é Rappin Hood, que em 2005 lançou seu segundo álbum de estúdio “Sujeito Homem 2” com a participação de Jair Rodrigues, Caetano Veloso, Zélia Duncan e Gilberto Gil. Além disso, é comum a prática da releitura de canções populares da MPB por rappers, que são então transformadas em rap, uma delas é “Cálice” de Chico Buarque e Gilberto Gil, regravada pelo rapper Criolo em 2010 e que reatualizou o seu sentido de luta e resistência para os dias atuais.

Esse processo tem também relação inegável com a estruturação da globalização e de formação das identidades culturais na pós-modernidade. Já assinalei anteriormente, por exemplo, o surgimento de culturas e identidades híbridas no período. Essas existem entre dois mundos, duas línguas, duas identidades e são a tradução e a negociação entre elas. Segundo Hall, essas culturas híbridas constituem uma das diversas formas de identidade distintivamente novas produzidas na era da modernidade tardia (HALL, 2006). A formação do rap nacional, aliado ao seu papel na produção de novas pautas sociais para além do nacional, como por exemplo o movimento negro e de mulheres, são sem dúvida nenhuma fenômenos decorrentes da pós-modernidade global.

Nessa dinâmica, tanto nacional, quanto local passaram a dialogar com a cultura global. No caso do rap isso se demonstra, por exemplo, através das tendências regionais, como é o rap produzido no Nordeste, que no que lhe concerne também possui suas diferenças locais. Segundo Ricardo Teperman, em Fortaleza, capital do Ceará, o rap e a cultura hip-hop já possuem suas bases bem instaladas desde o início dos anos 1990 (TEPERMAN, 2015), de forma organizada com os movimentos sociais e com uma forte presença nas rádios comunitárias. Nos anos 2000 o estado foi marcado pelos trabalhos de RAPadura e do grupo Costa a Costa. Enquanto o grupo produzia uma música com diversas confluências com grupos de rap de todo o país, inclusive com muita influência do Racionais MCs, o rapper RAPadura busca sua inspiração musical e estética na cultura e nas tradições culturais e musicais nordestinas. Teperman assinala sobre o músico RAPadura:

Praticamente todas as bases dos seus raps são construídas em cima de ritmos como o baião e o arrasta-pé; são usados dezenas de samples de discos de forró; e a presença de instrumentos como agogô, pandeiro e sanfona é uma constante. Nas letras, o uso de termos marcadamente nordestinos, como “arrochar”, “oxente”, só reforça um discurso que problematiza essa condição “local” e “singular”, sublinhada em títulos como “Maracatu de lá pra cá” e “Norte Nordeste me veste” (TEPERMAN, 2015, p. 91).

Podemos entender que a multiplicidade de cenas e jeitos de fazer e ser rap são explicados pela infinita quantidade de identidades com as quais somos confrontados diariamente através dos sistemas de representação e dos símbolos. Dentro desses sistemas, a música é um deles. Nesse sentido, o lugar e o espaço tem lugar fundamental nesse contexto. Uma das formas pelas quais podemos observar a influência do espaço na formação e na articulação de identidades, sociabilidades e culturas é pelo conceito de cenas musicais. O conceito foi criado inicialmente por Will Straw em 1991 e nos chama atenção para as diversas práticas e experimentos musicais espalhados pela “tessitura da cidade” (GINJO; MORAES, 2018, p. 149). Valorizando uma

abordagem das práticas musicais mais próxima da geografia, por pensar o espaço urbano e da sociologia por pensar as sociabilidade e práticas sociais, o conceito de cenas musicais é fundamental para entender de que forma as experiências relacionadas à música na cidade vão atuar na formação de identidades, de projetos, de modos de ocupar os espaços urbanos e na formação de redes de sociabilidade.¹⁸

Podemos observar um pouco melhor a importância do lugar na cultura do hip-hop quando entendemos, por exemplo, que é comum no contexto cultural do rap nacional a ideia de colocar sua quebrada no “mapa”. Essa cultura tem como base o desejo de fazer ser conhecida a comunidade ou o bairro de onde vem determinado artista, tamanha a influência que estes têm na constituição da identidade de um rapper. Nesse sentido, é normal que rappers, não importa de onde sejam, ou de sua época, façam menções e elogios ao seu lugar de formação pessoal. Nas letras do Racionais MC’s sempre ouvimos sobre o Capão Redondo, em Sabotage ouvimos sobre a favela do Canão, em MV Bill ouvimos sobre a Cidade de Deus, assim como a cena do rap em Belo Horizonte foi colocada no “mapa” em função da música de Djonga, FBC e outros que buscavam esse reconhecimento cultural do lugar de onde vinham, durante a última década. O grupo de rappers LADUMAU, da Tapera, busca da mesma forma, colocar a comunidade no “mapa”.

“Brooklyn Sul, Tapera no mapa”: a música “TPR no Mapa” de autoria do grupo, nos mostra um pouco da influência da Tapera na construção musical e cultural dos seus integrantes, a qual considero fundamental para o entendimento das sociabilidades e experiências reprimidas no bairro. Ela é a tônica do que proponho aqui. A faixa nos demonstra, desse modo, a latente articulação que existe entre lugar, rap, identidades culturais e as falas reprimidas no bairro. Nesse sentido, a música de autoria do grupo versa sobre experiências e vivências enfrentadas na periferia de Florianópolis. Entre elas, a criminalidade, as drogas, a pobreza e a luta pelo dinheiro, temáticas comuns no rap caracteristicamente periférico, como o do Racionais MC’s. Assim, com um ritmo afiado e raivoso, como um protesto, ouvimos em um dos versos: “As esquinas das ruas te mostram sempre o pior/ Só não vê quem não quer a sujeira do mundo real/ A fileira na boca mostra quem se perdeu no pó/ Antigamente isso era comum mas hoje em dia já virou normal/ O sistema mostrando a verdadeira face” (LADUMAU, 2021).

¹⁸ O amplo e fluído conceito de cena musical e a formação de uma cena do rock na cidade de Florianópolis podem ser observados através da dissertação de mestrado do historiador Carlos Eduardo Oliveira, intitulada “CABE ROCK NESSA ILHA? FORMAÇÃO DA CENA DE ROCK EM FLORIANÓPOLIS (1980-1989)” e publicada em 2018.

Em trabalho anterior, investiguei e analisei a existência e a articulação de uma cena musical do rap no bairro da Tapera. Através da análise de produções que retratavam ou foram originadas no local, constatei que a Tapera ocupa uma posição de centralidade na “organização da cena, como um aspecto fundamental na aglutinação tanto estética, quanto social desses grupos e na formação de redes que reúnem todos os integrantes e interessados na cultura” (LUZ, 2021, p. 12). Desse modo, à época averigui a existência de 3 grupos que produziam e movimentavam a cena do rap local, desde pelo menos 2017. Eram eles: Schinaz Crew, grupo de rap que iniciou seus trabalhos em 2019 e tem diversas faixas produzidas pela Tapera Produções; o grupo Smoke Beach que atua desde pelo menos 2018; e a própria Tapera Produções, que criou seu canal no YouTube apenas em 2020, mas é creditada na produção de faixas do Smoke Beach e de integrantes desde 2018. Em 2021 a cena foi expandida pela adição do grupo LADUMAU ao páreo.

A fundamentalidade do espaço já é facilmente percebida na figura do Tapera Produções, grupo que trabalha com a mixagem, masterização e produção de audiovisuais dos artistas da região. Na pesquisa, uma das coisas que mais me chamou a atenção foi a existência no canal do *Youtube* do grupo, veículo pelo qual são publicadas as músicas, a presença de uma série de 8 curtos audiovisuais intitulados “Vivência”. A série de vídeos tinha como característica principal a demonstração da dinâmica cotidiana dos integrantes do grupo e da cena na realização de festas, shows e rodas de *freestyle* no bairro. De forma descontraída nos dão também uma importante testemunha da tônica e da organização da cena. Assim:

Um dos vídeos apresenta um show/batalha de rap realizado no bairro em comemoração ao aniversário de um dos integrantes da cena, WillSom (integrante do Schinaz Crew). O vídeo dá a tônica geral da cena na quebrada. Nele estão presentes os grupos do Smoke Beach, Schinaz Crew e A Quadra, além de alguns outros participantes. Fica claro que em numerosidade os integrantes da cena não são muitos, cerca de 20, mas todos são bastante coesos no que tange a temática das rimas. Não é estranho ouvir várias menções ao bairro, como em gritos de: “é a Tapera!”, ou versos como: “andando nas ruas da Tapera eu encontrei muito mais que o breu”. A dimensão da “vivência” também é marcante como fator que traz a “legitimidade” das ruas e a originalidade do ambiente e da identidade da periferia para o conteúdo dos raps e dos grupos envolvidos (LUZ, 2021, p. 11).

Na análise de outros videoclipes foi importante também a averiguação de uma faixa intitulada “T.P.R” de autoria do grupo A BASE. Intitulada em homenagem à Tapera, a música busca inspiração, novamente, nas vivências da periferia, que conferem legitimidade para a composição do rap e para a organização do estilo e da estética proposta. Em uma das estrofes ouvimos: “pros moleques prosperidade, na Tapera é jogo em casa”, “meu bairro e minhas dores de vida” e uma das rimas, na minha avaliação, mais significativas, em minha opinião: “Perdido

no meu bairro, da Rua do Juca até a Barreira, quantos cairão por besteira? Tô com meu sonho no bloco de notas e a Tapera em ascensão, acendendo uma luz em meio a escuridão.” (ABASE, 2018).

Na presente pesquisa, de modo a expandir ainda mais os conhecimentos a respeito da Tapera e de sua cena do rap, tive a oportunidade de frequentar uma das reuniões do grupo LADUMAU e lá conduzir uma entrevista com seus integrantes. Realizada com uma espécie de aspecto antropológico, pude na observação participante da reunião (e posterior confraternização) do grupo, investigar e entender um pouco mais sobre as aspirações, inspirações e trajetórias pessoais de cada um de seus integrantes, bem como outros aspectos do cotidiano local.

O grupo é formado por 4 membros, Matheus Camilo, de 28 anos e natural de Aparecida, Goiás; Eduardo F. de 26 anos e natural de Florianópolis, SC; Matheus L., de 19 anos e natural de Florianópolis, SC; e Erick, de 20 anos e natural de Florianópolis, SC. A reunião, realizada na casa de Matheus Camilo, na Tapera, também tinha a presença de Larissa, companheira de Eduardo e que colabora com a produção do grupo; e Sandra, companheira de Matheus, bem como seus 2 filhos. Inicialmente, quando cheguei ao local da reunião os integrantes estavam conversando e trocando ideias sobre a gravação de um videoclipe para a faixa “Esgrima”, que já havia sido gravada, porém, ainda não divulgada. Foi interessante observar o conhecimento que os mesmos tem sobre gravação, com o auxílio de Larissa, que é fotógrafa e sempre faz os vídeos do grupo. Discutindo sobre plano sequência e compartilhando ideias sobre, era evidente que buscava-se a construção de uma obra que demonstrasse a crueldade e dificuldade das experiências na periferia. Nesse sentido, o grupo discutia o planejamento de uma tomada que mostrasse a violência de uma abordagem policial. Outra ideia tinha como objetivo mostrar o lugar de trabalho deles, a própria casa de Matheus, onde as músicas são gravadas. Entretanto, o ponto principal é o reconhecimento de que todos eles entendem que o videoclipe é um produto tão importante em si quanto a música, ou seja, que a produção musical envolve outros fatores e questões estéticas extramusicais. Assim, essas questões também são importantes para uma análise completa do objeto cultural proposto.

Após alguns drinques e discussões sobre o videoclipe, os integrantes estavam prontos para a entrevista, que foi realizada ao lado do computador e microfone onde são gravadas e produzidas as músicas do grupo, nada mais simbólico que isso. Era nítida a animação de todos com o depoimento, encarado como um passo a mais em suas pretensões de vida, bem como uma oportunidade de expandirem e divulgarem mais seu trabalho, o que realmente não deixa de ser verdade. No mesmo cômodo em que foi realizada a entrevista, Sandra preparava batatas-

fritas para os filhos, que estavam jogando videogame no cômodo ao lado. A entrevista durou cerca de uma hora e nela foram abordados temas como a trajetórias dos integrantes, seu encontro, aspirações, pandemia, política e futuras esperanças.

Figura 15 - Local onde é realizada a produção do LADUMAU



Fonte: Acervo do autor

Começando com as trajetórias pessoais de cada um, o primeiro a falar foi Eduardo, ou como é conhecido por todos: Dudu. Com 26 anos, Dudu é autônomo e tem uma barbearia na região há pouco mais de 4 anos, a qual divide com Matheus L. atualmente. Inicialmente, a fala é marcada pela identificação com a Tapera e por um desejo de legitimar a sua empreitada no rap como uma atividade honrosa e quase altruísta, ou seja, movida por interesses que não o dinheiro. Esse é um comportamento também observado nas falas de outros integrantes até o final da entrevista. Sobre si mesmo, ele fala:

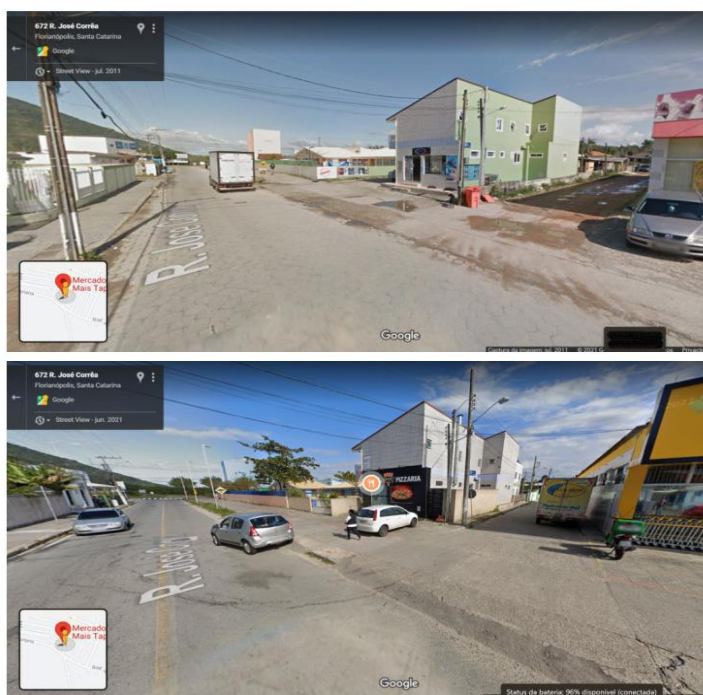
Meu nome é Eduardo Fermino, todo mundo me chama de Dudu, de Du e pô a minha trajetória na minha vida, ela é muito doida, mas é minha vida. E pô eu sou criado na Tapera, sou cria desse bairro, mesmo que alguns não aceite, eu sou cria desse bairro, eu posso dizer que eu sou cria e pô a Tapera, mesmo quando eu saí dela, ela sempre teve em mim, véio. Eu sou daqui, tá ligado, sempre vou ter uma parte muito forte minha nesse bairro sacou? Porque pô, eu andava nessa rua aqui, a rua do Juca não tinha nem asfalto, não tinha nada véi, a vala aberta, tudo... (EDUARDO F., 2021).

Nas falas foi comum o uso do adjetivo “cria” para referir-se a si mesmo. A explicação é encontrada em outras referências da cultura hip-hop e do funk, onde os MC’s usam o termo

como forma de legitimação enquanto moradores de periferia. Ser morador de periferia, nesses casos, é motivo de orgulho e positividade. Todos ali consideram-se e se chamam reciprocamente de “crias”. A trajetória de vida “doida” também colabora para a legitimação enquanto “cria” em função das vivências relacionadas à rua e à periferia. Assim como na entrevista com Maria, a identidade aqui é construída na relação do ser e residir, o que observamos, entretanto, é que a identidade de “cria” ou de taperense, só existe em oposição a do manezinho. Uma é hegemônica e a outra reprimida.

Observamos nesse caso uma forte identificação com o bairro, marcada pelo tempo que passou nele e pela observação das mudanças estruturais que a localidade passou, como já pudemos observar ao longo do último capítulo. A Rua do Juca, principal via do bairro, era marcada até a década de 2010 por uma longa vala de esgoto a céu aberto, de quase 800 metros, que perpassava a via, como já trouxemos anteriormente. Em reportagem de 2006 observamos reclamações de moradores, que relatam a situação de insalubridade da região, onde lixo e esgoto se misturavam. A situação era agravada em fortes chuvas, quando a água do esgoto escoava para as casas da rodovia e deixava os moradores a mercê de doenças.¹⁹ Em 2010 a vala foi tampada, mas a rua permaneceu em péssima situação até 2019, quando foi finalmente asfaltada.

Figura 16 - Comparação entre trechos da Rua do Juca, 2011 e 2021.



¹⁹ Na Tapera, esgoto corre em vala de quase 800 metros. 2006. Disponível em: <https://floripamanha.org/2006/09/na-tapera-esgoto-corre-em-vala-de-quase-800-metros/> Acesso em: 12/11/2021.

Fonte: Google Street View

Entre os motivos para fazer rap (e ser rap), Dudu assinala a vontade de ser eternizado como exemplo para os futuros filhos. A sua música seria, nesse sentido, uma representação fiel do que ele foi em vida, do que pensava e de como agia, muito mais do que uma tendência de momento ou opção financeira. A preocupação com uma determinada “pureza” em suas ações é marcante no discurso, provavelmente em função da legitimidade conferida pela mesma àqueles que buscam retratar e serem porta-vozes da periferia. Nesse sentido, Eduardo demonstra a vontade de fazer rap para desempenhar esse papel na Tapera:

E, pô, pra dar voz pro meu bairro, mano, pra tentar mostrar pras criança que elas não tem tipo, ou opção de ser um caixa dum mercado por exemplo, ou trabalhar numa loja vendendo roupa ou senão cai na vida errada, tá ligado, ou trabalhar nos dois ao mesmo tempo, que tipo porra mano, como eu tenho a Japa de exemplo, ela fez a propaganda do joguinho do *Free Fire*, mano, é um jogo tipo todo mundo conhece o *Free Fire* e ela é da Tapera, ela é da quebrada e ela saiu daqui pra aparecer num jogo que aparece no Brasil inteiro e eu acho que até fora do Brasil. Então eu quero tipo com meu som e com a Japa e com meus amigos e com a nossa correria junto mostrar que, mano, a gente está aqui, onde as vezes as coisas parecem ser mais difícil, mas a gente pode chegar onde a gente quiser, tá ligado? (EDUARDO F., 2021).

Fazer rap, para Dudu, é ser exemplo de que existe mais na vida do que o salário mínimo ou o trabalho precarizado, marcas econômicas da vida nas periferias. Ou até mesmo a associação com o crime, a qual trabalharemos posteriormente. Desse modo, ele ressalta também a atitude considerada exemplar da parte de sua companheira, Larissa (Japa), que havia participado recentemente da produção de uma propaganda para um popular jogo eletrônico e assim, por consequência, dado visibilidade para a comunidade da Tapera. A concepção veiculada nos discursos é que vencer individualmente é o mesmo que vencer coletivamente. Nesse sentido, é muito interessante também o uso da palavra “correria” no trecho citado e em outros da entrevista. O termo também é usado com o objetivo de demonstrar o esforço pessoal colocado nas trajetórias cotidianas das pessoas na periferia, exposta no “estar aqui onde as vezes as coisas parecem ser mais difícil [sic]”, ressaltando também a ligação direta com a rua que existe nessas experiências. A ligação íntima com a rua, me parece ser o fator principal de identificação e agrupamento das experiências nessa cultura. Todas as principais sociabilidades da periferia, como pudemos observar também no capítulo anterior, tomam lugar na rua e em todas as dinâmicas sociais e culturais que se formam a partir dela.

É muito marcante também a importância que o rap possui em organizar e articular essas vivências no discurso dos integrantes. Dudu traz: “Eu vi o Mano Brown, por exemplo,

Sabotage, como vários ensinamentos que às vezes eu não tinha dentro da minha casa, porque era só mulher tá ligado e ali não tem massagem, ou tu aprende, ou tu aprende, tá ligado e tipo é rap mano, eu aprendi isso com o rap tá ligado”. Nesse caso, fazer rap é dar prosseguimento ao processo que foi iniciado com ouvir rap. A música faz parte íntima das sociabilidades e experiências colocadas nesses sujeitos. Assim entendemos melhor a influência que certos discursos tem em suas falas, por exemplo, os discursos ligados à honra, abdicação de dinheiro, senso de comunidade e de ligação com a rua. Todas essas questões estão colocadas de forma intrincada com a cultura do rap e viram prática com os integrantes do grupo e da cena musical como um todo.

O segundo a falar foi Matheus Camilo. A história e a trajetória dele são sem dúvida nenhuma uma das mais interessantes que já ouvi. Natural de Goiás, Matheus, ou como é chamado pelos colegas, Kalashi, já estabelece desde o início uma conexão com sua quebrada de origem, a Rua São Joaquim, na cidade de Anápolis - GO. Pude perceber que a rua também estava gravada em uma das paredes da casa, próxima a vários desenhos e inscrições pessoais do grupo. Matheus imediatamente reconhece-se enquanto “cria” de uma determinada quebrada, é como pudemos observar anteriormente, parte fundamental das identidades estabelecidas dentro desse contexto cultural. Sobre sua trajetória, repleta de idas e vindas, Matheus fala:

Joguei bola né, era jogador, larguei de jogar bola, aí fui fazer correria, né daí correria, né droga e tráfico e cadeia e tiro e, tá ligado, e hospital. Depois que fui acordar pra vida tá ligado, depois de várias coisa que aconteceu, que aí chegou no ponto que era ou muda de vez, pá, tá ligado, e eu fui nessa aqui né, eu falei assim: "véi eu fiz um monte de coisa né, tá, creio eu que eu já paguei, tô pagando né, pelo que eu fiz né, agora eu vou correr atrás e fazer tudo certo né, pra ver de qual que é mesmo né, pra ver se funciona mesmo né, pra ver se é isso aí". Graças a Deus eu tive ainda essa cabeça, ainda tive que parar um pouco e falar assim pá né, graças a minha família né, a minha mulher aqui hoje com meu filho, com meus filhos, tá ligado? Porque se eu não tivesse nem minha mulher, nem meus filhos, eu estava naquela vida até hoje tá ligado? Porque ali da onde nós morava também né, já era todo mundo envolvido, né velho? (MATHEUS C., 2021).

A correria, no caso de Matheus, adquire o aspecto do envolvimento com o tráfico de drogas e a criminalidade. Esse momento de sua trajetória, que o entrevistado narra com pesar, é entretanto, como vemos no seu depoimento, uma coisa comum no lugar de onde veio. Todos com quem andava eram “envolvidos”. Apesar disso, ele admite que não se envolveu com o crime por obrigação, mas por escolha própria. Afirmar então:

Se for pensar por mim mesmo eu não tinha entrado nisso aí, mas foi aquilo né, a rua, a vida, né, todo mundo fazia aquilo ali, as amizade (...) porque exemplo que nós puxava era quem que nós via o dia inteiro, né véi, que era os cara vendendo droga, né véio. Meu

pai não morava comigo, meu vô trabalhava no salão de cabeleireiro o dia inteiro, minha vô saía pra fazer faxina. (MATHEUS C., 2021)

Segundo o relato, o lugar em que estava e a falta de uma estrutura familiar mais consolidada foram fatores determinantes para seu envolvimento com a criminalidade, assim como é na trajetória de vida de milhares de jovens em todo o nosso país. Segundo o entrevistado, os únicos exemplos de sucesso que existiam em sua quebrada eram o de criminosos, que com o dinheiro do crime podiam ter um estatuto superior na localidade. Já discutimos na obra de Norbert Elias a importância do *status* na organização das sociabilidades na cidade, por isso não é difícil conceber a influência que esse fator exerce na organização social de determinadas localidades. Nesse sentido, Matheus coloca: “vi os cara vendendo, né, vi os cara comprando moto, pá, o cara com arma e tal, falei ‘é aquilo ali, né velho, vamos naquela ali, né?’.” Entretanto, após o envolvimento com crime, ele relata o preço que a rua lhe cobrou:

A rua me cobrou nessa questão, né? A rua me deu muito, mas também cobrou né velho, tirou também, né véi, tirou né, me atirou né, tentou me levar, mas isso aí é consequência, né. Aquilo que eu falei né: cada semente que você planta ali, você vai colher ali mesmo, o que você faz aqui mesmo, cê vai pagar véi, isso aí, véi, não está escrito atoa, isso não é um ditado atoa, tá ligado isso aí é a pura verdade, tá ligado, é a pura realidade, o que você faz aqui, véi, você vai apagar aqui. Pra algumas pessoas, véi, pode demorar, aí a pessoa fica naquela "não que isso aqui nunca vai chegar". Uma hora a vai vim a cobrança, tá ligado? Graças a Deus pra mim foi rápido, tá ligado? Pra mim já foi fiz aqui, fiz ali, já tomei os prejuízos tudo, já falei, pra mim, véi, o último que passou pra mim foi os cuzão tentar me matar, tá ligado? Aquele ali pra mim foi o fim, né? Eu falei "porra, já recebi tudo, tá ligado? Não é possível, né? Vamos ver, se eu estou vivo aqui hoje, é porque alguma coisa eu tenho que fazer. Outra chance eu estou tendo, outra chance, tá ligado, outra chance eu tenho, então vou fazer diferente pra ver de qual, tá ligado?". Aí foi, né véi? (MATHEUS C., 2021)

A rua dá, a rua tira. Após quase morrer em função de um atentado contra sua vida, Matheus foi obrigado a “correr” pelo certo. Por sua família, mas também pelo rap, conseguiu tomar um caminho melhor e pagar pelos seus erros, mesmo assim não deixa de exaltar e lembrar da rua de onde veio e das experiências que ali teve. A questão da cobrança da rua é também colocada em uma das músicas do grupo, intitulada “a rua te cobra”. Assim, ele completa:

Por isso nas minhas letra hoje, tá ligado? Eu toda vez que eu posto, tá ligado? Toda vez que dali eu lembro do lugar onde que eu vim, tá ligado? Eu lembro os meus amigos, tá ligado? Cito o nome de alguns, tá ligado? E assim, se não fosse eu fazer rap também véi, tava fodidão mesmo, véi, tava fodido (...) Quem não gostar, não gostou, mas vai ter gente que vai gostar, vai se identificar com aquilo ali, como você se identifica com o som de outra pessoa, tá ligado? Aí vai ter pessoa pra se identificar com aquilo ali, só tem que ver, tá ligado? E o rap, velho, o rap, o meu objetivo no rap, tá ligado, é alcançar o máximo de pessoa que eu puder, tá ligado, cantando minha vivência, tá ligado, cantando o que eu vivi, tá ligado, pra que algum menor possa pular

fora daquilo ali, tá ligado, porque eu vivi tudo que eu canto, tá ligado? (MATHEUS C., 2021)

Ouvir rap foi um exemplo para Matheus, que agora busca dar o exemplo também através da música. Falar de sua rua, de sua quebrada e suas vivências é para ele o exemplo necessário para aqueles que se encontram na mesma situação, saírem. A identificação e a formação de identidades baseadas nessas experiências é central nesse processo. É, nesse sentido, um processo tanto particular na periferia de Florianópolis, quanto geral em todas as periferias do Brasil. Todas as periferias compartilham dessas experiências e de determinadas sociabilidades que são marcantes para o processo de formação das identidades de seus moradores. Essas são identidades inevitavelmente marcadas pela suburbanidade. Entre outras coisas, o entrevistado relata também sua revolta contra o sistema, organizada através do rap:

Porque o sistema joga contra a galera mesmo, a favela mesmo, véi, tira as oportunidade tudo, o sistema tora, eu vivi isso, eu fiquei um ano depois que eu saí da cadeia, eu fiquei mais de ano procurando serviço, daí ia de um lado pro outro, de um lado pro outro, passava em teste, passava em altas parada de trampo, puxava a fica e "ô, não dá". Eu passei por isso aí, tá ligado, eu tô ligado qual que é. O sistema joga pra você voltar a fazer aquilo ali, velho, pra você acabar preso de novo ou morto, tá ligado? Então é tenso, véi, mas o rap aí, o rap veio pra tá ligado, contraria tudo né véi. Contraria tudo. O sistema queria o cara fodido lá, o rap já vem com as ideia diferente, né, já ajuda. Mano eu vou cantar aqui, tá ligado, quem eu puder alcançar, eu vou alcançar, nada vai me parar, tá ligado? Eu vou trabalhar, seguir do jeito que tô trabalhando, se algum dia virar alguma coisa de trabalhar só com o rap, glória a Deus, mas se não virar também assim, véi, as poucas pessoa, ou muitas pessoa assim que nós conseguir alcançar, mesmo se nós tiver cinquenta lançando som e a galera de verdade que curte mesmo e tiver curtindo, pra mim tá de boa, tá ligado? (MATHEUS C., 2021).

O rap é o grito contra o sistema daqueles mais afetados por sua dinâmica cruel com as periferias e favelas do país (e do mundo). Especialmente como ex-presidiário, Matheus sente isso na pele melhor do que eu jamais poderia descrever aqui, porém, é uma raiva evidentemente palpável. O que observamos no discurso dele é a prática da revolta popular. É, como na fala de Dudu, querer mais para as pessoas da periferia. Nesse sentido, ele descreve sua vinda para Florianópolis com esse fim. Vindo em função do apoio de colegas do rap que buscavam a vida e sonho na cidade, a Tapera tem sido sua casa desde então. Ele descreve um pouco de sua mudança de casa, e de vida:

Do dia que nós chegou aqui na Tapera, dia dois de abril de dois mil e dezenove e desde isso daí, nós está aqui até hoje e nós não pensa nem em sair. Minha vida mudou demais, véi, por isso que hoje eu falo pra você, moço, se você tem fé em alguma coisa, tá ligado, que o bagulho vai dar certo mesmo e quanto mais você faz as parada, véi, certo, véi, o certo vai vim pra você. É tipo Thiago, véi, Thiago, escuto muito Thiago, véi, que o cara é tenso demais. Tem um som dele "lei da sementeira", tá

ligado, uma parte que ele fala na música, véi, tá ligado, não importa, o que que você vai plantar é a lei, véi, você vai plantar aqui, véi, você vai colher aqui, véi. Se você plantar umas parada ruim, véi, você vai colher umas parada, ruim, né véi, e se você plantar as parada boa, você colhe as parada boa, e quem plantou muita coisa ruim, tem nada perdido ainda, tá ligado? Ainda tem muito tempo, véi, do cara mudar aquela sementeira dele ali e começar a semear coisa boa, tá ligado? (MATHEUS C., 2021).

Assim que perguntei se Matheus sentia que havia conseguido de fato “semear” coisas boas, Dudu intercedeu e afirmou que sim no seu lugar. Ele disse:

Ele que hoje me botou no rap, pô, eu só faço música hoje por causa dele, pô. Ele que falou pra mim "Ô Du, tu vai vim gravar um som comigo". Eu gravei meu primeiro som com ele, por causa dele que eu faço som hoje mano, se ele queria fazer coisa boa, parabéns tu já mudou a vida de um (EDUARDO F., 2021).

É muito interessante esse senso e coletividade e solidariedade colocado nessas relações. Logo após afirmar isso, Matheus L. apontou para o fato de que Dudu, por sua vez, também havia o colocado no rap. E Erick afirmou o mesmo. O rap, a rua, o “corre”, como podemos observar, nunca é feito individualmente, mas quase sempre coletivamente. Esse mesmo senso de coletividade, de formação de redes de contato e de formação de identidades é também o indicador da existência de uma cena musical própria. O depoimento de Matheus L. nos dá um indicio maior dessas relações:

Moro aqui desde pequeno, desde cedo, que nem o Du falou ali, sou cria também nessa porra. E aí tá ligado né? Os cara também me botou no rap, com a mesma fita, não foi só uma vida que mudou, foi duas e tá ligado, olhava os cara fazer, sentia vontade também, não sabia fazer o bagulho daí pensava "porra se os cara faz, eu também vou fazer, né também sei fazer o bagulho, todo mundo é ser humano, tem a mesma capacidade, tá ligado? Porra, não vou ficar parado, não vou ficar pra trás não, vou fazer o bagulho também e teve incentivo também né, incentivo da parte deles, ajuda pra caralho, é massa pra caralho (...) é isso aí, também graças aos cara sempre procuro só falar a real, tá ligado, não falar qualquer coisa nas músicas, não falar um monte de lorota, só fala o que eu vivo, minha vivência, o que eu vivo, que eu já vivi... (MATHEUS L., 2021).

Erick, ou Maninho, também confirma a influência do colega na decisão de fazer rap e falar sobre sua vivência:

Aí que a visão mudou totalmente né, cara, daí pra frente foi só Rap, só escutava rap fui estudar mais sobre, pesquisar como os artistas escreviam a música, pá parte da escrita, a poesia e desde menor fui escrevendo, mas nunca mostrava pra ninguém né, aquela parte tímida que o cara, mas sempre escrevia pá e não mostrava pra ninguém só fazia as pedrada sozinho. Até o dia que também eu mostrei pro Dudu uma letra minha, lá na casa do meu primo, ele falou que a gente tinha que gravar, botar esse som pra frente e eu sempre naquela insegurança né, se vai ou não vai, será que eu sou bom o suficiente se pra fazer e até que várias pessoas falando a mesma coisa sabe: "bota o

som pra frente, pá, faz a parada acontecer" e a gente está seguindo aí, até hoje agora e estamos continuando e vamos continuar (ERICK, 2021).

Assim, a partir da formulação de relações sociais e culturais com o rap, foi formado o grupo LADUMAU. Matheus, que já tinha uma relação anterior com a cena da Tapera, descrita anteriormente, praticamente a abandonou e passou a focar no novo grupo. Ele parece ser o centro de gravidade do coletivo, uma vez que organizou o interesse de Dudu e esse dos outros integrantes. Matheus, além disso, também produz as músicas e possui os equipamentos necessários para a tarefa em sua casa. Não por coincidência a reunião foi realizada também em sua residência. Não quero dizer que essa “liderança” exista de fato, mas em questão de relações, ela parece estar colocada. Independente disso, o clima maior é de colaboração e de solidariedade. A própria inspiração para as composições se aproveita disso, como coloca Matheus L., ou Matheuzinho:

Que nem eu tinha falado comentado antes também, da rapaziada, dos meus amigos, quem convive comigo, as ideia que eu escuto, que eu vejo. E também das coisas que eu vejo, né? Que nem eu falei, vivência, né? Escreve o que o cara viu, que o cara já viveu, tá ligado? Às vezes até que o almeja e aí as inspirações também que o cara quer o que o cara almeja né? (MATHEUS L., 2021)

A questão com a responsabilidade com o que é falado nas músicas é evidente. O grupo ressalta a importância de não falarem sobre as coisas que não possuem, como carros ou riqueza e especialmente a fundamentalidade de não falar sobre as coisas que não viveram. O aspecto da legitimidade na vivência e o “código de honra” implícito nessas relações parecem centrais nas falas. Nesse sentido, quando discutimos a questão das falas sobre riqueza no rap, surgiu naturalmente, o tópico sobre a cidade de Florianópolis. Marcada pela sua riqueza, qualidade de vida e potencial turístico internacional, é evidente que a cidade é cruel para com aqueles da periferia, como já vimos anteriormente. Para os membros do grupo, vencer na vida seria ter pelo menos uma pequena fatia de toda a riqueza com a qual é propagandeada a cidade. Vencer, estar no “topo”, seria:

Pra mim, pra mim, eu boto fé que pros meus camaradas também seja, eu ter uma casa confortável pra minha família, não digo nem pra mim, mano, pra minha família, meus filhos, pra minha mãe, pra quem, pra minha família. Confortável. Uma casa que eles não conseguiram ter trabalhando das sete da manhã às seis da tarde, às oito da noite, igual todo trabalhador tem que fazer. Porque pra nós conseguir uma casa hoje tá foda... Daí virar vagabundo, é errado, vender droga é errado, mas né enfim, trabalhando honestamente pra gente comprar um terreno hoje, em Florianópolis pelo menos, pra tu comprar um terreno em Florianópolis sem uma casa hoje, mano, tu tem que ter um dinheiro bem legal, tá? E o pior de tudo é que a gente é cria de Florianópolis e a gente não tem condição de comprar um terreno na cidade que a gente cresceu. Isso é o mais

merda de tudo, tá ligado? Mas né? Enfim, é o que a gente tem hoje, né? Não podemos negar. (EDUARDO F., 2021)

Ter pouco, ou quase nada, é especialmente revoltante em Florianópolis. Ser cria da cidade e não poder comprar um terreno para viver confortavelmente em função da especulação imobiliária que atinge a cidade, é revoltante. Eduardo fala nesse sentido sobre sua mãe, caixa de um mercado na região, que viveu a vida toda na cidade morando de aluguel sem uma casa própria, fato que agora ele busca mudar através do trabalho autônomo e com o rap. Essa é a realidade colocada nas periferias da cidade para aqueles que trabalham das 7 da manhã às 18h da tarde. O rap, para os integrantes do grupo representa a melhor chance que possuem de uma vida melhor para si mesmos e para a família, sem ser o crime, que para muitos é a única solução. Essa revolta aparece na música “Desculpa ter Vindo”, de autoria do grupo, na qual versam: “se o pobre recebesse pelo valor que tem, na minha quebrada ninguém mais traficava.” Eles trazem ressaltando também o senso de solidariedade que parece ser característico na periferia:

Porque tu pode fazer muita coisa boa com dinheiro (...) posso fazer uma festa de Natal no meu bairro, posso fazer uma festa de dia das crianças no meu bairro, posso fazer uma festa de Natal e convidar meus amigos, minha família e dar presente pra todo mundo, fazer uma ceia pra minha família, dar uma melhoria pra quem tá próximo de mim. Se o camarada precisa de uma merreca pra engrenar naquele sonho que ele tem de ter uma profissão autônoma, mas ele não tem o dinheiro pra investir naquilo, eu tenho, mano, vai, tá ligado, eu queria ter dinheiro pra isso mano, eu não queria ter dinheiro pra ir pra balada, pra gastar em coisa cara... Mas a minha inspiração de fazer rap é mostrar pras pessoas que elas são muito foda da maneira que elas são, sacou? É, é mais ou menos isso. Não faço por dinheiro. Se vier o dinheiro, graças a Deus que veio, mas não faço por isso, velho. E eu acho que o rap é tu salvar uma vida, tu mostrar que tu tem mais de uma opção. Rap é o teu dia a dia, a tua vida é um rap. E vivência né? Só tem que usar saber usar o que tu tá vendo. (EDUARDO F., 2021)

Falando sobre Florianópolis, Matheus, revela que conhecia muito a cena da cidade, mesmo antes de se mudar para a região e reconhece que muito do que é feito de rap aqui reproduz o *status* de luxuosidade e beleza da cidade, porém, que a localidade não pode ser reconhecida apenas por isso. Ele diz:

Mas e a galera véi, não pode ver Florianópolis só com aquilo ali, velho, vivência de playboy, praia, magnata... Mano, é Florianópolis, tem uns lugar massa né, véi, tem uns lugar de burguês, de playboy, tá ligado, tem uns lugar doido, né, véi, de gente com mais poder aquisitivo, mas também tem as quebradas, véi, tem os morros, (Dudu: é a grande maioria), tem o pessoal mais desfavorecido, tá ligado? Pessoal que faz uma casa de madeira ali na invasão porque não tem como pagar aluguel, não tem como, tá ligado? Tem o pessoal que faz um gato na energia, faz um gato na água, tem a galera que vive isso aí, tá ligado? (MATHEUS C., 2021)

O reconhecimento de Florianópolis enquanto sua realidade de morros, quebradas, invasões - com detalhe para nomenclatura utilizada por Matheus, ao invés de ocupações - e ilegalidades é fundamental. A maioria das pessoas da cidade inevitavelmente vive essa realidade, apesar do interesse da hegemonia de esconder isso. Quem é de periferia reconhece que as falas reprimidas, são as falas da maioria, como pudemos observar pela intervenção de Eduardo no meio da fala de Matheus. É a grande maioria! Nesse sentido, me parece que a tentativa de retratar e falar sobre a Tapera nas músicas, “botar a Tapera no mapa” como trazem durante a entrevista, é a tentativa de desvelar essa Florianópolis com a qual têm contato diariamente. Eduardo nesse sentido revela: “A gente tá cantando pra mostrar que aqui não tem isso que estão falando da gente, não é isso, tá ligado? A galera acha demais, a galera acha que é verdade...”. Assim, comentando a respeito do *status* que a Tapera ocupa nas falas hegemônicas da cidade, Matheus narra um de seus primeiros contatos com as narrativas estigmatizadoras da comunidade:

Você fala pra uma pessoa que você é da Tapera, pá, um dia eu fui, bem quando eu cheguei, véi, eu fui lá pro Norte da Ilha vender salgado lá, pá, naquela correria de levantar um dinheiro, né, que tinha recém chegado aqui em Florianópolis, três anos atrás dois anos e meio atrás, fui vendendo salgado, ofereci pros cara no carro e eles: "de onde cê é, véio?", eu falei: "lá da Tapera, pô"... Pensei que os cara ia me espancar, velho, os cara parou olhou assim, pá, "você é lá da Tapera?" e "eu sou, véio, eu vim lá de Goiás, véi, tô aqui tem uma semana véi", "ah, então você não mora lá faz tempo não?", "não véi, cheguei lá agora", "não, não, então tá de boa"... Mano eu pensei que os cara ia me espancar, tá ligado, porque que eu falei que eu morava aqui. (MATHEUS C., 2021)

O Norte da Ilha, apesar de ser lar de algumas quebradas, é majoritariamente reduto de habitação e turismo das camadas mais abastadas da elite florianopolitana. É, portanto, a região mais visitada e desenvolvida economicamente na temporada turística. Em sua fala Matheus descreve certa oportunidade em que, recém-chegado na cidade, foi hostilizado enquanto vendia salgados na região ao revelar que morava na Tapera. A hostilidade sem dúvidas nenhuma foi resultado das falas que buscam invisibilizar e reprimir os moradores da comunidade. Falas que encontram espaço em jornais, em *memes* e apesar de se darem no campo cultural, acabam ultimamente gerando situações de hostilidade, ódio de classe e preconceito social como o relatado por Matheus. A situação relatada por ele, entretanto, é a mesma de centenas e centenas de imigrantes que se mudam para a Tapera buscando oportunidades de emprego no verão. Quantos mais desses não devem ter passado por situações iguais ou piores?

Esse contexto de separação social, cultural e urbana tem inegavelmente sido cada vez mais acentuado em função da pandemia de COVID-19, que junto com a ineficácia do governo

federal no campo econômico e social, foi responsável pelo aumento da inflação, da miséria e da fome no país. Um pouco desse contexto também foi comentado na conversa, principalmente enquanto motivo de frustração e inspiração para escrever. Matheus Camilo relata:

Inspiração, frustração, da frustração cê já tira as palavra do desespero ali, dos momento, cê vê o cara fazendo um monte de merda e pá e trem, é loucura né, velho, esse trem de fazer rap, cê tendo vivência, sabendo como que é que o país é governado, véi... Então se eu vendo aquilo ali tudo que está acontecendo, velho, várias família passando fome (...) dá vontade de falar só disso né, véi, tem que desviar, eu procuro desviar um pouco, tá ligado, eu falo algumas parada, mas eu procuro mais, tá ligado, eu não procuro nem estar ocupando minha cabeça com isso aí, véi, porque isso aí, esses dias pra trás eu procurei ocupar minha cabeça com isso, fui ver umas parada aí, véi, já vendo a cena de criança buscando pedaço de osso dentro de caminhão, véi, o povo na fila, véio, pra pegar osso... fila do osso... (MATHEUS C., 2021)

Comentando sobre a fome e a situação de milhares de brasileiros, na falta de comida, tem frequentado filas de doação e venda de ossos²⁰, Matheus descreve a revolta que isso o causa. Nesse sentido, a pandemia também afetou os membros do grupo pessoalmente. Dudu e Matheus L. quase perderam a barbeariam onde trabalham, Matheus teve que receber doações de cestas básicas do vizinho, além de ficar um período sem trabalhar na obra em que estava. Eles comentam sobre o período, com uma dose de revolta para com o governo Federal:

Eduardo: Um botijão de gás, hoje, hoje está cento e quinze reais, uma energia e uma água junto dá no mínimo uns trezentos reais no mínimo e eu moro de aluguel e pago seiscentos, oitocentos reais. Eu vou traficar... Se eu traficar, roubar, eu estou errado, mas e se eu morrer de fome? Eu estou errado também? O que que eu faço, Bolsonaro, filho da puta?

Matheus: O gás tá valendo cento e quinze conto, véi, eles ainda pagavam seiscentos, agora o gás hoje tá valendo cento e quinze conto e ele tá pagando o que? Pagando duzentos pila, né? E o Bolsa Família ó [sinal de acabou]. Agora é o Auxílio Brasil, né? Agora ele tirou o Bolsa Família, mas o agora o que ele vai dar novo tem um prazo... (EDUARDO F.; MATHEUS C., 2021).

Matheus ainda completa, comentando novamente sobre o governo e sobre uma espécie de “guerra de classes” desvelada durante a pandemia:

Mano, a pandemia afetou a classe baixa tudo, véi, classe média, baixa, tudo, a pandemia só não afetou a classe alta, velho, só isso, porque quem tem classe alta pode ficar quanto tempo quiser lá, preso dentro do apartamento, preso dentro de uma casa lá comendo do bom e do melhor. Agora a classe que tem que trabalhar é praticamente obrigado a trabalhar, véi, porque senão passa fome, porque senão não tem como pagar aluguel, véi, aí essa classe sim sofreu, véi, pobre sofreu de verdade, ainda está sofrendo véi e Deus que não queira isso, velho, mas vai sofrer muito mais, vai sofrer mais ainda, tem muita provação pra vim ainda, velho, até acabar esse governo. Virar

²⁰ Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. 25/07/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>> Acesso em: 14/11/2021

esse ano aí, renovar essa parada aí, pra ver o que vai dar mais pra frente né, véi porque nunca pode perder a esperança, né véi (MATHEUS C., 2021)

Foi muito interessante perceber essa noção de conflito e de revolta de classes no discurso. Mas principal, foi a percepção de que existe algo na força do rap e das classes baixas para esperar o melhor, para nunca perder a esperança e para lutar. Nesse sentido, aqui cabe um apontamento feito por eles. O de que a música do grupo pode atuar enquanto um instrumento de libertação daqueles que se sentem presos ou oprimidos por algo. A fala reprimida para libertar as falas reprimidas:

(...) Entra na mente de alguma forma, tá ligado? Nem que entra na mente dos cara, os cara falar: "nossa, esse som é doido aqui, eu quero trocar porrada com alguém". Vai lá, tá ligado? "Esse homem é doido, eu vou pular aqui igual doido", mano, pula, tá ligado? Mano, vai véi, hora de dar a música ali véi, ó: arrebenta, tá ligado? Liberta, tá ligado? Que que cê sente, alguma coisa tá reprimida ali, oprimido com alguma coisa, tá ligado? A hora do som, o som nosso, é pro público, pra galera se libertar, véi, sair quebrando tudo... (MATHEUS C., 2021)

Assim, busco destacar que apesar do aspecto caseiro e *underground* das produções, bem como de ainda serem novos na cena, a música e a atitude dos integrantes do LADUMAU me parece tão madura quando a de veteranos no meio. Através da força colocada no caráter de protesto e testemunha nas letras, no discurso e nos videoclipes do grupo, podemos observar uma intrincada articulação entre aspectos particulares da vivência da Tapera, que busca ser desvelada nas produções, bem como aspectos gerais da vida nas periferias de todo o Brasil. A conexão com a rua, nesse sentido, mostra-se fundamental para a tarefa à qual o grupo se propõe.

Após o encontro, me senti renovado, com vida nova também para completar minha tarefa, a qual enxergo evidentemente no discurso do grupo: a tarefa de evidenciar as trajetórias e falas reprimidas existentes na periferia de Florianópolis e como as mesmas se articulam em diversos espaços de sociabilidade e na formação de identidades especificamente periféricas. Aqui, podemos observar na prática toda a contradição e divisão criada na cidade de Florianópolis através de seu processo de modernização e de espacialização da diferença nas periferias. Bem como um discurso forte e articulado como ação sobre o presente, visto nas falas sobre a pandemia e sobre o governo Bolsonaro.

O rap, desse modo, é uma das mais profícuas maneiras de observar esses movimentos e organizações nas periferia. Eles estão colocados da forma mais prática possível em toda sociabilidade e experiência relatada e vivida nas músicas e produções dos grupos, especialmente do LADUMAU, como observamos. A rua nesse sentido, é lugar privilegiado para a observação dessa dinâmica de vivência e de luta no tempo presente.

Figura 17 - Registro do encontro com o grupo



Da esquerda para direita: Matheus L., Erick, o autor, Matheus e Dudu

Fonte: Acervo do autor.

4.3 BATUQUE: “UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE CULTURAL”

Desde a conceptualização deste trabalho idealizei investigar as trajetórias e sociabilidades que tomam lugar nas igrejas da Tapera. Como falei anteriormente, as igrejas são parte fundante da vida de uma comunidade. As igrejas colocam pessoas nas ruas em todas as horas do dia, em todos os dias da semana. Todo morador de periferia pode perceber isso, seja religioso ou não. Em um bairro marcado pela enorme quantidade de igrejas, seria extremamente improdutivo não mencioná-las aqui Segundo levantamento realizado pelo autor na comunidade existem cerca de 19 igrejas cristãs no bairro. Na Rua José Correia, uma das principais da Tapera, são 4 igrejas evangélicas na rua principal. No universo das igrejas do bairro, a absoluta maioria é evangélica: 12 delas, sendo 6 igrejas parte da Assembleia de Deus. Esse levantamento foi realizado em outubro de 2021 a partir de caminhadas e observações por toda a comunidade. Mesmo assim, o número de igrejas nunca continua o mesmo, tão rápido quanto essas surgem, elas desaparecem. Um dia uma igreja, outro dia um salão de beleza. Fato é fé e religião são características cotidianas de toda periferia, como podemos ver em diversos relatos, entre eles, o que inspirou esse trabalho. A música “Bem Loko” do rapper Rashid em colaboração com

Rincon Sapiência argumenta: “Quebrada tem poucas praças, parques e várias igrejas e bares” (RASHID; SAPIÊNCIA, 2020). Seja bom ou seja ruim, religião e a quebrada estão intimamente ligados.

Apesar de observar facilmente uma miríade de Igrejas cristãs no bairro e reconhecer facilmente seus frequentadores em qualquer caminhada pela região, é um pouco mais difícil identificar os lugares de culto das religiões de matriz africana no bairro. Sempre soube que elas existiam, pois tive colegas e conhecidos que sempre frequentavam terreiros²¹ na comunidade, entretanto, nunca cheguei a visitar ou até ver algum. Durante a realização dessa pesquisa, no entanto, ficou cada vez mais evidente que as religiões de matriz africana tem um papel grande na mobilização de pessoas na Tapera. Prosseguimos.

O depoimento da primeira entrevistada, Maria, por exemplo, atesta: “Agora a gente descobriu recentemente num trabalho de um estagiária, que tem mais de sessenta casas de santo, de povo de umbanda...” (MARIA, 2021). Caminhando pelas calçadas da Rua do Juca também é possível encontrar lojas que vendem materiais religiosos e que possuem diferentes referências a religiões de matriz africana em seus espaços, além de observar, nos sábados pela noite, diversas pessoas vestidas para os cultos realizados nos terreiros do bairro. Elas estão ali, é só direcionar o olhar. Assim, a partir do depoimento de Maria e da curiosidade levantada pelo mesmo, cheguei no nome de uma historiadora, formada na UFSC e que havia produzido um Trabalho de Conclusão de Curso focado na experiência de uma religião de matriz africana na Tapera, o Batuque. Desse modo, o trabalho da historiadora Bárbara Furlan Marques, intitulado “Pode crer no axé dos seus ancestrais”: Batuque, culto de Ègún, presença, experiência e memória nos ritos de ancestralização de Tesourinha de Ògún em Santa Catarina (2004 – 2005), foi peça fundamental na produção desse subcapítulo.

Concluída em 2020, a obra de Bárbara é a única que apresentou e investigou o universo religioso no bairro. Foi produzido segundo a metodologia da História Oral por mais de quatro anos e relata as sociabilidades estabelecidas no terreiro, as experiências de estabelecimento do Batuque na cidade de Florianópolis e os processos de identificação com as ancestralidades e com as memórias provenientes da matriz africana. Ela narra como sua própria experiência enquanto “batuqueira”, criada dentro de um terreiro, contribuiu para a tarefa de organização e “conhecimento sistematizado sobre a história da tradição” (MARQUES, 2020, p. 15) do culto. O terreiro, chamado de “Comunidade Civilizatória de Pertencimento Ancestrálico - Ilé Àșẹ

²¹ Terreiro segundo Marques é: “o local onde se realizam as cerimônias e são feitas oferendas aos Òrìșà. Este local nem sempre é feito de chão batido, mas ficou sendo o nome referencial.” (MARQUES, 2020, p. 15).

Ojìsẹ́ Ifẹ́” (MARQUES, 2020, p. 16) foi fundado pelos pais biológicos de Bárbara e analisado no trabalho enquanto um espaço de memória, de ancestralidade, autovalorização, convivência e um “espaço de reterritorialização simbólica e material numa perspectiva de vida coletiva e seu papel na diáspora” (MARQUES, 2020, p. 21).

O trabalho de Bárbara apresenta a rica história oral de um terreiro de Batuque no bairro da Tapera. Uma história tanto individual quanto coletiva. A partir da leitura do trabalho e do contato com essas histórias, me pareceu fundamental para esse projeto a realização de uma entrevista com a autora e uma visita ao terreiro para compreender profundamente as diversas e plurais falas e experiências na comunidade da Tapera. O contato com a autora foi relativamente fácil já que compartilhamos conhecidos em comum no bairro e assim, após o diálogo inicial pudemos marcar a entrevista que originou este subcapítulo, que ocorreu no espaço do terreiro e teve duração de aproximadamente uma hora. No terreiro também tive oportunidade de conhecer um pouco melhor o espaço onde ocorrem as cerimônias religiosas e vários dos seus símbolos e representações. Poder explorar o espaço em questão em sua relação com a formação cultural e identitária dos seus frequentadores foi fundamental para essa pesquisa. Nada disso poderia acontecer, é evidente, sem a colaboração e a autorização de Bárbara.

Figura 18 - Quarto de Acolhimento no terreiro



Fonte: Acervo do autor (todas as fotos foram realizadas com autorização prévia)

A entrevista ocorreu em março de 2022, já no período de abertura pós-pandemia e teve lugar no terreiro, mais especificamente no espaço do quarto de acolhimento do Ilê. Começamos

conversando sobre a trajetória de Bárbara, que possui 31 anos, é formada em História pela UFSC e trabalhou por muitos anos como professora, apesar de hoje exercitar exclusivamente a função de Iyalorixá do terreiro, ou seja a “Zeladora do culto; Orientadora; Sacerdotisa; Autoridade Civilizatória de Pertencimento Ancestrálico.” (MARQUES, 2020, p. 15). Nesse sentido, ela indica que nasceu dentro de um terreiro e que sua mãe era Iyalorixá e seu pai Babalorixá, o batuque é como ela indica parte fundamental da identidade cultural de sua família. É como “uma marca no corpo” e não apenas uma escolha. Ela diz:

A minha mãe entrou no Batuque aos 16 e meu pai também nasceu dentro do Batuque, que é uma questão cultural familiar. E aí eu também desde a barriga, eu fui cultuando o Batuque, né? Fui iniciada quando pequena e depois já autorizada com 11 anos, né? Me formei digamos assim, mas depois disso eu tive todo um aprendizado para poder me estabelecer enquanto sacerdotisa no Batuque e é um processo cultural, né? Assim como existem pessoas muçulmanas existem pessoas, né, judaicas e tal existe a pessoa batuqueira. E aí eu sou essa pessoa batuqueira culturalmente desde sempre, mas eu lógico, já fui na igreja, já fui em Centro Espírita, já fui nos lugares, mas é uma questão de cultura mesmo, uma questão de identidade cultural, né o Batuque para mim, na minha vida... (BÁRBARA, 2022).

Assim, Bárbara indica que a realização do TCC foi também um processo de conhecimento das suas próprias raízes, uma vez que o seu pai tornou-se um dos objetos da pesquisa. Através da trajetória do pai foi investigada também a trajetória do terreiro na Tapera e do próprio culto do Batuque em Santa Catarina. Essa trajetória de “resistência” é objeto na formação da identidade “batuqueira”, como a mesma traz:

Eu utilizei muito do meu pai para que essa identidade batuqueira se manifestasse, né, através dele e depois ele se manifestasse através do culto, né, que a gente tem dois capítulos, né? O primeiro eu estabelecimento do Batuque enquanto identidade aqui em Florianópolis e depois ele com a sua presença formando a comunidade, dando voz e vez as pessoas do local (BÁRBARA, 2022).

A identidade batuqueira, presente em Bárbara, nos familiares e nos integrantes do culto me parece um tema fundamental para entender aquele espaço. O terreiro, nesse sentido, é fundamental na constituição da identidade cultural dos frequentadores, ao mesmo tempo em que é continuamente construído, significado e ressignificado por todos os indivíduos. Essa identidade cultural é também histórica na medida em que envolve a mobilização de uma determinada ancestralidade em sua constituição. Assim: “Existe um senso de participação coletiva que inclui a vivência cotidiana e o ser se constitui subjetivamente enquanto membros de uma grande família bioancestrálica e diaspórica, ou seja, constituída a partir do pertencimento ancestral cultural de cada indivíduo” (MARQUES, 2020, p. 22). De forma muito

vaga, a perspectiva da diáspora entende que a cultura e o legado cultural africano se personificam na “história coletiva e individual de cada pessoa negro-africana pelo mundo mesmo fora de África.” (MARQUES, 2020, p. 26).

Entender a história do Ilê *Àṣẹ̀ Ojìṣẹ̀ Ifẹ̀* e de cada um dos seus integrantes é também entender a história da Tapera, e vice-versa. Nesse sentido, Bárbara é desde que nasceu uma moradora do bairro e declara ter acompanhado todas as mudanças que a região passou principalmente nos últimos 20 anos: “desde o valão da Rua do Juca... Sem asfalto, chão batido, a maioria das coisas aqui eram mato...” (BÁRBARA, 2022). O desenvolvimento e a explosão populacional do período trouxe questões como a falta de saneamento básico, questão marcante na maioria dos depoimentos sobre o bairro, mas trouxe também, segundo a entrevistada, mais creches, mais escolas e a organização política dos moradores do bairro, que tornou possível o desenvolvimento urbano. Essa organização é marcada na constatação de uma identidade trabalhadora de todo morador da Tapera, seja nos pescadores ou no trabalho urbano. Ela relata: “As pessoas daqui na verdade são trabalhadoras, né? Eu vejo que aonde a gente vai em Florianópolis, tem taperense, por exemplo, porque a gente trabalha em tudo, né...” (BÁRBARA, 2022).

A organização social dos moradores tem colaborado, segundo Bárbara, para um reconhecimento da comunidade pelo poder público florianopolitano, questão continuamente vigente no cotidiano e na história da Tapera dado o “abandono” cultural e social da região no mapa de Florianópolis. Ela relata assim:

Agora que tá tendo muita gente, muitas mulheres na estética que estão sendo empreendedores aqui na Tapera, que eu tô achando ótimo, sabe, e elas estão tocando ficha, vender cursos e tal, mas e aí os catadores também fizeram CNPJ, os moradores mesmo fizeram uma associação, o pessoal dos pescadores também, então começar a se organizar para poderem serem visto, né, por Florianópolis, porque realmente é como se fosse um lugar totalmente isolado que ninguém vem... (BÁRBARA, 2022).

Comentando sobre o ambiente de abandono público da região ela menciona o problema com a questão das drogas e da violência, aspecto sempre marcante nas narrativas públicas sobre a comunidade, como já observamos. Essa violência não é reconhecida entre os moradores do bairro, entretanto, mas visto como algo de fora para dentro. Uma violência simbólica, portanto, O tempo de uma violência e uma insegurança no bairro já teria existido, porém, atualmente não existiriam mais sinais de uma real violência. Mesmo com a venda de drogas não existiria violência significativa, apenas um comércio que funciona sem oferecer perigo algum aos moradores. Ela conta, comparando a Tapera com os bairros vizinhos da região sul:

Tanto é que tu chama um Uber até hoje e cancela, cancela e cancela, porque tem medo. Óbvio, né, tá ali no Campeche, tá no Rio Tavares, ali não quer entrar na Tapera, né? Mas esse tempo de bala mesmo, porque teve um tempo assim, passou, né? Então hoje a gente tem pessoas trabalhadores e trabalhadoras vivendo aqui que vão e voltam no centro, vão para tudo quanto é lugar, viajam o país e tá tudo certo... (BÁRBARA, 2022).

Apesar do *status* de “bairro violento periférico”, Bárbara revela que o ambiente de trabalho e organização social da comunidade deu a ela uma “formação cultural muito boa”, refletida em sua participação na organização popular do bairro, onde concorreu e ocupou a posição de secretária no Conselho Comunitário do bairro. Segundo Bárbara a passagem de sua chapa foi marcada pela constatação do poder agregador da religião na Tapera. Assim, foi formada por duas pessoas de matriz africana, dois pastores, dois católicos e uma espírita. A união tinha como foco o desenvolvimento do “social da Tapera” através da “potência de agrupamento das pessoas” nos terreiros e nas igrejas. A conexão profunda com a religião novamente aparece como aspecto fundamental da identidade periférica, como já mencionado anteriormente, seja nas igrejas ou fora delas.

O espaço das religiões no bairro também foi um dos tópicos da conversa com Bárbara. Segundo ela, existem vários terreiros de Umbanda, Umbanda de Almas e Angola e de Batuque no bairro. Esses lugares são muito mais que espaços onde são realizados cultos, são “onde as pessoas vão ter o auto cuidado da sua fé, né, constituir famílias, né, porque a gente acaba constituindo família no terreiro e uma rede de apoio. Esse é o papel dos terreiros aqui, né?” (BÁRBARA, 2022). Esse papel, segundo relata, poderia ser maior não fosse a violência motivada pelo racismo religioso no bairro em função da disputa com as religiões neopentecostais. Assim, os terreiros e seus frequentadores foram vítimas de casos como: “Já jogaram pedra, vieram botar sal grosso na frente da minha casa, dos vizinhos neopentecostais, pedras, né? Já aconteceu isso assim: de pararem a minha filha e falar: “Olha, né, tem que procurar ajuda”. Tentar me converter, né, essas coisas assim...” (BÁRBARA, 2022).

Bárbara deixa evidente, entretanto, o papel de luta e resistência colocado nos terreiros e em sua ação social. Para ela a ocupação dos espaços do bairro é fundamental nessa luta, por essa razão passou a integrar o Conselho Local de Saúde, o Conselho Comunitário e a Escola de Samba da região. Ela argumenta que articulação desses espaços seria fundamental para o “social andar” e justifica a colocação: “o nosso povo dentro e fora do terreiro é um povo que é de trabalhadores...” (BÁRBARA, 2022). Entendemos assim que o reconhecimento de uma

identidade trabalhadora e assumidamente suburbana mostra-se fundamental na atuação periférica e batuqueira da entrevistada, além da própria organização religiosa na comunidade.

Durante a entrevista ficou evidente também o papel da pandemia de COVID-19 na trajetória e nas vidas dos frequentadores do terreiro, inclusive da própria entrevistada. Ela relata:

Porque o nosso povo dentro e fora do terreiro é um povo que é de trabalhadores, que precisa, por exemplo na pandemia, de uma cesta básica porque ficou sem emprego, né, tá dentro de casa e aí não vai vir aquele abono salarial pra pessoa comer todos os dias dentro de casa, quando ela vai às vezes ela come refeitório, que era meu caso por exemplo, comia todos os dias em refeitório no trabalho. Dentro de casa não teve nenhuma abono para eu comprar comida, né, naquele tempo que eu fiquei afastada. Então assim, eu comecei a ir atrás de cesta básica, a gente sabe que não é o ideal, mas é o que tinha e até hoje tem gente que tá precisando... (BÁRBARA, 2022).

A partir do caso da pandemia podemos concluir que os terreiros seriam espaços onde as demandas sociais e pessoais dos frequentadores estão sempre colocados, especialmente durante a pandemia. Bárbara relata assim o caráter de orientação social presente em seu papel como administradora do Ilê na Tapera, dada a vulnerabilidade social de muitos dos seus moradores. Aí percebemos também a sua articulação inevitável com o contexto social e histórico da comunidade:

Vinícius: E aí tu vê que o terreiro é o local onde essas questões estão todas colocadas também?

Bárbara: Sim, porque as pessoas chegam falando: "Fui no médico 5 horas da manhã, fiquei ali na fila, não tinha a tal da médica. Estou morrendo de dor de dente, fui na UPA, me deram medicamento. Aí me disseram que eu tenho que ir lá não sei aonde, mas não tem emergencial aí vou ter que pagar". E aí como é que a pessoa paga? Aí começa, né. Uma pessoa morre: "ai porque o caixão, como é que eu vou atrás do caixão?". Aí eu sei porque eu já fui lá no CRAS, né, pedir auxílio e não sei o quê. Várias pessoas já morreram e eu fui atrás: "olha, vamos lá no CRAS, vamos fazer a certidão, vou fazer assim assado, sabe, tu pede o caixão assim.". Fazer toda negociata. Então é muita gente dentro do terreiro e aí a gente vai vendo esses problemas sociais que existem no bairro ou nas pessoas né? Gente passando fome, gente precisando de cesta básica, assim, é colégio, é creche, é não sei o quê e tudo passa pela pelas autoridades, né e lideranças do terreiro assim, as reclamações... (BÁRBARA, 2022).

Os terreiros também tem a função de identificação e reconhecimento das populações não brancas na comunidade. Segundo os dados do Censo de 2010 do IBGE cerca de 20% da população da Tapera considerava-se preta ou parda, um número 6% maior de que a média da cidade de Florianópolis. Ela revela assim parte de sua experiência racial no bairro:

Ali no posto de saúde eu tava como branca. Eu falei "não, eu sou preta" (...) eu falo "isso aí é uma questão de política pública, eu quero que põe o meu nome como preta",

mas eu só fui criar essa identidade exatamente por me envolver em movimento social, por ir para faculdade... Porque os pretos aquele sabe que são preto obviamente (BÁRBARA, 2022).

A própria existência do Ilê entrou em xeque com a explosão da pandemia em 2020 e a pausa nas cerimônias. Bárbara conta:

O nosso "rolê", digamos assim, de abraço, de estar junto, de comer e aí uso de máscara, as pessoas se abraçando e pegando o covid, não sei o quê, meu padraço também faleceu nesse momento, né, de covid. Então minha mãe pegou, ficou internada, eu também peguei, o meu esposo, fomos quase os únicos assim, aí depois teve mais algumas pessoas que pegaram mais leve e pós as vacinas. A gente pegou antes assim, então foi horrível. Então a gente fechou total... (BÁRBARA, 2022).

Só no terreiro de Bárbara seriam cerca de 200 pessoas envolvidas em determinadas cerimônias, se contarmos a Tapera inteira, o número de frequentadores, dependentes e integrantes de terreiros é grande. Quando produzia o TCC a entrevistada calculava a existência de cerca de 20 casas de cultos de matriz africana na comunidade, mas ela revela que o número agora é bem maior. O aumento seria motivado pelos constantes processos de migração que marcam fortemente a população taperense, já revelados nos estudos de Sugai (2009): “a grande maioria dos moradores que efetuaram transação imobiliária de compra, de venda e de aluguel nos assentamentos informais não era originária da área conturbada de Florianópolis” (p. 175). Por essa razão, Bárbara exemplifica o crescimento no número de praticantes:

Porque por exemplo, veio muita gente gaúcha, muita gente do Belém do Pará, que também trouxe a Juremada, que é de pajelança, tem uma galera aí que chegou nova, que eu já não sei, porque às vezes o terreiro é grande, às vezes o terreiro é um quartinho, né? Então tem bastante gente. Eu já não sei mais a quantidade, mas antigamente tinha cerca de 20 casas, agora tem bem mais (BÁRBARA, 2022).

O constante processo de migração para a Tapera tem trazido cultos como a Juremada (culto de origem indígena), o Omolocô (religião de matriz africana com elementos espíritas e indígenas) e outros para a comunidade, segundo o relato de Bárbara. É evidente, acima de tudo, a enorme diversidade e pluralidade cultural que existe na comunidade quando olhamos para dentro dos terreiros e das casas de culto. Esses espaços estão constantemente ameaçados devido ao racismo religioso e por essa razão não são tão facilmente identificados para o olhar não treinado, como foi o meu por muito tempo. Entretanto, têm cada vez mais, como vemos pelo relato de Bárbara, lutado e articulado lutas por espaço na comunidade, demonstrando assim a sua enorme influência na constituição da identidade cultural de uma quantidade considerável de pessoas na região. Visitar esses espaços é estar em contato e constatar a existência de mais

uma das várias comunidades que existem dentro do bairro, de outra Tapera dentro da Tapera, se é que podemos dizer. Nesse sentido, um olhar que não perde de vista o presente quando olha para o passado é fundamental, bem como a percepção do peso da individualidade na construção do espaço, e vice versa.

Figura 19 - Interior do terreiro



Fonte: Acervo do autor (todas as fotos foram realizadas com autorização prévia)

4.4 ACADÊMICOS DO SUL DA ILHA: “O CARNAVAL É UMA HISTÓRIA”

A necessidade de investigar as sociabilidades colocadas na Escola de Samba da Tapera, a Acadêmicos do Sul da Ilha, surgiu após a entrevista com Bárbara, que revelou a escola como um dos vários espaços de ocupação popular no bairro. Seguindo o método do *snowball* na organização das entrevistas desse trabalho consegui indicações de Bárbara sobre quem entrevistar dentro do âmbito da Acadêmicos. Após algumas conversas, consegui então contato com Marcelo, que por sua vez me apresentou seus irmãos Jean e Eduardo, sendo os três fundadores da Acadêmicos do Sul da Ilha. A entrevista aconteceu no espaço do terreiro já mencionado anteriormente, onde também acontecem as reuniões de planejamento da própria escola. A entrevista também teve a participação de Bárbara, que ocupa uma posição de

protagonismo na estrutura da Acadêmicos e pode contribuir ainda mais com a riqueza da conversa.

Antes disso, entretanto, também já havia um interesse da minha parte na realização dessa investigação. A Escola de Samba sempre foi um dos maiores destaques na área cultural do bairro, principalmente pelo desempenho celebrado no carnaval da cidade, bem como na organização de festas populares na comunidade, que quase todo ano tomavam lugar na Rua do Juca, o centro da Tapera. A Acadêmicos era reconhecida também por uma defesa da identidade taperense frente ao preconceito contra a comunidade observado na cidade, coisa que pude abordar na entrevista e que mostrou-se fundamental para pensar o restante desse trabalho. Felizmente as conexões realizadas na organização desse trabalho tornaram relativamente fácil o contato com o universo do samba, muito mais fácil do que eu pudera imaginar. Daí a importância da formação de redes e do contato direto com a comunidade na prática da História Oral e no estabelecimento de relações de confiança e de autorização.

Iniciando a entrevista Marcelo, Jean e Eduardo contaram um pouco de suas vidas e de suas relações com a Tapera. Marcelo tem 51, Jean 47 e Eduardo 48 anos. Os três são nativos do Morro da Nova Trento, uma das várias comunidades do Maciço do Morro da Cruz, na região central da cidade, onde moravam com a mãe até se mudarem para a Tapera nos anos de 1990. A região do Nova Trento, vale lembrar, é uma das primeiras ocupações periféricas de Florianópolis, como traz Sugai (2009) ao propor três momentos distintos de ocupação do solo urbano pelas populações pobres. A comunidade foi assim ocupada no primeiro momento, “ao final do século XIX, após a abolição da escravatura, quando começaram a ser ocupadas as terras situadas na base do Maciço Central do Morro da Cruz, próximo ao centro histórico de Florianópolis e, gradativamente, as encostas ao redor desse maciço central.” (SUGAI, 2009, p. 169) - já a Tapera, segundo Sugai, estaria inserida no terceiro momento de ocupação urbana, a partir dos anos 1990. A menção ao Morro é interessante para as reflexões da HTP, especialmente por nos dar a oportunidade de relembrar a questão das múltiplas camadas temporais propostas por Koselleck (2009). Essa nos possibilitaria, por exemplo, observar as temporalidades distintas da ocupação do solo pelos pobres em Florianópolis inseridas no presente da Tapera, na trajetória da família dos irmãos.

Voltando aos irmãos, segundo eles, Jean veio primeiro por ser o mais novo, depois os outros dois vieram em seguida. O motivo da mudança seria o casamento da mãe, que até então era solteira e morava com os filhos no Morro. Desde então moram todos na mesma rua, próxima a Rua do Juca. Segundo os relatos, a Tapera era “bem vazia” quando foram morar lá, eles relatam o cenário rural e pouco urbanizado do local:

Marcelo: Chegou aqui era lama...

Jean: Sem infraestrutura nenhuma... Água era de poço.

Marcelo: Infraestrutura no geral não tinha, ônibus, água, luz... Toda rua tinha uma vala aberta...

Jean: Tudo era vala, tinha o valão da Rua do Juca. Era ruim, mas era bom, era mais precário, mas era melhor. Hoje tem esse avanço aí do explodiu muito rápido e a gente sente falta daquilo, né? Aquele barro, aquele pegar fruta. Hoje não tem mais fruta... como tiveram que construir as casa foram derrubando as árvores... (JEAN; MARCELO, 2022).

Podemos observar novamente a falta de saneamento básico e a grande vala na Rua do Juca como principais pontos de referência da vulnerabilidade do período dos anos de 1990 e 2000 em vários dos relatos. Assim como no relato de Luiz, a falta de mobilidade urbana e uma paisagem marcada pela lama são referências importantes nas memórias do período. Da mesma maneira que em outras entrevistas é também observada a ação transformadora do progresso e da urbanização do bairro como uma “explosão”. O termo é curioso, já que foi usado também por Maria, a explosão é nesse sentido um processo incontrollável, violento, súbito e intenso. A expressão “explosão demográfica” é muito usada dessa forma para referir-se a um “crescimento rápido e desmedido da população” (MICHAELIS, 2022). A percepção da urbanização do bairro é então a de uma explosão de pessoas, do progresso acompanhado da desordem. Esse processo é avaliado por nossos informantes em comparação com o bairro do Campeche, que é usado como exemplo de um desenvolvimento urbano organizado, já na Tapera Marcelo relata que: “Na época da Tapera foi ‘a rua já tá aqui, faz a rua do jeito que tá’ e toca.” (MARCELO, 2022).

Conversando um pouco mais sobre suas vidas pessoais, perguntei com o que trabalhavam e se os irmãos eram formados em algo. Um deles respondeu então com animação que os três eram: “Formados tudo no carnaval!” (MARCELO, 2022). Como contam, a maior parte deles é organizada em torno do universo do carnaval, sendo o trabalho e a formação toda deles. Em tom de brincadeira respondi que ser formado em carnaval deveria ser melhor que ser formado em História, fui recebido então com a afirmação de que: “Carnaval é uma história. Porque tudo que passa na passarela tem um enredo, tem que ser de algum lugar...” (MARCELO, 2022). Pensando nas intersecções entre carnaval e história não é difícil achar trabalhos no campo histórico sobre a temática, especialmente em Florianópolis. Nesse sentido temos como referências as dissertações de Paulo Roberto Santhias (2010) intitulada “Zzzziriguidum! Consulado: o choque do samba em Florianópolis (memórias e histórias de uma Escola de Samba encravada na cidade - 1976 a 2000)” e o trabalho de Willian Tadeu Melcher Jankovski Leite (2016) intitulado “Na tela da TV, no meio desse povo”: Os enredos das escolas de samba de Florianópolis no mercado de bens simbólicos.” Assim, o trabalho de Santhias (2010) reconhece

importantemente que o carnaval de Florianópolis, além de ser uma manifestação cultural urbana de origem periférica, é também parte das transformações urbanas da capital desde os anos de 1950. Desse modo:

Em outras palavras, Escolas de Samba em disputas acirradas, fluxo turístico nas temporadas de verão e carnaval coordenado pelas autoridades municipais, dentre outros fatores, são elementos interligados que produziram e foram produzidos pelas transformações urbanas recentes que aconteceram em Florianópolis (SANTHIAS, 2010, p. 06).

Seguindo a entrevista, os irmãos Laurindo contam a história de criação da Acadêmicos do Sul da Ilha. Segundo os relatos, a ideia teria surgido em conversas informais na casa da mãe dos irmãos. Amadurecida aos poucos, a ideia ganhou mais forma a partir de conversas de Eduardo e Bárbara, que já se conheciam de outra Escola de Samba, que preferiram não mencionar por nome. Assim, em 2008, a primeira reunião para organização do bloco foi realizada no ambiente do terreiro, o mesmo onde também foi realizada nossa entrevista. O que era inicialmente planejado como um bloco acabou tornando-se uma Escola, como conta Marcelo ao mencionar sua trajetória de vida e trabalho ligada ao samba:

Foi isso aí, então eles já fomentavam isso, só que eu e eu sempre trabalhei com o carnaval, a vida toda, muito tempo trabalhando no carnaval, então quando ele chegou com essa informação. A Bárbara já sabia. A Bárbara já sabia e outras pessoas já sabiam e chegou para mim, só que eu sempre soube que um dia ia ter uma Escola de Samba, incrível, eu sempre soube que um dia ia ter uma Escola de Samba. Isso é incrível e quando ele fala tal, tal, tal, "pô, mas só um bloco, vamo fazer uma coisa grandiosa". E aí acabou acontecendo (MARCELO, 2022)

Os irmãos também revelam as conversas na porta da casa da mãe com o objetivo de decidir a logo e as cores da escola. Eles contam assim a influência das escolas de samba do Rio de Janeiro na escolha das cores da Acadêmicos. Verde da Mangueira e azul da Beija-Flor. Nesse sentido, o trabalho de Santhias deixa evidente a importância do carnaval carioca na consolidação do carnaval catarinense. Segundo o historiador, a Escola pioneira da cidade de Florianópolis, a Consulado, teria sido formada por migrantes do Rio de Janeiro (SANTHIAS, 2010). Da mesma forma, nos primeiros desfiles das escolas florianopolitanas os sambas-enredo utilizados eram todos oriundos de Escolas do estado fluminense.

A tentativa de Marcelo de fazer uma “coisa grandiosa” com a Acadêmicos fica explicitada no próprio nome da Escola, que além da Tapera, abrange todo o Sul da Ilha de Santa Catarina. Ele conta o que motivou a escolha do nome:

Depois ficamos mais tarde "ah, vai ser Unidos da Tapera? Acadêmicos da Tapera?" e conversando, conversando, daí não decidimos bem o nome, o nome ficou uma incógnita. Aí veio uma reunião aqui, né Bárbara, daí aqui definimos um nome... "ah, vamos fazer Acadêmicos do Sul da Ilha porque aí já expande geral, já que a intenção é crescer." (MARCELO, 2022).

Se as expectativas eram grandes, a realidade não decepcionou e o primeiro desfile da Escola no bairro foi pequeno, mas cheio, fato que alimentou as esperanças do grupo de alçarem voos maiores. Eduardo relata: "Foi ali que conseguiu brilhar nossos olhos que dá pra fazer algo legal. No segundo ano já tinha pessoa que fazia camarotezinho nas suas casas pra ver a escola passar..." (EDUARDO, 2022). O primeiro desfile na passarela veio em 2012 e já rendeu títulos para a Escola. Segundo os relatos o rápido crescimento acabou atraindo atenção e participação de outras localidades do Sul da Ilha nas fileiras da Acadêmicos, já que inicialmente o foco era a Tapera. Desse modo eles narram:

Depois que a gente começou a ganhar título na passarela a nossa página foi começando a aumentar, as pessoas vão começando a visualizar. O nome também é atrativo no Sul da Ilha e não tão Regional assim, né e começou a criar esse atrativo. Hoje nós temos ala na Armação, Pântano do Sul, Campeche, Ribeirão da Ilha. Hoje, a Escola de Samba, é realmente uma Escola de Samba que complementa o Sul da Ilha e não somente o bairro da Tapera, né? Deixando claro. Claro que o fluxo maior e o núcleo maior é aqui, porque foi aqui a semente (EDUARDO, 2022).

O grupo, entretanto, fez questão de deixar evidente que o núcleo da Escola é até hoje a Tapera, uma vez que tanto os fundadores, quanto a estrutura da Acadêmicos ainda estão atrelados a comunidade. A característica periférica do bairro e a presença de um reduto de comunidades afro na região também foram identificados pelos integrantes como fator essencial na identificação da Escola com a Tapera. Marcelo chega a comparar a comunidade com os Morros no sentido de serem comunidades mais fechadas em si mesmas, sem a presença do turismo ou de um caminho para outras localidades da Ilha. A presença mais evidente na Tapera foi, segundo Eduardo, uma tentativa racional de estimulação cultural no bairro, dada a falta de uma entidade cultural na região até então. A Acadêmicos do Sul da Ilha seria para os moradores da Tapera uma "representação" de si mesmos nas passarelas, como Eduardo faz questão de afirmar.

A formação da Escola e sua identidade atrelada às comunidades negras ficam evidentes em toda a entrevista. Inicialmente apenas o fato de as reuniões serem realizadas desde o começo no terreiro já é simbólico, entretanto, outras referências à cultura africana foram interessantes. Nesse sentido, Marcelo lamenta-se que a pandemia tenha impedido a realização do carnaval de 2020 e explica que "Obaluê não quis" que aquele fosse o momento. Para entender, Obaluê é o

orixá da cura e da doença, seria o tema do desfile da Acadêmicos de 2020 e ainda que os integrantes não tenham se denominado religiosos, essas referências às religiões de matriz africana estão no cerne da identidade carnavalesca do grupo e aparecem de forma orgânica nas narrativas. Posteriormente outras falas dos integrantes evidenciam ainda mais a relação do grupo com a cultura afro-brasileira.

Da mesma forma que o grupo identifica ter sido responsável por uma tomada de conhecimento do carnaval florianopolitano sobre a Tapera, eles apontam também a função do grupo em promover um reconhecimento social para a comunidade no âmbito da cidade de Florianópolis. Mencionam assim, por exemplo, aparições na televisão e em jornais e a presença do prefeito Gean Loureiro no lançamento de um dos sambas-enredo da Escola como sinais de identificação da Acadêmicos (e por consequência da Tapera) por parte do poder público e sociedade florianopolitana. Entretanto, deixam evidente que o reconhecimento mais importante da Escola vem através de ações sociais de voluntariado no contexto da Tapera. Responsáveis pelo trabalho social da organização, Marcelo e Bárbara afirmam:

Marcelo: E hoje a parte social da escola que a gente trabalha eu a Bárbara junto, ele tá a milhão, entendeu? Não sei se tu acompanha a rede social, ele é uma coisa que a gente já conseguiu doar não sei quantas cesta básicas e kit de limpeza, material escolar. Enfim, a gente conseguiu fazer um trabalho muito bom.

Bárbara: E com o apoio da sociedade essa, né...

Marcelo: Essa parte social a gente sempre fez, desde o início e a gente sempre fez isso. Depois que a gente se tornou do grupo especial a visibilidade nos ajudou muito então de 2019 para cá, a gente explodiu com esse negócio de social, muita coisa. Tudo que eu ligo para alguém que tenha, só digo: "Bárbara, prepara, eu vou conseguir isso"... Porque a responsabilidade de distribuição é sempre da Barbara, né? Que ela é a diretora social da escola, então... Então essas coisas picadinha que a gente vai fazendo, que muitas pessoas não conseguem ver, mas a gente entende, tranquilo, porque é assim, né. Mas eu acho que a escola tá no caminho certo, cultural e social. (BÁRBARA; MARCELO, 2022).

De acordo com a bibliografia consolidada é importante reconhecer então as escolas de samba em sua constituição como ambiente perpassados por “acontecimentos e relações políticas, culturais, sociais e econômicas” (SANTHIAS, 2010, p. 14). A Acadêmicos do Sul da Ilha está inserida em todos esses universos no contexto da comunidade da Tapera. Economicamente, por exemplo, Eduardo assinala o giro de capital proporcionado pelos desfiles no bairro, bem como a geração de empregos com o desfile na passarela. Ele conta:

O próprio giro capital. Acabou trazendo pra dentro do bairro, né? Porque a gente acaba fazendo as contratações de pessoas que trabalham, por exemplo, tem uma pessoa que trabalha com costura, nunca trabalhou numa costura de carnaval. A gente vai lá já coloca para trabalhar, vai ganhar o dinheiro dela e vai girar dentro do bairro. Acaba empregando também as pessoas né? Não só fomenta a cultura como também emprega,

que é bem importante ser frisado, né? Que isso gira um capital dentro do nosso próprio bairro, isso fortalece a comunidade da Tapera... (EDUARDO, 2022).

O foco da entrevista, entretanto, é novamente voltado ao trabalho social da Acadêmicos com a comunidade da Tapera. Assim, o grupo apresenta o projeto “Acadêmicos do Amanhã”, um projeto social que funciona em colaboração com o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Tapera, um órgão vinculado à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Segundo Eduardo, a iniciativa é “uma escolinha que prepara as pessoas para um desfile principal” e trabalha com as crianças da instituição “a parte de ensino de dança, ensino de instrumentais e a parte educativa, que fica com a própria instituição ali, né? (EDUARDO, 2022). Eles ressaltam assim como dois casais integrantes da linha de frente da Escola foram formados dentro do projeto. É evidente, nesse sentido, as conexões estabelecidas diretamente ao poder executivo municipal que tornaram a iniciativa possível, um movimento também alinhado com o do Conselho Comunitário do bairro, já demonstrado anteriormente.

Entretanto, o grupo ressalta que antes do apoio da prefeitura as aulas eram realizadas no espaço da sede da Escola, na Rua do Juca. Assim, Marcelo relata o esforço de mobilização coletiva e individual envolvidos na manutenção da sede e das aulas:

Mas antes de ter esse apoio municipal, nós tínhamos a sede aqui na Rua do Juca, no qual a gente já dava esse tipo de aula... E eu já dava aula de casal de mestre sala e porta-bandeira ali, do bolso, na raça, depois a gente conseguiu uma subvenção para o projeto social que se chama “Acadêmicos do Amanhã”, né? Acadêmicos do Amanhã então amanhã é justamente isso: preparar a criançada pro Acadêmicos do amanhã e para o mundo do amanhã, né, no caso, né? (MARCELO, 2022).

O espaço físico de centralidade em relação à comunidade da Tapera, entretanto, foi perdido por conta da pandemia, que apertou as contas do grupo e da Escola. Nesse sentido, Eduardo ressalta a importância que a sede teve no desenvolvimento do grupo. Em primeiro lugar ele destaca a capacidade do espaço na formação de vínculos com outras Escolas e comunidades, o que ele chama de uma “faculdade do samba”. Fundamental, todavia, era sua localização estratégica em relação ao bairro, na Rua do Juca, a qual ele intitula: “a capital do Sul da Ilha” (EDUARDO, 2022). A referência, ao inverter a lógica entre centro e periferia, localizando o centro dentro da periferia, é interessantíssima também na reflexão sobre o porquê dessa rua em específico ser foco e referência de várias das narrativas apresentadas até então. Esse relato, junto dos demais, tornam possível afirmar que a Rua do Juca é parte fundamental da identidade taperense. É um espaço fortemente vinculado às memórias, referências e formulações culturais e sociais da população da Tapera, como podemos observar até então. É

onde estão localizadas a maioria das igrejas do bairro, a maioria dos bares, dos pequenos estabelecimentos e das rimas dos grupos de rap locais. É também onde as crianças brincam, onde os trabalhadores passam e onde todas as sociabilidades da comunidade se encontram. A título de curiosidade, para ver como as coisas são na periferia: hoje o antigo espaço da sede é ocupado por uma Igreja Evangélica.

Ao perceber semelhanças no discurso do grupo e do Conselho Comunitário (representado pelo Seu Luiz), especialmente no que tange o contato direto com a prefeitura municipal, perguntei diretamente aos entrevistados se existia e como funcionava a relação entre as duas organizações no bairro. Marcelo diz:

Marcelo: A gente tem uma relação pode dizer boa com o Conselho Comunitário hoje, tá bom? Então é uma relação boa, estamos conversando, tendo que fazer um trabalho em grupo...

Vinícius: E antes não era bom com o conselho comunitário?

Marcelo: Não é que não era bom. É porque agora a gente sentou para conversar, sempre foi boa, só que agora melhorou, entendeu? É mais ou menos isso. Já teve projeto no conselho também. A gente teve ensaio no projeto, teve projeto no conselho, então a gente teve uma relação muito boa, só que agora melhorou porque sentou, conversou, vimos o que que a comunidade precisa para isso, para aquilo e é isso (MARCELO, 2022).

Podemos confirmar então um funcionamento conjunto entre os dois grupos, bem como a existência de uma narrativa de que o Conselho de agora (das novas políticas) é melhor que o de antes, considerado como “morto” por Eduardo. Existe, nesse sentido, um senso de que a Tapera tem crescido muito e positivamente dos últimos anos para cá, ou seja, desde que o atual grupo político assumiu as rédeas do desenvolvimento da comunidade em colaboração com o executivo municipal, na figura do prefeito Gean Loureiro. O estatuto “oficial” adquirido por essa narrativa, demonstrado em sua consonância com os discursos de outras figuras oficiais da comunidade, apontam para o seu desenvolvimento enquanto narrativa hegemônica em relação à outras no bairro, por exemplo, as apontadas por Maria, pelo grupo LADUMAU e pela posição de membros sindicais, em conflito com o Conselho Comunitário. Estas tem como característica principal a problematização do estado atual da política na Tapera, o questionamento das posições autoritárias dos líderes comunitários e uma posição crítica quanto à vulnerabilidade social na comunidade.

Outro importante tópico da entrevista foi uma importante e fortemente compartilhada postagem feita pelas redes sociais da Escola em 2020. Na ocasião o grupo compartilhou uma imagem contestando e repudiando uma postagem feita por uma das maiores páginas de humor e informações na região de Florianópolis. O *post* preconceituoso em relação a Tapera já

apareceu nesse trabalho na Figura 2. Aqui segue o texto de repúdio da Escola, publicado em junho de 2020:

Nós da Acadêmicos do Sul da Ilha, Nós da Tapera, Nós do Sul da Ilha, Nós de Floripa... Dizemos CHEGA! Repudiamos toda e qualquer forma de preconceito. Não há mais tempo, não há mais espaço em nossa sociedade para piadinhas de mal gosto, onde ofende toda uma comunidade que tanto se orgulha de onde vive. Não temos vergonha da Tapera (ACADÊMICOS, 2020).

Perguntei então sobre a ocasião e o que os integrantes do grupo pensavam do ocorrido. O presidente Marcelo respondeu lembrando a grande repercussão da postagem no período:

Daí nós fizemos uma publicação chamando a atenção deles, né, do [nome da página]. Repercutiu, daí eles telefonaram pra minha casa, tava eu e o Jean em casa lá, daí "tu que és o Presidente? Pô, vocês estão com uma publicação, tá chovendo comentário negativo aqui para mim, tal, tal, o que que eu vou fazer?". E eu assim ó "olha só, eu sou o presidente da escola, mas não resolvo isso, mesmo sendo, é que chegou em mim, eu vou passar para o meu representante. Tu vai falar com eles, no marketing, porque vocês vão ter que se desculpar publicamente, porque não adianta tu pedir desculpa para mim, porque existe toda uma comunidade, vai ter que fazer uma desculpa publicamente. Só que vai ser do nosso jeito, não do teu. Então tu vai ligar para o meu marketing, falar com a minha advogada e ela vai planejar tudo. Daí ele "ah já mandei isso mas o teu marketing não se ouve", se ele não aceitou ele vai passar para mim, eu vou passar para ti. Daí reformulou, daí a gente combinou pra lançar os dois juntos no mesmo horário, no Instagram do [nome da página] e nosso, pum. Porra, cara, estourou, aí o [nome da página] ligou de novo para mim: "Porra, agradeço, tal, tal, tal, por reconhecer que foi uma brincadeira, foi de mau gosto, a gente não tinha intenção de ofender, tudo que vocês precisar pode contar comigo, tal, tal, tal..." (MARCELO, 2022).

Destacando a posição de enfrentamento adquirida pelo grupo em função das ofensas da página que fez a publicação original, Marcelo admite que houve um arrependimento “sincero” por parte dos ofensores, que desde então buscam a Escola para realizar doações e ações sociais. Ele completa reconhecendo que o acontecimento revelou uma força desconhecida do grupo e da população da comunidade, que também se mobilizou no repúdio e na contestação das ofensas. Marcelo aponta:

No final eu acho que eles mesmo se arrependeram, porque se propuseram a ajudar a comunidade... É que na verdade eles fazem isso com a Palhoça, faz com todo mundo, sabe, só que quando ele bateram aqui a gente não deixou passar batido, porque é a comunidade do Acadêmicos... Vamos mostrar que a gente tem força... Tudo que aconteceu foi até incrível. Porque como o [nome da página] é uma potência, né? A gente sabe que é uma potência, não podemos negar que são uma potência. Quando eles ficaram com medo da gente, a gente: "opa, a gente é forte". Tá aparecendo uma força aí que a gente não sabia... (MARCELO, 2022).

O grupo discute que a resposta da Escola, até por conta da profissionalidade apresentada, fez com que mais nenhuma postagem do tipo fosse publicada. Uma demonstração de “respeito” com a Tapera, como colocam. Entretanto, Eduardo considera que o preconceito com a Tapera “é uma mancha que a gente não dá pra tirar...” (EDUARDO, 2022). Embora o desenvolvimento do bairro na última década seja evidente, como eles destacam, o preconceito ainda é uma marca na identidade do morador da comunidade. Sobre as mudanças nos últimos anos eles discutem, mencionando a política local:

Eduardo: Eu acho que o gestor público começou a olhar a Tapera com outros olhos, né, tem muito voto lá, começaram a entender que era importante colocar a Tapera no mapa, que era importante trazer infraestrutura, que era importante colocar um vereador no bairro...

Marcelo: E depois que o Mamá se candidatou a vereador, que ganhou, acaba fortalecendo... Que eles viram que a gente começou a votar tudo num lugar só.

Eduardo: Mas hoje nós temos um Conselho Comunitário que é ativo, era pouco, nós temos uma Escola de Samba que aparece como um lado bom, Conselho como lado bom, tem o Mámá que tá aparecendo e que tá fazendo um bom trabalho, o Gean ganhou a eleição aqui, já tava lá na porta da Ângela. Começaram a entender... Mas essa mancha tu não tira, não adianta. Essa mancha tu não tira. Quando tu fala assim: "sou do bairro da Tapera", opa, já há um preconceito (EDUARDO; MARCELO, 2022).

Aqui podemos ver o discurso de “reconstrução” da Tapera por meio da ação do novo Conselho, da eleição de Mamá e das relações estabelecidas com o executivo municipal, especialmente após as eleições de 2016, onde o prefeito Gean Loureiro ganhou por pouca diferença da segunda colocada, Ângela Amin. Como já mencionei anteriormente, a narrativa popular no bairro é que a Tapera “deu” a eleição ao prefeito, dada a “virada” no resultado após a abertura das urnas do bairro, onde o prefeito venceu com enorme disparidade no número de votos. Com o resultado das eleições e conseguinte colocação de vários cabos eleitorais da política do prefeito Gean na Tapera, as relações entre comunidade e poder público se estreitaram de uma forma até então inédita. Não é por coincidência que no último dia 26 de maio de 2022 foi divulgada nas redes sociais da Acadêmicos uma foto que atesta a participação da Escola na cerimônia de filiação do Prefeito da Capital, Topázio Neto²² ao Partido Social Democrático (PSD).

Reconhecendo as melhoras na comunidade, mas também as coisas que ainda precisam melhorar, Marcelo e Bárbara dizem que a Escola “não fica em cima do muro” diante das dificuldades impostas pelo presente. Nesse sentido, eles demonstram a importância dos terreiros

²² Topázio foi eleito como vice-prefeito de Gean Loureiro em 2020, que por sua vez renunciou para concorrer ao cargo de Governador em 2022.

na constituição do bairro e da identidade da população da Tapera, bem como o papel das populações negras na própria construção da Escola de Samba, o que teria deixado uma marca de combate aos preconceitos em sua prática cotidiana. Eles colocam:

Bárbara: Eu acho que a gente se conhece muito né, enquanto família, assim, dentro da diretoria, as pessoas dentro do carnaval e a gente acaba aprendendo com outro. Eu aprendo muito com eles, assim, questão de carnaval, questão de postura, de evento. Às vezes eu não quero ir, eles me arrastam. Aí a gente briga horrores assim, não, vamos lá não sei o quê e a mesma coisa é quando tem mulheres dentro da diretoria, tem, tinha três mulheres negras dentro da diretoria, né? Tem homens brancos, pretos, tem um senhor de idade, sabe? Então faz com que as pessoas se coloquem ali, a gente briga, mas depois a gente se entende sabe, isso é muito importante, a gente se ver como família e isso faz toda a diferença para o carnaval e para como a gente atua dentro do bairro, sabe, isso faz toda a diferença. Porque, ah, vamos falar sobre o que aconteceu que nem do [nome da página que fez a postagem preconceituosa]. Ou, ah, uma postagem em relação ao racismo, vamo fazer, vamo fazer essa postagem, vamos apoiar, vamos ver o que aconteceu. Violência contra mulher, vamos também, vamos estar ali junto, etc e tal. Então acho que isso faz com que a gente dê um nome também para as relações dentro do bairro, sabe? Porque aqui é uma periferia, uma comunidade onde tem toda essa população e eu acho que essa representação tá muito bem representada dentro da diretoria hoje, sabe. Então isso é muito especial. Eu acho que eles nem sabem disso, mas é.

Marcelo: A gente não fica em cima do muro, entendeu... (BÁRBARA; MARCELO, 2022)

Quando olhamos para as relações estabelecidas no âmbito da Escola e de todas as outras organizações do bairro é novamente fundamental percebê-las em seu caráter periférico. Todos os planos e práticas que tomam lugar na Tapera são inevitavelmente contornados pela experiência e pelo cotidiano da periferia, da vulnerabilidade e do subdesenvolvimento. Quer gostemos ou não todas as relações políticas, sociais e culturais são marcadas por essas experiências. É isso que observamos no caso específico da Acadêmicos, ou seja, a vinculação a uma política conservadora e de direita, que é por muitas vezes antipopular, mas que é e foi a única saída para o demorado encontro com um desenvolvimento urbano.

No atual cenário não é difícil imaginar que a população da Tapera estará em poucos anos atrelada de forma irreversível a essa política, que já pode ser observada enquanto hegemônica no bairro. Nesse sentido, no espaço de construção desse trabalho, as coisas tem caminhado cada vez mais para uma hegemonização das narrativas sobre o presente e o passado do bairro como as que vimos aqui, especialmente nesse subcapítulo. É evidente, desse modo, o pouco espaço que narrativas alternativas tem no bairro, sejam de contestação ao caráter assistencialista e conservador do Conselho ou a vinculação incondicional a um projeto conservador de modernização estabelecido pela Prefeitura de Municipal de Florianópolis nos últimos 8 anos. Mesmo assim, compreendo mais importantemente que o espaço de pluralidade e força da Escola pode ainda nos ensinar muito sobre caminhos outros, únicos, para o

desenvolvimento, como tem até então em sua importante e exemplar trajetória. Ou seja, apesar de não serem retratos de uma sociabilidade reprimida, por conta das ligações fortes com discursos oficiais, os integrantes do grupo são parte de uma trajetória marcada desde o início pela experiência da alteridade, seja no Morro de Nova Trento, seja na Tapera. Se tem algo que pudemos averiguar até aqui é que as trajetórias marcadas por esses espaços, por essas experiências, são sempre mais do que podemos pensar delas e muito mais do que um dia se possa escrever.

Figura 20 - Encontro com os integrantes da Acadêmicos



Da esquerda para direita: Eduardo, Bárbara, Jean e Marcelo

Fonte: Acervo do autor.

CONCLUSÃO...?

Dois anos é tempo demais para a História do Tempo Presente. Quando comecei a apenas pensar nesse trabalho, em janeiro de 2020, o mundo era um pouco diferente do que é atualmente. A pandemia de COVID-19 e as crises políticas, sociais e financeiras que se sucederam desde então (e que não parecem cessar) acabaram mudando a vida de muita gente, em muitos lugares diferentes. Posso dizer com exatidão que a Tapera não é a mesma desde janeiro de 2020. Também posso dizer que eu não sou o mesmo desde então. Entre tantos inícios e finais impostos por esse período histórico, tenho para mim que o presente se faz cada vez mais necessário em nossas reflexões como historiadores. Entre a longa espera por vacinas que pudessem nos salvar e posteriormente a demora para chegar finalmente nossa vez de se vacinar completamente, a única coisa que nos sobrou foi o presente. Tanto passado, quanto futuro não pareciam oferecer respostas agradáveis para o que vivemos nesses últimos dois anos. Nos restou buscar novas maneiras de sobre(viver), um presente de cada vez.

Entre as várias agonias de se pensar um novo trabalho, ajustado a realidade que nos ameaçava diariamente, ficou mais evidente do que nunca a necessidade de viver para escrever, ou escrever para viver. E o isolamento tornou mais imponente do que nunca a vontade de viver. Quando pesquisamos sobre cidades, especialmente sobre periferias, é muito difícil achar vida no espaço confinado da tela do computador, apesar de termos sido forçados a encontrá-la. Nesse sentido, depois de muito tempo de isolamento, quando finalmente tive a oportunidade de sair de casa fui tomado por novas formas de ocupar e viver o espaço da cidade, por novas realidades que incessantemente buscavam a rua como forma de existência. No momento de produção das entrevistas que deram a origem a esse trabalho, tive a comprovação dessas novas realidades e formas de existência e resistência. Rap, samba, religião, assistência social, todas as várias formas de interpretar o mundo foram interpeladas e repensadas por essa nova realidade.

Não foi por coincidência que iniciei minha dissertação com a seguinte frase: “As cidades são lugares absolutamente concretos. Ao tentar entender seu desempenho, as boas informações vêm da observação do que ocorre no plano palpável e concreto...” (JACOBS, 2014, p. 110). Observar e viver n(o) plano concreto, na rua, foi imprescindível para a tarefa que busquei aqui desempenhar: a de compreender as percepções, as narrativas e as várias experiências inseridas no espaço da rua no presente. Como podemos observar durante o trabalho, essa rua em específico foi a maior parte das vezes a Rua do Juca, centro de várias das narrativas colocadas por nossos diversos interlocutores. E por que não, centro da minha própria narrativa também,

afinal, “a História é sempre um conhecimento feito de mediações, e se situa em um entre-dois, um entrelaçado.” (DOSSE, 2012, p. 13).

Um dia qualquer, durante a realização desse trabalho, conversei com um motorista de aplicativo que por coincidência também era morador da Tapera. Ele me relatou, ao descrever sua trajetória no bairro, uma ocasião em que a candidata à prefeitura Ângela Amin visitou a comunidade e diante das queixas dos moradores a respeito da situação precária do bairro, teria alegado que nada poderia ser feito, afinal, a Tapera “não estava no mapa”. A frase me atingiu como relâmpago, afinal, qual era o peso de “estar no mapa” e o que significava tal simbolismo? Quase não pensamos na não-existência simbólica. Talvez seja coincidência, mas desde então a frase foi repetida por diversas vezes desde que a ouvi pela primeira vez. Como busquei demonstrar, essa ideia foi utilizada várias vezes por nossos interlocutores, mesmo quando não colocada de forma direta. Hoje entendemos que, apesar de estar no “mapa” de forma oficial, a comunidade ainda assim não está no “mapa epistemológico” dos estudos históricos sobre a cidade, assim como os moradores do bairro, que praticamente não tem espaço na construção de discursos e narrativas sobre a comunidade. Parte desse trabalho consistiu em colocar a Tapera no mapa de fato, como também fizeram vários dos interlocutores que trouxe aqui, em suas diferentes formas de experimentar e viver a rua.

Desse modo, não foi nunca meu objetivo construir uma história completa da Tapera, com todas as datas e todos os acontecimentos detalhados. Foi muito mais uma tentativa de compreender a história no comum, ou seja, nas experiências cotidianas, nas formas de interpretação e nas relações estabelecidas. Essa tarefa inevitavelmente envolve a escolha de certas narrativas, personagens e experiências, tanto na pesquisa quanto na escrita, por isso, essa história nunca se pretendeu universal. Muitas dessas escolhas dependeram do caminho que as entrevistas tomavam e da percepção de redes de contato entre determinados espaços e sociabilidades, como na prática do *snowball*. É ainda, nesse sentido, uma história inacabada, incompleta e aberta a quaisquer novas interpretações. Portanto, é uma visão possível dentre tantas outras, que podem variar de acordo com o método ou o olhar do historiador ou da historiadora. Temos assim, que: “Escrever história é gerar uma memória histórica nas sociedades, é apresentar uma visão possível do passado a partir de um método específico.” (MONTAÑO, 2020, p. 203, tradução nossa).

Por esse motivo, é do meu interesse que esse trabalho no futuro seja refutado, criticado ou completo, porque isso invariavelmente significaria que mais pessoas pesquisam e se importam com as histórias periféricas. Essas questões são, afinal, pressupostos básicos da História do Tempo Presente: a desfatalização do passado e o convívio com testemunhas que

podem questionar e escrutinizar o trabalho do historiador. Ao entender que o ofício do historiador do tempo presente envolve o escrutínio público ao lidar com questões ainda vivas, latentes na sociedade, compreendo que escrever história, qualquer que seja, é também tomar uma posição política e ética. É, portanto: “assumir a contradição entre a escrita necessária do passado e o nascimento impossível da prova histórica, que não pertence à ordem da linguagem” (MONTAÑO, 2020, p. 205, tradução nossa).

Mesmo correndo o risco de parecer “do contra”²³ em alguns momentos, entendo que conseguimos atingir todos os objetivos estabelecidos nessa jornada de produção da dissertação. Dessa forma, foi interessante perceber as principais referências na formação de uma identidade taperense, identificada com o pluralismo e o trânsito religioso, com o trabalho, com o preconceito e com a articulação de formas de fugir da sina imposta sobre as periferias do país, vítimas de mecanismos de estigmatização, que como um dos entrevistados bem mencionou, deixam “manchas” que não saem tão facilmente. Outro ponto que ficou evidente é a diferença encontrada nas maneiras que outros bairros do Sul da Ilha são representados e interpretados em relação a Tapera, especialmente o Ribeirão da Ilha. Enquanto esses bairros, como o Ribeirão e o Campeche são identificados a uma cidade organizada, moderna, ainda que tradicional, a Tapera é vista como a cidade desregrada, desordenada, pobre, dos “outros”. Ou seja, ainda que compartilhem trajetórias semelhantes na relação com a maritimidade, apenas os bairros que foram atingidos pelo processo de modernização florianopolitano são legitimados. Nesse sentido, a “explosão” populacional notada nas últimas décadas nos relatos sobre a Tapera é sinal de que: “a urbanização acelerada não resultou em qualidade de vida urbana...” (LOHN, 2016, p. 315). Ao compreender isso, tentei também demonstrar como esse não é um processo único da periferia de Florianópolis, mas uma característica compartilhada por periferias em todo o Brasil e o mundo, como aponta Davis (2005).

É também muito interessante e profícuo perceber como os nossos interlocutores públicos conseguem fazer uma leitura acurada e geral do panorama social e político do bairro, na medida em que “as falas da comunidade” confirmaram, expandiram e deram maior profundidade aos relatos trazidos por eles. Aparecem nesse sentido as várias relações estabelecidas entre religião e política colocadas por Luiz, que por sua vez tomam lugar no discurso de Bárbara e da Escola de Samba. Já as falas de Maria sobre a maritimidade e a vulnerabilidade social encontram paralelo nos relatos de Aterino e das experiências do grupo

²³ Termo utilizado em Florianópolis desde a década de 1960 para referir-se àqueles que, segundo a mídia, “temiam o progresso (...) taxados de ‘críticos baratos’, ‘pessimistas’, e ‘demagogos’, dos quais apenas esperava-se ‘muitas palavras e nenhuma ação’.” (LOHN, 2016, p. 170).

de rap. Inconscientemente foram formadas redes de contato por pessoas que não se conhecem, mas que têm em comum a experiência única da periferia como ponto de contato. É fundamental, nesse sentido, a forma pela qual os nossos interlocutores percebem beleza e ruína nessa experiência periférica. Ou seja, não veem a periferia como fraco, mas como forte, como beleza, como vida e cultura. Ainda que não esqueçam também as referências do espaço ligadas à “cidade da desordem” (PESAVENTO, 1999), como a lama, o esgoto e a pobreza.

Isso combina com a própria perspectiva do conhecimento histórico colocada pela História do Tempo Presente, esse é visto como abertura, como desfatalização do passado e como permissão para que um mesmo fenômeno histórico seja abordado a partir de diferentes visões e perspectivas históricas. Ver a Tapera de diferentes formas, a partir de vários olhares, foi mister para essa pesquisa. Seguindo esse raciocínio é importante destacar que o lugar de onde é produzida a história, o conhecimento histórico, tem sido cada vez mais alvo de investigações na área, daí a busca por a todo momento refletir de onde, os lugares físicos e simbólicos, os entrevistados falavam e de onde o próprio autor escreve. Destaco, nesse sentido, o contato com o trabalho de Gonçalves (2019), fundamental na leitura de outras dessas histórias periféricas de Florianópolis e que nos fazem lembrar mais uma vez que as vozes das ruas da periferia estão por aí, só precisam ser encontradas. Para tal fim, temos tanto lá quanto aqui, o interesse explícito em produzir uma história que tem a periferia não só como objeto, mas como ponto de partida, ponto de referência e pressuposto básico da produção do conhecimento.

É fundamental apontar também para a importância do conceito de “estratos do tempo” na organização teórica deste trabalho. O conceito proposto por Koselleck (2014), nos apresenta o tempo presente como a construção cumulativa de diversos períodos históricos, um sobre o outro, uma justaposição de diversas temporalidades. Nossos interlocutores são prova da importância da instrumentalização desse conceito aqui: primeiro Aterino com as falas que remetem diretamente à Franklin Cascaes e os processos de modernização nos anos 1960 e 1970; os irmãos Laurindo e as trajetórias de vida oriundas do Morro da Nova Trento, que apontam para a plural periodização de Sugai (2009) do processo de ocupação das periferias de Florianópolis; e as trajetórias tão díspares entre si de Seu Luiz, Maria, Bárbara e os jovens do grupo LADUMAU, que mesmo assim encontram-se e dialogam no presente da comunidade. A tentativa de operacionalização dessa pluralidade é, desse modo, tarefa singular do historiador do tempo presente.

Por fim, se as coisas parecem ter mudado tanto de 2020 para cá, especialmente no que tange o projeto político colocado em prática no bairro, imagine o quanto não mudaram de 2010 até então. Nesse sentido, são urgentes novos dados estatísticos sobre o bairro e sua população,

que tem passado por constantes transformações na última década. Apenas com dados atualizados podem ser propostas novas abordagens para os problemas do presente e políticas públicas eficientes para a comunidade. Percebemos através dos relatos que a infraestrutura urbana ajuda, mas não faz o serviço sozinha. É preciso renda, trabalho, educação e meios para que a população possa se auto gerir, sem ter que comprometer-se com uma política única, dependente de um único político. É importante, nesse sentido, perceber as construções e disputas narrativas sobre o desenvolvimento urbano encontrado no bairro nos últimos anos a partir da ligação dos líderes comunitários com determinados setores políticos da direita e o afastamento de setores da esquerda, como os sindicatos, atacados pelo Conselho Comunitário e pela prefeitura municipal.

Apesar de a tempos ter passado da fase de projeto, espero que essa dissertação sirva como base para projetos que pensem formas outras de desenvolvimento para as comunidades periféricas, especialmente no que tange sua independência frente à uma política específica formada e pensada para o centro. Ou seja, que nosso desenvolvimento possa ser feito de forma autônoma, pelas margens e para todos aqueles que estão nas margens, por excelência moradores da periferia e representantes de vozes tão plurais quanto são esses espaços. Essas vozes que deram vida para esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDRIANI, Maurício. **Aterros na orla de Florianópolis**: levantando alternativas de qualificação urbana da beira-mar continental. 2015. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ARAÚJO, Camilo Buss. **Os pobres em disputa**: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: Ana Brancher (Org.) **História de Santa Catarina**: Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 102-113.
- BACKZO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos Homem. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.
- BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?” Em: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. Não paginado. 2008. Disponível em:
<[<https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela_%C3%A9_comunidade%3F_\(artigo\)>](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela_%C3%A9_comunidade%3F_(artigo))>
Acesso em: 08/02/2022.
- BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 27, n. 80, p. 55 – 69, out 2012.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2011.
- CALHEIROS, Fernando. **Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra em Florianópolis**: o caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- CAMPOS, Emerson César de. **Territórios Deslizantes**: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CANELLA, Francisco. **Entre o local e a cidade:** memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010). 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **As missões de Pe. João Leonir Dall`Alba:** história, memória e produção de discursos étnicos sobre o sul do Brasil. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 17 ed, 2011.

CESA, Marcia de Vicente. As condições hídricas e socioambientais e os reflexos na saúde da população do Ribeirão da Ilha - Florianópolis/SC. Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2008.

CUBAS, Caroline Jaques. Religião, tempo e memória: interfaces para o estudo da História do Tempo Presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.01, p. e0107-22, 2021.

D'AGOSTINI, Luiz Renato. et al. **Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil:** construindo capacidades - Subprojeto Populações Estudo de Caso Tapera da Base. Florianópolis: UFSC, 2010.

DALLMANN, João Matheus Acosta. **O MAL-ESTAR QUE SINTO:** Medicalização do sofrimento em camadas populares. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39–79, jan./ mar. 2018.

DIAS, Rafael Damaceno. O olhar dos cronistas e colunistas de variedades de Florianópolis sobre os novos moradores (1970/2000). In: Francisco Bento da Silva; Luciana Marino do Nascimento. (Org.). **Cartografias urbanas:** olhares, narrativas e representações. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v. 1, p. 68-81.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e mares:** simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento:** Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, v. 4, n 1, p. 5-23, jan./jun., 2012.

DOSSE, François. **O renascimento do acontecimento:** entre a Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH e UEL, 2005. p 1-8.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8 ed, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A autoridade do Passado. In **A Farra do Boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: editora da UFSC, 1997. p.114.

GARCIA, Sérgio Ricardo Costa. **Os embarcados**: memórias de um movimento Populacional da cachoeira do bom Jesus, norte da Ilha de Santa Catarina entre 1940 e 1980. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, Curso de História, Florianópolis, 2008.

GINJO, Augusto Luciano; MORAES, Taiza Mara Rauen. Cenas musicais: descortinando experimentos na cidade. **Simbiótica**, vol.5, n.2, jul.-dez. Vitória, Brasil, 2018.

GONÇALVES, Ana Letícia Saquete. **"Eu sou cria do 25"**: um resgate da identidade coletiva do Morro do 25. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 133 – 191.

HARTOG, François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**, n. 148, São Paulo, 1º. Sem. 2003, pp. 09 – 34.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro**: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980). Florianópolis: Insular, 2016.

LUZ, Vinícius Silveira. A influência da paisagem sonora na composição do rap nacional e a cena do hip-hop e suas dinâmicas culturais e identitárias em uma periferia de Florianópolis,

SC. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, 2021.

MARTINS, Fabiana. **De espaço marginal a trajetórias plurais: narrativas e imagens na construção do bairro da Tapera - Florianópolis**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDES, Caroline Cunha. **Discursos de açorianidade e agenciamento do passado: Memória, Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC (1974- 2013)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MONTAÑO. Eugenia Allier. Ética y política en el historiador del tiempo presente. In: ALLIER MONTAÑO, Eugenia; ORTEGA, César Iván Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente, (Coord.) **En la cresta de la ola**. Debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Bonilla Artiga Editores, 2020. p. 187 – 207.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 191-229.

NEUMANN, Zilda Arns. Lições da Pastoral da Criança: entrevista. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 63-75, 2003

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Junho 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 400 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v.19, n.37, p. 195-216. 1999

RIVERA, D. P. B. A reconfiguração religiosa contemporânea vista desde a periferia Notas teóricas a propósito do dossiê “Religião e Periferia”. **PLURA, Revista De Estudos De Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion**, v. 7, n. 1, 4–14. 2016.

ROCHA, André Santos da. Espaço Urbano e Religião: sobre a espacialidade Evangélica e a dinâmica pentecostal na Baixada Fluminense. In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019, Espírito Santo. **Anais do XVI SIMPURB: UFES**, 2019, p. 2667 – 2683.

SANTHIAS, Paulo Roberto. **Zzzziriguidum! Consulado:** o choque do samba em Florianópolis (memórias e histórias de uma Escola de Samba encravada na cidade - 1976 a 2000). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora da USP, 2013

SANTOS, Paulo Cesar dos. **Espaço e memória:** o Aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

SCHMITZ, P. I. ; ROGGE, J. H. . Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. In: **II CIAEE – Congresso Iberoamericano de Arqueologia, Etnologia e Etno-História**, Dourados, 2012.

SENNET, Richard. **Carne e pedra.** Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: __. **Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 25 – 77

SILVA, Jailson de Souza e. et al. (Org.). **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, A. R. (2018). Determinados contornos jurídicos, assistenciais e econômicos de organizações cristãs. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 237-255, jan.-abr. 2018

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal:** a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v.10).

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa:** Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis, 1970-2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som:** as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil:** antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba. 2. ed. muito aumentada e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VEIGA, Eliane. **Florianópolis:** Memória Urbana. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIDAL, Leandro Moraes; POZZO, Renata R. . A Cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis. In: Vera Lúcia Nehls Dias; PET Geografia UDESC. (Org.). **A Cidade contra a Ilha**: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis. 1ed. Florianópolis: Insular, 2011, v. 1, p. 230-254.

ZANELA, Cláudia Cristina. **ATRÁS DA PORTA: O DISCURSO SOBRE O TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ATERINO. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 10 de setembro de 2021. Entrevista.

BÁRBARA. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 10 de maio de 2022. Entrevista.

BÁRBARA. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 15 de março de 2022. Entrevista.

EDUARDO F. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 06 de novembro de 2021. Entrevista.

EDUARDO. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 10 de maio de 2022. Entrevista.

ERICK. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 06 de novembro de 2021. Entrevista.

JEAN. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 10 de maio de 2022. Entrevista.

LUIZ. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 05 de maio de 2022. Entrevista.

MARCELO. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 10 de maio de 2022. Entrevista.

MARIA. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 15 de setembro de 2021. Entrevista.

MATHEUS C. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 06 de novembro de 2021. Entrevista.

MATHEUS L. Entrevista concedida à Vinícius Silveira Luz. 06 de novembro de 2021. Entrevista.

FONTES CONSULTADAS

O ESTADO. Museu do Homem de Sambaqui realiza pesquisas Arqueológicas. **O Estado**. Florianópolis, p. 8. 06 de agosto de 1965. Disponível em:
<<https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/94614>> Acesso em: 13/09/2022.

O ESTADO. Prefeitura desenvolve programa de novos investimentos turísticos. **O Estado**. Florianópolis, p. 8. 08 de dezembro de 1968. Disponível em:
<<https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/100987>> Acesso em: 13/09/2022.

O ESTADO. Prefeitura vai ao Interior. **O Estado**. Florianópolis, p. 8. 22 de maio de 1966. Disponível em: <<https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/95648>> Acesso em: 13/09/2022.

SITES CONSULTADOS

ACADÊMICOS DO SUL DA ILHA. **A Azul e Rosa esteve presente...** [S. l.: s.n.], 21 jun. 2020. Instagram: @academicosdosuldailha. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBtngSBA_rc/> Acesso em: 01/06/2022.

ACADÊMICOS DO SUL DA ILHA. **Nós da Acadêmicos do Sul da Ilha**. [S. l.: s. n.], 26 mai. 2022. Instagram: @academicosdosuldailha. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CeBXJSILd3j/>> Acesso em: 01/06/2022.

FLORIANÓPOLIS. **LEI COMPLEMENTAR N. 482, DE 17 DE JANEIRO DE 2014**. Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Florianópolis, SC: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2014/48/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao>> Acesso em: 09/02/2022

Glossário do Censo de 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>> Acesso em: 09/02/2022.

GRUPO ND. **Basta de invasões em Florianópolis**, 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/opinioao/editorial/basta-de-invasoes-em-florianopolis/>> Acesso em: 07/10/2021.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Igreja na quebrada, um ambiente de construção de identidade**. 17 jun. 2014. Disponível em: <<https://periferiaemmovimento.com.br/igreja-na-quebrada-um-ambiente-de-construcao-de-identidade/>> Acesso em: 01/06/2022.

ROCHA, Vanessa da. Relatório ND: **Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis**, 2020. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>> Acesso em: 07/10/2021.

TAPERA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tapera>> Acesso em: 07/02/2022.

TAPERA FLORIPA. **Sindicato tenta manipular comunidade da Tapera em grupos do whatsapp do bairro...** [S. l.: s.n.], 13 de fevereiro de 2022. Facebook: @taperaflorianopolis. Disponível em: <<https://fb.watch/fmdXtB3MKc/>> Acesso em: 05/07/2022.

TAPERA FLORIPA. **TAPERA ESTÁ NO MAPA**. [S. l.: s.n.], 18 de dezembro de 2021. Facebook: @taperaflorianopolis. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/taperaflorianopolis/posts/pfbid0Dnsf5rMu3zGxpTu1aQbupTp4argAo11C12dXJEP9jMrXqiqkQAKhYybFA5uugCrPl>> Acesso em: 05/07/2022.

OUTRAS FONTES

ABASE. **T.P.R.** (Prod. Chama Violeta). YouTube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=FD1WibglNpA&list=PLQ6OLShBSdcVINBZuKVUPSzAJvt0ril37&index=22>> Acesso: 02/02/2021.

LADUMAU. **A rua te cobra.** Youtube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=-P1iiZNSjQs&t=77s>> Acesso em: 06/07/2022.

LADUMAU. **Desculpa ter vindo.** Youtube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=8Xy7bABQVSsw>> Acesso em: 06/07/2022

LADUMAU. **TPR no mapa.** Youtube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=OL25VHfKj8k>> Acesso em: 06/07/2022.

RASHID; SAPIÊNCIA, Rincon. Bem Loko. In: **Tão Real**: Sony Music Entertainment. 2020. Faixa 8.